

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANA CLÁUDIA MILANI E SILVA

OCUPAR, RESISTIR, FAZER-COMUM: REFLEXÕES SOBRE A
DEMOCRACIA CONSTITUCIONAL

CURITIBA

2018

ANA CLÁUDIA MILANI E SILVA

OCUPAR, RESISTIR, FAZER-COMUM: REFLEXÕES SOBRE A
DEMOCRACIA CONSTITUCIONAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito. Área de concentração: Direitos Humanos e Democracia. Linha de pesquisa: Cidadania e Inclusão Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Melina Girardi Fachin
Coorientador: Prof. Dr. Leandro Franklin Gorsdorf

CURITIBA

2018

S586o

Silva, Ana Cláudia Milani e

Ocupar, resistir, fazer-comum: reflexões sobre a democracia constitucional / Ana Cláudia Milani e Silva; orientadora: Melina Girardi Fachin; coorientador: Leandro Franklin Gorsdorf. – Curitiba, 2018.
141 p.

Bibliografia: p. 132-141.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-graduação em Direito, Curitiba, 2018.

1. Direito constitucional. 2. Democracia. 3. Espaço urbano. I. Fachin, Melina Girardi. II. Gorsdorf, Leandro Franklin. III. Título.

CDU 342

Catálogo na publicação - Universidade Federal do Paraná
Sistema de Bibliotecas - Biblioteca de Ciências Jurídicas
Bibliotecária: Ana Maria Sousa Câmara - 9/1712

TERMO DE APROVAÇÃO

ANA CLÁUDIA MILANI E SILVA

OCUPAR, RESISTIR, FAZER-COMUM: REFLEXÕES SOBRE A DEMOCRACIA CONSTITUCIONAL

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Direito, do Programa de Pós-Graduação em Direito, área de concentração em Direito das Relações Sociais, da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:



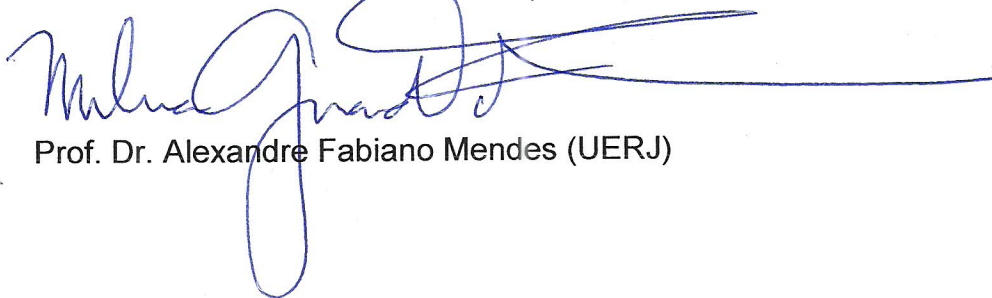
Prof.ª Dr.ª Melina Girardi Fachin (Orientadora – UFPR)



Prof. Dr. Leandro Franklin Gorsdorf (Coorientador – UFPR)



Prof.ª Dr.ª Vera Karam de Chueiri (UFPR)



Prof. Dr. Alexandre Fabiano Mendes (UERJ)

Curitiba, 26 de março de 2018.

Ata da reunião da Comissão Julgadora da Dissertação apresentada pela mestrand **Ana Claudia Milani e Silva**, realizada no dia vinte e seis de março de dois mil e dezoito, às nove horas.

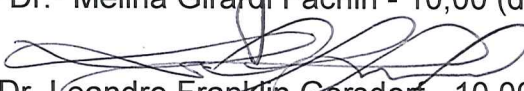
No dia vinte e seis de março do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, nas dependências do Programa de Pós-graduação em Direito do Setor de Ciências Jurídicas da UFPR – 3.º andar, em sessão pública, reuniu-se a Comissão Julgadora da Dissertação apresentada pela mestrand **Ana Claudia Milani e Silva**, sob o título **“Ocupar, resistir, fazer-comum: reflexões sobre a democracia constitucional”**. Comissão esta constituída pelos Professores Doutores Melina Girardi Fachin (Orientadora-Presidente/UFPR), Leandro Franklin Gorsdorf (UFPR), Vera Karam de Chueiri (UFPR) e Alexandre Fabiano Mendes (UERJ) respectivos Membros, nos termos da decisão do Colegiado deste Programa. Abrindo a sessão, declarou a Senhora Presidente que o exame inicia-se com a exposição sumária pela mestrand, no prazo máximo de sessenta minutos, sobre o conteúdo de sua Dissertação, em seguida cada examinador arguirá a mestrand, no prazo máximo de trinta minutos, devendo a arguição ser respondida em igual prazo ou sessenta minutos quando haja diálogo na argumentação. Assim sendo, após a exposição oral, a mestrand foi arguida sucessivamente pelos Professores Doutores Melina Girardi Fachin, Leandro Franklin Gorsdorf, Vera Karam de Chueiri e Alexandre Fabiano Mendes. Em seguida, a Senhora Presidente suspendeu a sessão por dez minutos, passando a Comissão Julgadora, em sessão reservada, ao julgamento da Dissertação, atribuindo cada examinador a sua nota de zero a dez (equivalente de D a A). Reabrindo a sessão, foi, pela Senhora Presidente, anunciado o resultado do julgamento, declarando ter sido aprovada a Dissertação, por unanimidade de votos, sendo-lhe atribuídas as seguintes notas: Melina Girardi Fachin, 10,00 (dez inteiros), Leandro Franklin Gorsdorf, 10,00 (dez inteiros), Vera Karam de Chueiri, 10,00 (dez inteiros), Alexandre Fabiano Mendes, 10,00 (dez inteiros), resultando a média 10,00 (dez inteiros), equivalente ao conceito A. A seguir, emitiu a Comissão seu Parecer em separado, sendo a sessão encerrada pela Senhora Presidente, a qual agradeceu a presença de todos. Do que para constar, eu, Vanessa Sayuri U. Hoshina, Secretária Administrativa, lavrei a presente ata que segue assinada pelos Senhores Membros da Comissão Julgadora.



PARECER

A Comissão Julgadora da Dissertação apresentada pela mestrand **Ana Claudia Milani e Silva**, sob o título "**Ocupar, resistir, fazer-comum: reflexões sobre a democracia constitucional**", após arguir a candidata e ouvir suas respostas e esclarecimentos, deliberou aprová-la por unanimidade de votos, com base nas seguintes notas atribuídas pelos Membros:


Prof.ª Dr.ª Melina Girardi Fachin - 10,00 (dez inteiros)


Prof. Dr. Leandro Franklin Gorsdorf - 10,00 (dez inteiros)


Prof.ª Dr.ª Vera Karam de Chueiri - 10,00 (dez inteiros)

Prof. Dr. Alexandre Fabiano Mendes - 10,00 (dez inteiros)

Em face da aprovação, deliberou, ainda, a Comissão Julgadora, na forma regimental, opinar pela **concessão do título de Mestre em Direito à candidata Ana Claudia Milani e Silva**.

A Comissão Julgadora, do mesmo modo, delibera recomendar ao Colegiado do Programa a dispensa de vinte e três créditos em favor da candidata por ocasião do Doutorado.

É o parecer.

Curitiba, 26 de março de 2018.

Praça Santos Andrade, 50 – 3º Andar
Tel.:(41)3310-2685 e 3310-2739
www.direito.ufpr.br/ppgd



Em memória do meu avô Durval,
por ter me ensinado que saber não ocupa lugar.

O país onde o povo só venera os que tem haveres, e despreza
os que não tem, é um país resvalando-se, para o abismo.

(Carolina Maria de Jesus)

RESUMO

Esse trabalho se dedica ao estudo dos comuns para, a partir disso, propor algumas reflexões sobre a democracia constitucional. Para tanto, em um primeiro momento, parte da análise de exemplos locais que manifestam características dos comuns e de como esses casos refletem, por um lado, o avanço do urbanismo neoliberal sobre a cidade e, de outro, as possibilidades de resistências que se abrem a partir disso. Na sequência, o percurso teórico sobre os comuns e alguns dos principais debates e características relacionadas ao conceito, inclusive em sua relação com o urbano, são enfrentados a fim de delimitar o que aqui se entende por comum ou comuns. Mais do que um conceito que tem se destacado na gramática dos movimentos de contestação à ordem vigente, os comuns são resultado real de um processo de instituição continuada de regras, de um constante pôr-em-comum que estabelece uma relação de uso e não de pertencimento e, dessa maneira, contraria o imperativo da propriedade absoluta. Eles engendram relações de compartilhamento e solidariedade que não se submetem nem a uma conversão à forma mercantil nem à submissão ao controle público e que se manifestam de forma particular no espaço urbano, como espaço do encontro e da diferença, articulados à luta pelo direito à cidade. Estabelecidas essas definições, é a relação entre os comuns e as noções de democracia, poder constituinte e Constituição que se buscará investigar. Nesse sentido, acredita-se que a democracia realizada nos comuns pode ser compreendida nos termos de uma democracia radical, não só na medida em que a práxis do comum consiste na tomada de decisões coletivas acerca das regras que instituem o comum, sem ignorar os múltiplos conflitos de interesses potencialmente envolvidos e abrindo-se à possibilidade de rever essas regras a qualquer momento, mas também porque os sujeitos que se articulam por essa prática jamais podem ser reduzidos a qualquer forma homogênea e universalizante. Além disso, nos termos do que se requer para proteger a experiência dos comuns, não há caminho senão pensar em uma Constituição viva, que, à maneira de uma práxis instituinte do comum regida por uma profunda democracia, não afaste o conflito e a possibilidade sempre presente da mudança, mantendo poderes constituídos e potência constituinte em constante diálogo. Trata-se de ver a Constituição como um processo, sempre aberto à interferência desses sujeitos múltiplos e irreduzíveis a uma unidade. Dessa maneira, o comum apresenta-se como uma possível ponte entre constitucionalismo e democracia, reconciliados pela perspectiva de assumir a imanência da pluralidade e do conflito.

Palavras-Chave: Comuns Urbanos. Democracia radical. Constituição radical.

ABSTRACT

This work is dedicated to the study of the commons, to propose some reflections on constitutional democracy. In order to do so, it starts from the analysis of local examples that show the characteristics of the commons and how the cases reflect, on the one hand, the advance of neoliberal urbanism in the city and, on the other, the possibilities of resistance that open from this. In the sequence, the theoretical course about the commons and some of the main debates and characteristics related to the concept, including its relation with the urban, are confronted in order to delimit what is understood here by commons or common. More than a concept that has stood out in the grammar of the movements of contestation to the prevailing order, the commons are real result of a process of continuous creation of rules, of a constant commoning that establishes a relation of use and not of belonging and, in this way, contrary to the imperative of absolute ownership. They engender shared and solidary relations that do not undergo either a mercantile conversion or submission to public control and that manifest themselves in a particular way in urban space as a space of encounter and difference, articulated to the struggle for the right to the city. Established these, is the relationship between the common and notions of democracy, constituent power and Constitution that we will seek to investigate. In this sense, it is believed that the democracy carried out in the commons can be understood in terms of a radical democracy, not only to the extent that the praxis of the common consists in making collective decisions on the rules that institute the common, without ignoring the multiple conflicts of interest potentially involved and opening up the possibility of revising the rules at any time, but also because the individuals that are articulated by this practice can never be reduced to any homogenous and universalizing form. Moreover, in terms of what is required to protect the experience of the commons, there is no way but to think of a living constitution, which, the same way that an instituent praxis of the common governed by a profound democracy, do not dispel the conflict and the possibility always present of change, keeping constituted powers and constituent power in constant dialogue. It is about seeing the Constitution as a process, always open to the interference of these multiple subjects, irreducible to a unity. In this way, the common appears as a possible bridge between constitutionalism and democracy, reconciled by the perspective of assuming the immanence of plurality and conflict.

Keywords: Urban Commons. Radical democracy. Radical constitution.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. CONHECER OS COMUNS – RESISTÊNCIAS E FAZER-COMUM NA CIDADE NEOLIBERAL	17
2.1. O PRÉDIO, O BOSQUE E A RESISTÊNCIA	17
2.2. URBANISMO NEOLIBERAL E CIDADE MODELO NA VITRINE	24
2.3. FAZER-COMUM NA CIDADE	37
3. COMPREENDER OS COMUNS – DELIMITAÇÕES A PARTIR DA TEORIA ...	48
3.1. DA TRAGÉDIA À REDENÇÃO	48
3.2. COMUM OU COMUNS?	58
3.3. PARA ALÉM DO PÚBLICO E DO PRIVADO	74
3.4. COMUNS URBANOS E DIREITO À CIDADE	87
4. CONSTITUIR OS COMUNS – REFLEXÕES SOBRE A DEMOCRACIA CONSTITUCIONAL	99
4.1. DEMOCRACIA E AGONISMO	99
4.2. CONSTITUIÇÃO RADICAL	113
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
REFERÊNCIAS	132

1. INTRODUÇÃO

Grandes projetos urbanos, processos de revitalização, shoppings centers, condomínios fechados, grades, tapumes, muros, catracas, mercantilização, espetacularização, consumismo, individualismo proprietário, exclusão, medo, segregação, competitividade. Ocupações por moradia, protestos na ruas, manifestações culturais, apropriações coletivas do espaço, solidariedade, cooperação, cidadania, democracia, uso, cuidado, diversidade, reunião, troca, encontro.

Todos esses termos reunidos expressam as complexas relações envolvidas na construção da cidade. Separados por um ponto, os termos referem-se primeiro à lógica imposta pelo planejamento neoliberal, que busca vender a cidade como mercadoria e geri-la como empresa, e depois às práticas de resistência que recusam essa lógica e estabelecem outra relação com o espaço, uma relação que é a própria realização do urbano.

Do lado de lá do ponto, na parte relativa às resistências, destacam-se experiências dos comuns, que subvertem de maneira radical as imposições do capitalismo neoliberal. Ainda que, de um lado, o neoliberalismo caminhe para a destruição e mercantilização de tudo que é comum, por outro, as experiências do comum tem uma potência capaz de superar essa ordem e instituir uma nova sociedade, mais democrática e solidária.

Foi a partir dessa observação que o propósito de investigação dos comuns neste trabalho surgiu, ainda que um pouco deslocado da temporalidade de reivindicação destas experiências.

Se no final dos anos 1990 os movimentos altermundialistas levantavam a bandeira dos comuns nas lutas contra o capitalismo global, tornando-o parte importante da nova civilização que ansiavam construir, e nos protestos pós-crise de 2008 a demanda pelos comuns somava-se ao coro de indignação quanto às políticas de austeridade e à sua busca por novas formas organizativas, o pessimismo que acompanha o atual momento de retrocessos democráticos e avanço de um populismo de direita não é tão inspirador para a formulação de alternativas.

Nesse sentido, o presente trabalho reflete também certa irresignação quanto a essa realidade aparentemente pouco esperançosa e aos discursos

derrotistas de quem tampouco está satisfeito com ela. Se a racionalidade neoliberal nos faz crer no “fim da história” e alimenta a narrativa segundo a qual não existem saídas possíveis, cabe a nós construirmos essas saídas e retomar o fio da história.

Em verdade, as saídas estão aí e os comuns são prova disso. Nas ocupações, nas resistências, nos protestos, nos espaços da vida cotidiana, pequenas experiências articuladas sob o princípio do comum, é que a força da alternativa ganha intensidade e a instituição de um novo mundo volta a parecer possível. É à investigação da potencialidade do comum que esse trabalho se dedica, sobretudo no que diz respeito à relação entre as experiências dos comuns urbanos, a realização da democracia e o papel da Constituição na sua proteção.

Para tanto, o presente trabalho foi dividido em três capítulos. No primeiro deles, efetuou-se o relato de dois casos ambientados na cidade de Curitiba: o da Ocupação Cultural Espaço da Liberdade (OCEL) e do Parque Gomm. Além do fato de estarem localizados na mesma cidade onde o trabalho foi escrito, possibilitando articular a teoria dos comuns a uma realidade próxima e conhecida, a escolha dos casos guiou-se, sobretudo, pelas relações estabelecidas com o espaço e entre os próprios atores envolvidos, isto é, relações de uso com o espaço e de solidariedade entre os atores.

Apesar dos critérios para seleção dos casos, é certo que ambos apresentam características bastante diferentes e, por não estarem imunes às inúmeras contradições envolvidas no espaço urbano, acabam por compor um interessante paralelo: de um lado, desafio à propriedade privada de uma empresa e, de outro, à propriedade do próprio Estado; de um lado, um grupo expulso da cidade-mercadoria, logo classificado como “invasores” e, de outro, um grupo composto majoritariamente pela classe média, incluída nos circuitos de consumo e nos espaços criados pelo urbanismo neoliberal. Em um caso, vitória da propriedade privada, aplicação dura da lei e perpetuação da exclusão; em outro, vitória dos habitantes da cidade e disponibilização de um espaço à gestão democrática de seus próprios cidadãos. As próprias temporalidades dos casos são distintas, já que enquanto a OCEL foi interrompida em 2015, o Parque Gomm continua a abrigar uma série de atividades abertas à população, sendo gerido de forma comunitária.

Para a composição dos relatos, valeu-se especialmente de pesquisa bibliográfica: notícias de jornais, informações divulgadas nas redes sociais da OCEL e do movimento para proteção do bosque, conteúdo das decisões judiciais relativas aos casos e informações disponibilizadas pelos órgãos oficiais. Além disso, fotografias e vídeos divulgados pelos próprios movimentos de ocupação também auxiliaram na compreensão da dinâmica de cada uma dessas experiências.

A partir disso, elementos dos casos serviram para compreender dois lados opostos na conformação da cidade. De um lado, o avanço do urbanismo neoliberal e a transformação da cidade em mercadoria ao alcance de poucos. A imposição de uma narrativa consensual sobre o que se deseja desse espaço, a tentativa de eliminação do dissenso, a imposição do medo, o afastamento físico e simbólico do diferente. Questões explicitadas pelo processo de revitalização da rua onde se localizava a OCEL, pela reintegração de posse que se seguiu à ocupação e pela possibilidade de deixar um prédio de 22 andares no centro da cidade abandonado e sem atender a sua função social por mais de 20 anos; mas também pela construção de um shopping sobre a área do parque e a tentativa de construir uma rua que o destruiria ainda mais.

Do lado oposto desse embate, as forças de resistência, como foram a própria OCEL e a mobilização pela preservação do bosque Gomm. Forças que exacerbam o conflito na cidade e desmontam a narrativa da cidade-consenso; que questionam o reino da propriedade absoluta e a mercantilização do espaço; que se fundam em relações de uso e não de pertencimento; que destituem a cidade dos promotores de vendas para constituir uma nova cidade, erigida a partir dos desejos de seus habitantes; que realizam a cidadania e a democracia; que fortalecem os comuns e encaram a própria cidade como um comum a ser instituído por todos.

A partir dessas observações, o segundo capítulo preocupa-se, então, em apreender no campo teórico o que são os comuns. Inicia, assim, por uma sintética reconstituição do percurso teórico do conceito, demonstrando como uma noção invocada por grandes movimentos políticos desde o final da década de 1990 deixou de ser vista como vetor de uma tragédia para se transformar em via de superação do capitalismo. São analisados os trabalhos de Garrett Hardin, responsável por propagar o discurso sobre a tragédia dos comuns, influenciando

durante anos o pensamento sobre o tema; de Elinor Ostrom, que pela primeira vez deu ênfase à colaboração e organização coletiva associadas aos comuns, refutando a tese de que eles necessariamente conduziram a uma superexploração e defendendo a possibilidade de geri-los de maneira sustentável; e, finalmente, a mudança de perspectiva proporcionada pelo desenvolvimento das teorias críticas do comum, das quais Hardt e Negri são pioneiros, e que passou a considerar o comum como princípio para a organização de toda a sociedade e como possível meio de embate ao capitalismo.

Em seguida, enfrenta-se o debate entre comuns (no plural) e comum (no singular), para se propor uma revisão conceitual sobre os primeiros em face do segundo. Significa que os comuns (no plural) – os mesmos que são abordados nos trabalhos de Hardin e Ostrom e que compuseram a gramática dos movimentos altermundialistas e do ciclo de protestos que se seguiu à crise de 2008 – deixam de ser encarados a partir de uma perspectiva meramente defensiva e de retorno a um momento pré-capitalista para serem vistos como instituições do comum (no singular) no sentido de um princípio orientado pelas lutas. Os comuns (no plural) continuam a existir, mas como materialização desse princípio. Para tanto, eles devem ser instituídos por uma prática de criação e constante revisão de regras a que se coobrigam somente aqueles que participam de sua elaboração. Os comuns deixam de ser vistos, assim, como experiências pontuais e desconectadas e ganham certa unidade política a partir de sua relação com o princípio do comum, o que aumenta sua potencialidade no enfrentamento ao capitalismo neoliberal sem, no entanto, apagar a particularidade de cada uma dessas experiências.

Além disso, observa-se que eles superam a dicotomia público/privado como simulacro da falsa alternativa entre Estado e mercado, propriedade pública e privada, ao compreender que sob a ordem neoliberal tanto um quanto outro submetem-se à lógica da concorrência e da atração de capitais. Dessa maneira, o comum desafia duplamente o absolutismo do princípio da propriedade – que destrói comuns e retira algo do uso de muitos para restringi-lo ao acesso exclusivo do proprietário – e do princípio da soberania – que separa o Estado que governa e a sociedade que é governada –, construindo-se a partir de práticas mais autônomas e democráticas de organização social. Quando a

divisão entre público e privado é espacializada, contudo, não é caso de superação dessas categorias: o comum encontra lugar tanto no espaço doméstico atrelado à esfera privada de manutenção da vida, quanto no espaço de visibilidade pública das ruas e praças.

Na conclusão do capítulo, aborda-se a forma particular como o comum se manifesta na cidade. Se por um lado o urbano é espaço privilegiado para a instituição do comum, por ser espaço de encontro e de diferença, por outro, é a própria cidade que se apresenta como um comum: o comum urbano e a cidade como comum constituem, assim, dimensões distintas e complementares da relação do comum com a cidade. O que distingue o comum urbano de outro comum não é tanto sua localização no espaço, mas a própria virtualidade do urbano, como espaço de mediação e diferença. O comum urbano define-se, dessa maneira, a partir de sua relação com a vida cotidiana, pelo uso, relacionado à prática de fazer-comum, e pela autogestão (ou autogoverno) da cidade como obra coletiva. Nesse sentido, a própria cidade pode ser considerada como um vasto comum produzido pelo trabalho coletivo realizado sobre e na cidade, cujo direito de uso evidentemente deve ser concedido a todos os que contribuíram para sua construção. As lutas pelo comum urbano articulam-se, então, às lutas pelo direito à cidade como forma de resistência à urbanização neoliberal e seu caráter tipicamente anti-urbano. Trata-se de reivindicar a cidade enquanto obra e não produto, o direito à participação e apropriação (que não se confunde com o direito de propriedade), e retomar o caráter de centralidade, mediação e diferença característicos do urbano, numa luta que “é contra os poderes do capital que se alimentam impiedosamente e extraem renda da vida comunal que outros produziram”¹.

O terceiro e último capítulo trata, enfim, da relação entre os comuns, a democracia e as noções de Constituição e poder constituinte.

Como demonstram as reivindicações democráticas das lutas pelo comum, bem como os exemplos tratados no primeiro capítulo do trabalho, a democracia é um elemento constitutivo dos comuns. Nesse sentido, acredita-se que a democracia realizada nos comuns pode ser compreendida nos termos de uma democracia radical, não só na medida em que a práxis do comum consiste

¹ HARVEY, David. *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014, p. 153.

na tomada de decisões coletivas acerca das regras que instituem o comum, sem ignorar os múltiplos conflitos de interesses potencialmente envolvidos e abrindo-se à possibilidade de rever essas regras a qualquer momento, mas também porque os sujeitos que se articulam por essa prática jamais podem ser reduzidos a qualquer forma homogênea e universalizante. É uma democracia que recusa a fórmula da representação e que requer a participação com poder de decisão de todos os afetados, todos os envolvidos no agir comum e no uso comum do comum, em suas irreduzíveis singularidades. Por meio desse agir comum, o antagonismo é transformado em agonismo, subverte-se a ordem instituída da sociedade e novas subjetividades educadas para a prática da democracia são formadas, efetivando uma exigência democrática em todos os domínios da vida social.

Aqui, não se prescinde do papel da Constituição e é esta a hipótese final deste trabalho. Nos termos do que se requer para proteger a experiência dos comuns, aposta-se na formulação de uma Constituição viva, que à maneira de uma práxis instituinte do comum regida por uma profunda democracia, não afaste o conflito e a possibilidade sempre presente da mudança, mantendo poderes constituídos e potência constituinte em constante diálogo. Trata-se de ver o poder constituinte como um poder que não se exaure em um ato de fundação, mas que constantemente informa os poderes constituídos. É ver a Constituição como um processo, sempre aberto à interferência desses sujeitos múltiplos e irreduzíveis a uma unidade. Uma tal Constituição não se reduz ao constituído e ao passado, mas retém o impulso constituinte do presente, carregando as possibilidades do tempo futuro. Nisso consiste a proposta de uma Constituição radical, uma Constituição que é ao mesmo tempo promessa (constituinte) e efetividade (constituído); que implica em um processo criativo, de emergência do novo, e que é capaz de organizar a vida social de acordo com os princípios envolvidos na instituição do comum. Nessa perspectiva, o comum se apresenta, então, como uma possível ponte entre constitucionalismo e democracia, reconciliados pela perspectiva de assumir a imanência da pluralidade e do conflito.

2. CONHECER OS COMUNS – RESISTÊNCIAS E FAZER-COMUM NA CIDADE NEOLIBERAL

2.1. O PRÉDIO, O BOSQUE E A RESISTÊNCIA

Ocupação Cultural Espaço da Liberdade (OCEL)

“Isso aqui é uma luta de pessoas que sempre ficaram à margem”
(Oilson Alves, membro da OCEL)

Um prédio de 22 andares no centro da cidade de Curitiba, em uma região que acabava de passar por um processo de revitalização urbana. Abandonado por mais de 20 anos, o prédio foi ocupado em novembro de 2014, poucos meses após a inauguração da praça de bolso do ciclista, um símbolo da Rua São Francisco revitalizada².

² O processo de revitalização do centro de Curitiba teve como marco inicial o projeto “Centro Vivo”, lançado em 2003 pela Associação Comercial do Paraná, com apoio da Prefeitura Municipal de Curitiba, do Governo do Estado do Paraná e de grupos econômicos como FIAT, RPC e VIVO. O projeto, feito por e para empresários, tinha por objetivo aumentar a circulação de consumidores e o fluxo de capital na região (*Centro Vivo*, Associação Comercial do Paraná, 3º Prêmio FGV-EAESP de responsabilidade social no varejo) e, desde então, foram diversas as iniciativas para requalificação da área central da cidade. Em 2005, a Prefeitura Municipal lançou o Programa Marco Zero, visando adequar o centro “aos novos usos e minimizando o seu processo de esvaziamento e decorrente degradação” (Lei municipal nº 11.652/2005), inclusive com a aprovação posterior de projeto de lei para concessão de incentivos fiscais a comerciantes e moradores que restaurassem imóveis na região (*Projeto Marco Zero de redução do IPTU incentiva recuperação do Centro*, Agência de notícias da Prefeitura de Curitiba). Em 2008, por sua vez, o projeto “Novo Centro”, de iniciativa da Prefeitura e em parceria com o Serviço Social do Comércio (Sesc), a Federação do Comércio (Fecomércio), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), planejou a renovação de diversas estruturas históricas e vias centrais, dentre as quais a Rua São Francisco (CARVALHO, 2016, p. 79). As intervenções na rua, com mudança da iluminação, instalação de câmeras de segurança, pintura das fachadas e reforma das calçadas, tiveram início em 2012, tendo por meta transformar a área degradada, ocupada por moradores de rua, prostitutas e usuários de droga, em um grande boulevard gastronômico (FADEL, 2012; SIMÕES, 2012; RIBEIRO e TRISOTTO, 2012). As parcerias estabelecidas nos projetos de revitalização deixam claro o pacto entre o mercado e o poder público para enobrecimento da área, com favorecimento de interesses comerciais e mudança no público frequentador do espaço, pela atração de um grupo social de maior poder econômico e consumidor de espaço e limpeza da população marginalizada que antes ocupava essas áreas. Quando, após o processo de revitalização, a Rua São Francisco, onde se localizava a OCEL, passou por um processo de ocupação espontânea por um público jovem e em busca de diversão barata, o lugar se tornou alvo de policiamento ostensivo, com base em um discurso de segurança, preservação da ordem e combate ao uso de drogas (PRADELLA, 2016, p. 38/39).

O contexto em que se forma a ocupação evidencia uma trama complexa de processos associados à requalificação do espaço urbano e da Rua São Francisco em particular, que ao mesmo tempo em que favorece a apropriação criativa do espaço, aprofunda cisões sociais; ao mesmo tempo que aproxima pessoas reunindo-as no espaço público, também as afasta, separando consumidores do espaço de uma população de indesejáveis. Mas a ocupação do imóvel não apresenta menos complexidade, na medida em que representa um foco de resistência contra a ordem proprietária, a especulação imobiliária, o culturalismo de consumo, a gentrificação da região.

Além do longo período de abandono, o imóvel de propriedade da construtora Weber Construções Civas somava um débito fiscal de quase dois milhões de reais³ e servia como ponto de uso de drogas e depósito de lixo. Iniciada a ocupação por um coletivo de artistas, o espaço foi reformado e limpo pelos próprios ocupantes e por voluntários. A partir daí, cerca de dez pessoas passaram a ocupar o local para fins de moradia e diversas atividades culturais gratuitas e abertas ao público foram realizadas⁴.

Nesse ambiente de organização coletiva, artistas foram convidados a intervir no espaço em um encontro de graffiti⁵, com o objetivo de promover as manifestações artísticas da cidade e ao mesmo tempo transformar a aparência do prédio. Livros foram arrecadados para a construção de uma biblioteca e uma oficina de agroecologia, com a construção de uma horta comunitária, foi organizada pelos membros da ocupação.

Além dessas atividades, a Ocupação Cultural Espaço da Liberdade também deu espaço a um bazar de venda e troca de produtos artesanais, cine clubes, apresentação de música ao vivo, apresentação de teatro e gravação de videoclipe. Em abril de 2015, o sarau “Quilombo Cultural: território em luta”, realizado em conjunto com o quilombo Paiol de Telha a fim de arrecadar alimentos e demonstrar apoio à luta por território no campo e na cidade, reuniu

³ Informação contida na ação de reintegração de posse movida pela construtora (Autos nº. 0003344-43.2015.8.16.0001 da 16ª Vara Cível de Curitiba).

⁴ *Integrantes de Ocupação Cultural no Centro de Curitiba são despejados após ação de reintegração de posse*. Assessoria de Comunicação Terra de Direitos, 08 de maio de 2015. Disponível em: < <http://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/integrantes-de-ocupacao-cultural-no-centro-de-curitiba-sao-despejados-apos-acao-de-reintegracao-de-posse/17653> > Acesso em 17 jan. 2018.

⁵ Um vídeo do encontro pode ser acessado no seguinte endereço eletrônico: < <https://www.youtube.com/watch?v=I3MYYEwa01g> >.

mais de 150 pessoas. O evento contou com a apresentação de bandas locais, declamação de poesia e discotecagem de hip hop⁶.

Os primeiros cinco andares do prédio foram ocupados e possuíam destinações diversas. No pátio, que antes abrigava lixo, deu-se lugar às oficinas de agroecologia e à horta comunitária. No térreo planejava-se a instalação de um amplo auditório, enquanto o primeiro andar sediava a biblioteca. O segundo andar era ocupado por uma sala de reuniões, estúdio de vídeo, dormitório e cozinha comunitária. O terceiro, por dormitório e uma galeria para exposição de filmes e fotografias. No quarto andar ficavam o ateliê de serigrafia, cine clube e um miniauditório de teatro, ao passo que o quinto andar era utilizado como sala de dança⁷.

Apesar das inúmeras atividades realizadas e da clara preocupação em dar função social ao imóvel, na manhã do dia 8 maio de 2015 os membros da ocupação foram acordados pelo som de marretas batendo contra a porta interna de acesso à ocupação. Policiais militares e um oficial de justiça tentavam dessa maneira forçar a entrada no edifício para o cumprimento de uma ordem de despejo concedida liminarmente na ação de reintegração de posse movida pela construtora⁸.

Entre os argumentos que fundamentaram o posterior julgamento de procedência da ação, considerou-se que o fato de o imóvel estar cercado por tapumes demonstraria de forma “ostensiva” o exercício da posse pela construtora, que o “abandono estético” do edifício (demonstrado sobretudo pela ausência de conclusão da obra, não utilização do bem e falta de limpeza) não se confundiria com o abandono no sentido jurídico, que a ausência de atribuição social do imóvel não constituía objeto daquela ação e que a existência de dívidas com o Fisco não justificaria a ocupação do imóvel por particulares. A decisão ainda destacou a preponderância do direito de propriedade sobre o interesse dos ocupantes em dar uso ao imóvel. Nos termos da sentença:

⁶ *Sarau cultural celebra a luta por território e resistência*: “Quilombo é resistência”. Assessoria de comunicação Terra de Direitos, 27 de abril de 2015. Disponível em: < <http://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/sarau-cultural-celebra-a-luta-por-territorio-e-resistencia-quilombo-e-resistencia/17472> >. Acesso em 17 mai. 2018.

⁷ CARVALHO, Verônica Akemi Shimoda de. *Direito à cidade como concretização do direito à cultura*: okupações, uma abertura insurgente. Monografia (Graduação em Direito). Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016, p. 78.

⁸ O relato dos membros da ocupação sobre o ocorrido pode ser acessado pelo seguinte endereço eletrônico: < <https://www.facebook.com/willcapapreta10/posts/662776307189832> >.

nada justifica a ocupação de imóvel por particular sob o fundamento de que o proprietário não fazia bom uso do imóvel. Como se sabe, o direito à propriedade é garantia constitucional, sendo verdadeiro direito fundamental, de forma que toda a intromissão na propriedade realizada através do Estado deve se dar nas formas disciplinadas pela Constituição Federal e na legislação ordinária⁹.

Na manhã do dia 8 de maio de 2015, ainda que a polícia desferisse golpes de marreta contra a entrada da ocupação e tentasse intimidá-los, os ocupantes liberaram o acesso ao prédio e retiraram seus pertences do local sem resistência, deixando claro que a desocupação ocorreria de forma pacífica. As dez pessoas que ocupavam o edifício para fins de moradia ficaram novamente desabrigadas, as atividades culturais gratuitas e abertas ao público foram encerradas e, depois de um interlúdio de seis meses, os 22 andares do edifício voltaram ao “abandono estético” dos 20 anos anteriores. Sobre a arte, o direito à moradia dos ocupantes, o interesse coletivo e a função social do imóvel prevaleceu, como de regra, um direito individual e absoluto de propriedade.

Parque Gomm

No Parque Gomm, “ninguém é dono de nada”. (Mathieu Struck, fundador do movimento Salvemos o Bosque da Casa Gomm)

Um bosque em área urbana, localizado ao lado de um novo shopping center. Como meio para mitigar os danos causados pelo empreendimento ao trânsito da região, o Termo de Ajuste de Conduta firmado entre o Grupo Soifer, responsável pela construção do shopping Pátio Batel, e a prefeitura municipal previa a derrubada de parte das árvores do bosque para a construção de uma via destinada à circulação de carros. A rua Hermes Fontes, que é interrompida no bosque, então, seguiria pela área verde, ligando-se à Rua Bruno Filgueira¹⁰.

Tanto o bosque como a casa que ele abriga são públicos e foram tombados em 1989 pelo Conselho Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico

⁹ Autos nº. 0003344-43.2015.8.16.0001 da 16ª Vara Cível de Curitiba.

¹⁰ MARCHORI, Raphael. *Shopping no Batel prevê derrubada de área verde*. Gazeta do Povo, 26 de junho de 2013. Disponível em: < <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/shopping-no-batel-preve-derrubada-de-area-verde-bbgcqcqqlpdwwercc7r8hdmbv> >. Acesso em 20 jan. 2018.

(CEPHA)¹¹, o que não garantiu por si só a sua proteção. Além da ameaça de construção de uma rua que implicaria na derrubada de parte do bosque, a casa Gomm teve de ser removida para os fundos do terreno em virtude da construção do shopping Pátio Batel e apenas um terço do bosque original permanece preservado¹².

Foi necessária a mobilização da população para que a proposta de construção da rua no lugar do bosque não fosse levada adiante. Logo no final do mês de junho de 2013, poucos dias após a divulgação da obra pela imprensa local, teve início o movimento Salvemos o Bosque da Casa Gomm, que buscou ocupar o bosque de forma criativa a fim de impedir a sua destruição¹³.

O primeiro evento organizado pelo movimento foi o “Piquenique dos Sabiás”, que só naquele ano teve outras cinco edições¹⁴. Desde então as atividades e intervenções realizadas no bosque apenas se intensificaram e em maio de 2015 o movimento já reunia cerca de cinquenta pessoas, além de apoiadores e das pessoas que participavam das atividades¹⁵.

A pressão popular para a preservação do bosque surtiu efeito. Ainda que intervenções naquela área tivessem sido proibidas por decisão liminar proferida pelo juiz da 5ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba em ação popular movida por um morador da região¹⁶ e que a Secretaria de Cultura do Paraná e a CEPHA já tivessem se manifestado acerca da ilegalidade da derrubada de árvores em patrimônio tombado pelo governo¹⁷, foi a ocupação do bosque pela população e

¹¹ TAKEUCHI, Washington. *A casa Gomm*. Disponível em: < <http://www.euamocuritiba.com.br/tem-que-conhecer/alem-do-olhar/a-casa-gomm/>>. Acesso em 20 jan. 2018.

¹² SENS, Anna. *Bosque Gomm abriga arte, luta e história*. Foca na web, 01 de maio de 2015. Disponível em: < <https://focanawebufpr.wordpress.com/2015/05/11/bosque-gomm-abriga-arte-luta-e-historia/>>. Acesso em 20 jan. 2018.

¹³ Ibidem.

¹⁴ A sexta edição do Piquenique, descrito como um encontro cívico do movimento, foi realizada ainda em novembro de 2013. Um pequeno vídeo do evento está disponível no seguinte endereço eletrônico: < <https://www.facebook.com/SalvemosOBosqueDaCasaGomm/videos/468075063313563/>>.

¹⁵ SENS, Anna. *Bosque Gomm abriga arte, luta e história*. Foca na web, 01 de maio de 2015. Disponível em: < <https://focanawebufpr.wordpress.com/2015/05/11/bosque-gomm-abriga-arte-luta-e-historia/>>. Acesso em 20 jan. 2018.

¹⁶ MARCHORI, Raphael. *Justiça impede corte de árvores na Casa Gomm*. Gazeta do Povo, 01 de julho de 2013. Disponível em: < <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/justica-impede-corte-de-arvores-na-casa-gomm-bdycs9rofqb9jqfeqpxz58we>>. Acesso em 20 jan. 2018.

¹⁷ MARCHORI, Raphael. *Intervenção em bosque não tem respaldo legal*. Gazeta do Povo, 27 de junho de 2013. Disponível em: < <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/intervencao-em-bosque-nao-tem-respaldo-legal-bb9g0vsollu8qzj7ccl9w82mm>>. Acesso em 20 jan. 2018;

as negociações com o movimento que permitiram a criação do primeiro parque comunitário da cidade naquele local.

Em julho de 2014, cerca de um ano após o início das mobilizações, a Prefeitura municipal divulgou que o bosque se transformaria em uma área pública¹⁸, mas apenas em 2016 foi firmado o termo de implantação de uma unidade de conservação na área¹⁹. A partir disso, um aditivo ao TAC firmado com o grupo responsável pelo shopping substituiu a abertura de uma nova via para carros pela implantação da unidade de conservação, prevendo a realização de uma série de obras para melhoria do espaço²⁰. No dia 1º de julho desse mesmo ano foi publicado o decreto que transformou oficialmente o bosque da casa Gomm em Parque Gomm²¹.

A ideia foi transformar o espaço em uma área de gestão colaborativa, contando com a participação da sociedade na definição de ações e atividades a serem realizadas no local, como foi a própria iniciativa de criação do parque.

Desde o início do movimento pela preservação do bosque em 2013, o local tem sido palco de uma série de atividades gratuitas e abertas à comunidade que vão remodelando o espaço a partir da cooperação da própria população. Aulas de tai chi chuan, feiras de troca de brinquedos, intervenções artísticas

STACZUK, Maria Emilia. *Curitiba vai ganhar nova unidade de conservação, ao lado de shopping de luxo*. Pini Web, 17 de julho de 2014. Disponível em: < <http://piniweb17.pini.com.br/construcao/Parana/curitiba-vai-ganhar-nova-unidade-de-conservacao-ao-lado-de-319474-1.aspx> >. Acesso em 20 jan. 2018.

¹⁸ BREMBATTI, Katia. *Dia de festa pelo Bosque Gomm*. Gazeta do Povo, 16 de julho de 2014. Disponível em: < <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/dia-de-festa-pelo-bosque-gomm-eaz9b1ggagunslue4xr3jzbd> >. Acesso em 20 jan. 2018.

¹⁹ *Área do Batel ao lado do Bosque Gomm receberá novo parque*. Agência de Notícias da Prefeitura de Curitiba, 12 de janeiro de 2016. Disponível em: < <http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/area-do-batel-ao-lado-do-bosque-gomm-recebera-novo-parque/38719> >. Acesso em 20 jan. 2018.

²⁰ De acordo com as informações divulgadas no endereço eletrônico da Prefeitura de Curitiba, as obras a serem executadas no parque após o novo aditivo incluiriam “novas calçadas em piso de concreto e de paralelepípedo que vão ligar as três ruas, um gazebo coberto para descanso dos frequentadores, um deck de madeira que poderá ser utilizado para apresentações artísticas e culturais, parquinho com brinquedos destinados para crianças com deficiência, paraciclo, painéis decorativos em bambu, nova iluminação e espaços destinados para o uso da comunidade - como para aulas de Tai Chi Chuan e ginástica e criação de canteiros de flores”, bem como a construção de “uma Estação de Sustentabilidade - programa desenvolvido pela Prefeitura de Curitiba que estimula a entrega voluntária de resíduos pela população” (*Área do Batel ao lado do Bosque Gomm receberá novo parque*. Agência de Notícias da Prefeitura de Curitiba, 12 de janeiro de 2016).

²¹ PIVA, Naiady. *Bosque Gomm vira primeiro parque comunitário de Curitiba*. Gazeta do Povo, 06 de julho de 2016. Disponível em: < <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/futuro-das-cidades/bosque-gomm-vira-primeiro-parque-comunitario-de-curitiba-3w6x4bfupl70vuw9ummy0qjl3> >. Acesso em 20 jan. 2018.

(como fotografia, pintura e construção de mosaicos), apresentações musicais e de teatro, exposições, feiras de produtos orgânicos e troca de sementes, mutirões de jardinagem e piqueniques são apenas algumas das atividades ali desenvolvidas. O espaço passou a contar com uma horta labirinto que atende aos princípios da agrofloresta e é banco de sementes crioulas, mantida por mutirões regulares, e também uma composteira comunitária. Além disso, instalou-se ali a chamada minibiblioteca do sossego, pela doação e troca de livros entre moradores.

Foi a partir dessas intervenções, da ocupação do espaço pela população, que o bosque se transformou em Parque Gomm antes mesmo de o poder público reconhecê-lo como tal – tratava-se de oficializar algo que já era uma realidade criada pelos habitantes da cidade, interessados em definir seus rumos e impedir que uma pequena área verde espremida na imensidão de uma metrópole se transformasse em mais uma via destinada a carros.

Para Mathieu Struck, um dos fundadores do movimento, o parque é um símbolo de resistência em um espaço que concentra as principais contradições do planejamento urbano²². Segundo ele, a proposta do parque é “trazer alguma coisa lúdica e divertida para refletir sobre a cidade”, tendo como lema “menos grades e mais pessoas”²³.

Ali, qualquer pessoa interessada em contribuir é bem-vinda e a comunidade é convidada a construir de forma colaborativa um espaço de “novas práticas urbanas”²⁴. O parque, assim, é apresentado como um espaço libertário e de uso livre, mas responsável com seus usuários e com a própria cidade, espaço de encontro, de reunião, de troca de saberes e experiências.

Uma pequena área verde incrustada no caos da cidade e ameaçada pelos interesses de um grupo empresarial e do próprio poder público se tornou, assim, um símbolo de que a população ainda tem algum poder para decidir sobre

²² Segundo ele, essas contradições se expressariam pela coexistência em um mesmo espaço de “um rio canalizado no fundo do bosque, espaço verde em processo de degradação, um shopping center enorme e uma casa tombada pelo patrimônio histórico dividindo terreno, sendo que o bosque pertence a prefeitura, enquanto a casa pertence ao estado” (SENS, 2015).

²³ SENS, Anna. *Bosque Gomm abriga arte, luta e história*. Foca na web, 01 de maio de 2015. Disponível em: < <https://focanawebufpr.wordpress.com/2015/05/11/bosque-gomm-abriga-arte-luta-e-historia/> >. Acesso em 20 jan. 2018.

²⁴ Tal descrição consta da página do Parque Gomm e pode ser acessada pelo seguinte endereço eletrônico: <<https://www.facebook.com/parquegomm/photos/a.576163005788352.1073741827.576161762455143/1288033194601326/?type=3&theater>>.

o desenho da cidade se se organizar e cooperar. Nesse caso, a contribuição e colaboração de muitos fez com que o bosque fosse preservado e ganhasse vida novamente; fez também com que ao estar aberto não pertencesse a ninguém, mas fosse responsabilidade de todos e que sobre os interesses do Estado e do mercado prevalecesse o direito de uso dos habitantes da cidade.

2.2. URBANISMO NEOLIBERAL E CIDADE MODELO NA VITRINE

Um prédio abandonado por uma construtora e um bosque ameaçado pela abertura de uma rua em razão da construção de um shopping center. Ambos esses lugares expressam à sua maneira de que forma interesses privados e de Estado avançam sobre interesses coletivos e como a cidade é moldada sob o capitalismo neoliberal.

Independentemente das trajetórias e desfechos diferentes em cada um desses casos, o fato é que em ambos é visível a contraposição entre diferentes projetos de cidade: de um lado, a cidade acessível e democrática ansiada por aqueles que ocuparam e deram vida a esses espaços e, de outro, a cidade dos promotores de vendas, da financeirização e do capital imobiliário. São projetos que invariavelmente se chocam e, assim, produzem fraturas que o urbanismo neoliberal buscará sufocar sob o mito da cidade-consenso: na narrativa da cidade neoliberal, não há espaço para dissidências e modos de vida alternativos.

A requalificação (ou, dito de forma mais direta, a gentrificação²⁵) de uma área urbana dita degradada; a tentativa de controle de corpos que se seguiu à ocupação espontânea dessa mesma área por pessoas que não se enquadravam na estreita moldura dos consumidores de espaço; o discurso de insegurança que gera medo e justifica o controle, cria enclaves e separa pessoas; o estigma de invasores, sem direito a nome e a uma história; a métrica reducionista da

²⁵ Para Otília Arantes (2000), os termos “revitalização, reabilitação, revalorização, reciclagem, promoção, requalificação” são verdadeiros eufemismos adotados com o intuito de encobrir “o sentido original de invasão e reconquista, inerente ao retorno das camadas afluentes ao coração da cidade” (p. 31). Nesse sentido, ela afirma que o planejamento estratégico urbano não é mais do que outro eufemismo para a gentrificação, processo que requer a coalisão entre mundo dos negócios, mídia e burocracia pública e que aposta na cultura como “um dos mais poderosos meios de controle urbano no atual momento de reestruturação mundial” para, assim, perseguir uma cidade-empresa cultural caracterizada pela simbiose de imagem e produto (p. 33/34). No caso específico da Rua São Francisco, foi a ideia de erigir a rua como um polo gastronômico que deu impulso ao plano de gentrificação, que, por razões alheias aos anseios de urbanistas e entidades comerciais, não chegou a se concretizar plenamente.

legalidade e todos os abusos permitidos em relação ao que lhe escapa e recebe o carimbo de “ilegal”²⁶; a defesa da propriedade como direito absoluto; a possibilidade de deixar um prédio de 22 andares no centro da cidade por anos sem qualquer destinação; a conversão da habitação em meio de extração de renda; a convivência do Poder Judiciário na reprodução desses discursos e na perpetuação do estigma; a confluência de interesses privados e de Estado na conformação da cidade-mercadoria²⁷; a construção de um shopping center de luxo, a catedral das mercadorias de que fala Valquíria Padilha²⁸, sobre uma área tombada pelo patrimônio histórico e cultural da cidade; o privilégio dado à circulação de automóveis em detrimento da utilização do espaço para o encontro de pessoas²⁹. Todos são aspectos da interferência do capitalismo neoliberal sobre a conformação da cidade e da narrativa unitária que ele pretende construir

²⁶ Ainda que esse enquadramento seja utilizado para a perpetuação de exclusões, Raquel Rolnik adverte que a categoria “ilegal” não pode ser considerada absoluta, na medida em que em muitos casos o que se verifica são sistemas de posse “paralegais, semilegais ou quase legais, tolerados ou legitimados por leis costumeiras ou pelo simples uso ou tradição, reconhecidos ou simplesmente ignorados pelas autoridades” (2015, p. 175). Justamente as indeterminações criadas entre as barreiras fixas de legal e ilegal, formal e informal é que, segundo ela, servirão para construir situações de permanente transitoriedade e a existência de um amplo território de reserva sobre o qual o capitalismo financeiro poderá avançar na expansão de suas fronteiras (p. 174).

²⁷ Vainer (2000) aponta que, para os principais porta-vozes do planejamento estratégico, a cidade é encarada a partir da articulação de três analogias: a cidade como mercadoria, como empresa e como pátria. Partem, para tanto, do pressuposto de que as cidades estão submetidas às mesmas condições que as empresas e devem competir entre si. Nesse ambiente de competição, as cidades estão à venda, são uma mercadoria de luxo destinada a um público consumidor muito específico: “capital internacional, visitantes e usuários solváveis” (p. 83). Quando saem desse aspecto passivo e tornam-se sujeitos, são concebidas como agentes econômicos que atuam no contexto de mercado e que a ele subordinam seu planejamento, tomada de decisões e execução de ações (p. 86). O plano estratégico necessita de consenso, que a cidade esteja unificada em torno de seu projeto, e isso se constrói tanto pela disseminação de uma consciência de crise (não a crise em si, mas sua percepção) que viabilize um consenso público-privado operativo e de um patriotismo de cidade que formará as bases permanentes da cooperação público-privada e fornecerá as condições da paz social na cidade-empresa. Nesse contexto, a política local é “transformada em espaço do exercício de um projeto empresarial encarnado por uma liderança personalizada e carismática” (p. 98). A cidade é, assim, negada radicalmente como espaço político e de cidadania, deixa de ser *polis*, “espaço de encontro e confronto entre cidadãos”, para ser *city*, “espaço e objeto e sujeito de negócios” (p. 101).

²⁸ PADILHA, Valquíria. *Shopping center: a catedral das mercadorias*. São Paulo: Boitempo, 2006.

²⁹ Uma rua destinada ao trânsito de carros é, efetivamente, um lugar de desencontro ou um não lugar, isto é, um espaço que “não cria nem identidade singular nem relação, mas sim solidão e similitude” (AUGÉ, 2012, p. 95). Em contraposição ao lugar, que pode ser definido como identitário, relacional e histórico, um não lugar é um espaço que não pode ser definido de nenhuma dessas formas: ele forja apenas identidades provisórias e baseadas no consumo, pois é espaço de anonimato. Espaços constituídos para certos fins, como transporte, são um claro exemplo de não lugares, que aparecem primordialmente sob o arquétipo do espaço do viajante, de alguém que está apenas de passagem. Segundo Harvey, uma rua congestionada por carros é a destruição da ideia de rua como um comum (HARVEY, 2014, p. 146).

à custa do silenciamento de qualquer voz dissonante, pelo apagamento ou captura de qualquer experiência divergente.

Gerida como uma empresa, a cidade torna-se espaço para atração de capitais, de competitividade e valorização da eficiência, da monumentalidade e de grandes projetos urbanos³⁰, das parcerias público-privadas e da submissão à lógica de mercado. Importa oferecer o máximo de vantagens ao investidor capitalista; é aos interesses dele que a cidade-empresa deve atender, se possível colaborando para maximizar seus ganhos e reduzir seus custos. Uma cidade com infraestrutura capaz de atender a esses interesses é uma cidade competitiva – nem que isso se dê às custas de muitos³¹.

Uma cidade de espaços revitalizados, cujas próprias obras de requalificação sejam capazes de movimentar a economia e que tenham por fim incentivar o comércio e promover a limpeza social da região³². A cidade como empresa, planejada para estimular a circulação de capital, encontra com sua

³⁰ Na definição de Vainer (2013), os grandes projetos urbanos (GPUs) constituem a “força prática” da adoção do planejamento estratégico urbano e de seu viés competitivo e voltado aos interesses de mercado. Por meio deles, “a flexibilização regulatória deixa de ser um conceito para ser uma prática” – o que produz um urbanismo *ad hoc*, que ao invés de respeitar regras, as impõe (p. 143) – e novas formas de relação entre Estado e capital privado se concretizam por meio das parcerias público-privadas (p. 138/139). Tratam-se de operações de larga escala, que envolvem um grande volume de recursos e intervêm em grandes superfícies, provocando, dessa maneira, “uma ruptura no mercado de terras, engendrando mais-valias fundiárias/imobiliárias” e aprofundando os padrões de desigualdade na cidade (p. 142). Além disso, combinam investimentos políticos e simbólicos, uma vez que buscam intencionalmente a monumentalidade e produção de uma mais-valia simbólica como estratégia de marketing (p. 144). Como exemplos dessas intervenções, ele cita a construção do Museu Oscar Niemeyer e do Eixo Metropolitano em Curitiba.

³¹ No caso de Curitiba, por exemplo, sua competitividade ocorre em grande medida às custas dos municípios da região metropolitana, tendo em vista que “a eles se dirigem todas as mazelas e problemas cujo ingresso foi vetado na capital” (OLIVEIRA, 2000, p. 179). A imagem da cidade modelo só se mantém, desse modo, em prejuízo às cidades vizinhas: é essa a lógica perversa da competitividade interurbana.

³² De acordo com Marcelo Lopes de Souza (2013), os processos de revitalização transformaram-se em um dos principais mecanismos de criação de novas frentes de expansão do capital no espaço urbano, tendo por principal consequência “o deslocamento mais ou menos forçado de pessoas, via de regra pobres” e, conseqüentemente, o aprofundamento da segregação socioespacial (p. 133/134). Nas cidades dos países “(semi)periféricos” esse processo apresenta sua face mais brutal, com as remoções forçadas de pessoas. Como é notório, as grandes obras e as remoções forçadas foram parte fundamental para os preparativos dos Megaeventos sediados no Brasil, estimando-se que só em Curitiba e região metropolitana cerca de 2.000 a 2.500 famílias tenham sido removidas em razão da Copa do Mundo de 2014, enquanto no restante do país aproximadamente 170.000 tiveram seu direito à moradia violado ou ameaçado em virtude dos eventos (Dossiê da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa, 2011). Diante dessa realidade, Souza aponta que o nome “revitalização” não passa de um eufemismo para referir-se às ações de implementação de uma ideologia de classe média segundo a qual “a presença de pobres nas áreas centrais é um obstáculo a ser removido, em prol da “modernização”, do “desenvolvimento urbano” e de coisas que tais” na cidade de mentalidade “empresarialista” (2013, p. 140).

outra faceta, a de mercadoria disponível apenas àqueles que detêm recursos para consumi-la. Uma cidade revitalizada, afinal, é uma cidade de iguais, ou mais precisamente, de consumidores. Nela, a única diversidade possível é aquela cuidadosamente erigida sob as formas homogeneizantes da mercadoria.

É essa a cidade dos shoppings centers, dos enclaves urbanos, da autossegregação das classes médias e altas, da publicidade, do espetáculo e também do medo.

Para que a qualidade de vida urbana seja oferecida como mercadoria e os consumidores sejam separados daquelas vidas descartáveis para o capital, o discurso do medo é imprescindível. Trata-se de difundir a consciência de crise³³ necessária à implementação do projeto da cidade-empresa, como aponta Vainer³⁴. O encontro e a diversidade típicos do espaço urbano passam, assim, a ser vistos como problemas a serem combatidos – são eles a razão da insegurança, dizem os agentes do urbanismo neoliberal.

A percepção de que os espaços da cidade (sobretudo de espaços públicos, a exemplo da rua) são espaços fora de controle, marcados pela espontaneidade e imprevisibilidade dos acontecimentos, transmuta-os em espaços produtores do medo³⁵. Medo que justificará as soluções apresentadas pelo urbanismo neoliberal: para a cidade deteriorada, espaço de encontros que se busca evitar e de uma heterogeneidade social que parece ser a raiz de todos os problemas³⁶, o remédio só pode ser requalificação, fragmentação e isolamento. Ao pretensamente “curar” os problemas da urbanidade, os agentes da cidade-empresa vão deixando-a cada vez mais doente.

Nessa cidade cindida, marcada por barreiras visíveis e invisíveis, “a proximidade com estranhos é vista como perigosa” e “as desigualdades e

³³ A partir dessas considerações, observa-se que o diagnóstico de Agamben (2013) a respeito do Estado de exceção pode ser aplicado paralelamente às estratégias de governo da cidade. Segundo ele, o argumento da segurança funciona hoje como “palavra-chave de imposição de medidas que as pessoas não teriam motivos para aceitar”, de modo que “a crise coincide com a normalidade e torna-se, deste modo, apenas uma ferramenta de governo. Consequentemente, a capacidade de decidir desaparece de vez e o processo contínuo de tomada de decisões não decide absolutamente nada”.

³⁴ VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos B.; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

³⁵ MITCHELL, Don. *The right to the city: social justice and the fight for public space*. New York: The Guilford Press, 2003, p. 13.

³⁶ CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Enclaves fortificados: a nova segregação urbana*. In: Public Culture, 8(2), p. 303-328, 1996, p. 160.

distância sociais são produzidas e reforçadas a cada passo”³⁷. Diante do medo de interações indesejáveis, a estranheza em relação ao próximo ganha contornos de paranoia, produzindo formas radicais de individualismo³⁸.

O discurso de crise alia-se à criação de espaços homogêneos com recurso à economia do espetáculo e ao imaginário de consumo. Onde reina o medo do diferente, a possibilidade de encontros produtivos é pouco a pouco aniquilada. Em lugar de uma ética de interação característica do urbano, circulação segregada, muros, catracas, vigilância – a transposição dessas barreiras passa a ser um movimento policiado conforme sinais de raça e classe “interpretados para determinar níveis de suspeita e assédio”³⁹. O que resta de interação e de encontro passa a se basear unicamente nos fluxos do capital e da mercadoria⁴⁰.

Ao tratar do urbanismo dos promotores de vendas, Lefebvre antevê de forma clara aquilo que define como o problema da sociedade urbana:

Através das diversas tendências esboça-se uma estratégia global (isto é, um sistema unitário e urbanismo já total). Uns farão entrar para a prática e concretizarão em ato a sociedade de consumo dirigida. Construirão não apenas centros comerciais como também centros de consumo privilegiados: a cidade renovada. Imporão, tornando-a “legível”, uma ideologia da felicidade através do consumo, a alegria através do urbanismo adaptado à sua nova missão. Este urbanismo programa uma cotidianeidade geradora de satisfações (notadamente para as mulheres que o aceitam e dele participam)⁴¹. O consumo programado e cibernetizado (previsto pelos computadores) tornar-se-á regra e norma para a sociedade inteira. Outros edificarão centros decisoriais, que concentram os meios do poder: informação, formação, organização, operação. Ou ainda: repressão (coações, inclusive a violência) e persuasão (ideologia, publicidade). Em redor desses

³⁷ CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Enclaves fortificados: a nova segregação urbana*. In: Public Culture, 8(2), p. 303-328, 1996, p. 174.

³⁸ VOGEL, Arno; SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos (coords.). *Quando a Rua Vira Casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro*. 3º ed. São Paulo: Projeto, 1985, p. 90 e 116.

³⁹ CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2000, p. 315. Para Marc Augé (2012, p. 94), “de certo modo, o usuário do não lugar é sempre obrigado a provar sua inocência. O controle a priori ou a posteriori da identidade e do contrato coloca o espaço do consumo contemporâneo sob o signo do não lugar: só se tem acesso a ele se inocente. As palavras aqui quase não funcionam mais. Não existe individualização (de direito ao anonimato) sem controle de identidade”.

⁴⁰ MITCHELL, Don. *The right to the city: social justice and the fight for public space*. New York: The Guilford Press, 2003, p. 11.

⁴¹ Necessário pontuar, em relação à afirmação de Lefebvre, a dimensão de gênero referente ao consumo, que, especialmente desde o desenvolvimento das lojas de departamento, tem como alvo particularmente o público feminino. Trata-se de uma forma de manter a exploração sobre as mulheres, agora na figura de consumidoras e não só como donas de casa (HARVEY, David. The Political Economy of Public Space).

centros se repartirão, em ordem dispersa, segundo normas e coações previstas, as periferias, a urbanização desurbanizada. Todas as condições se reúnem assim para que exista uma dominação perfeita, para uma exploração apurada das pessoas, ao mesmo tempo como produtores, como consumidores de produtos, como consumidores de espaço⁴².

Consumidores de bens e de espaço. É deles que o urbanismo neoliberal necessita para funcionar, é para eles que planeja a cidade. Segundo Acserald, a adesão ao apelo imediato do consumo expõe o que aparenta ser “o espetáculo mais acabado da urbanidade neoliberal”⁴³. É, portanto, pela difusão de um imaginário mercantil e pelo reforço ao modelo antropológico do “individualista possessivo”, cuja subjetividade se restringe à condição de proprietário, que a homogeneização de espaços e modos de vida é empreendida⁴⁴.

Quem não se enquadrar como consumidor e proprietário deve ser mantido longe, porque representa perigo e desafia as regras de circulação restrita e vigiada da cidade-mercadoria. Não fosse assim, a presença massiva de jovens de baixo poder aquisitivo na Rua São Francisco revitalizada ou em shoppings centers (caso dos famosos “rolezinhos”) não geraria tanto alvoroço.

Vendida como uma mercadoria, a própria cidade transforma-se em bem de consumo. Forma específica de conjunção entre “o rentismo imobiliário e a competição interurbana por capitais”, o consumismo de lugares se manifesta conforme a dinâmica da cidade-espetáculo e da comercialização de obras e localizações urbanas baseadas em um culturalismo de mercado⁴⁵. Vende-se um ideal de cidade. Do novo “boulevard gastronômico” ao “grande centro de compras, entretenimento, cultura e lazer”⁴⁶, é a imagem de uma Curitiba bela, segura, renovada e espetacular que está em jogo.

A construção desse ideal de cidade, ao mesmo tempo em que aumenta a alienação das pessoas acerca das possibilidades de interações sociais com o diferente, aprofunda o controle da produção e uso do espaço pelo poder econômico. Assim, se a imagem da cidade ideal é apresentada como sinônimo

⁴² LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Documento LTDA, 1969, p. 29.

⁴³ ACSERALD, Henri. *Cidade – espaço público? A economia política do consumismo nas e das cidades*. Revista UFMG, Belo Horizonte, v. 20, n.1, p. 234-247, jan./jun. 2013, p. 240.

⁴⁴ Ibidem, p. 240.

⁴⁵ Ibidem, p. 237.

⁴⁶ Descrição disponível no próprio endereço do Shopping Pátio Batel, acessível pelo seguinte link: < <http://www.patiobatel.com.br/institucional> >.

de refúgios para o isolamento das classes altas entre seus pares, caberá aos investidores construí-la e comercializá-la – haverá sempre interessados dispostos a consumi-la passivamente.

A construção de um shopping center de luxo no lugar de um antigo bosque tombado pelo patrimônio histórico e cultural de Curitiba é sintomática desses processos. Um espaço que é a consagração do reino da mercadoria e eclipsa diferenças culturais “em prol de modos de consumo mundializados”⁴⁷ para se vender como parte da cidade ideal: basta crer nessa panaceia e todo tipo de sacrifício é feito para dar lugar à experiência de comunalidade artificialmente construída nessa “catedral da mercadoria”⁴⁸.

Milton Santos denuncia a exclusão gerada por esse tipo de empreendimento e pela mercantilização de tudo aquilo que deveria ser de acesso público:

Temos de comprar o ar puro, os bosques, os planos de água, enquanto se criam espaços privados publicizados, como os playgrounds, ou ainda mais sintomático, os condomínios fechados que a gente rica justifica como necessários à sua proteção. O lazer na cidade torna-se igualmente o lazer pago, inserindo a população no mundo do consumo. Quem não pode pagar pelo estádio, pela piscina, pela montanha e o ar puro, pela água, fica excluído do gozo desses bens, que deveriam ser públicos, porque essenciais⁴⁹.

Essa mesma cidade que se vende como mercadoria acessível a poucos e que, como uma empresa, se organiza sob os ditames do mercado é a cidade dos vazios urbanos, das construções abandonadas que não atendem a sua função social e que favorecem a especulação e o rentismo imobiliários.

⁴⁷ SERPA, Angelo. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2013, p. 26.

⁴⁸ Tonucci Filho (2017, p. 115) aponta que, embora alguns autores cheguem a classificar enclaves urbanos como comuns de acesso restrito em razão de sua abertura a um certo “coletivo”, eles não podem ser definidos dessa maneira, porque operam como propriedade privada e excluem quem está de fora de seu uso. De fato, ainda que tenham seu uso compartilhado por proprietários, condôminos, consumidores e possam ser adjetivados como espaços comuns, esses enclaves baseiam-se na difusão do medo e da segregação espacial em lugar de um lógica da solidariedade e do pôr-em-comum, contrariando a noção do comum como substantivo (essa discussão sobre o comum como adjetivo ou substantivo será travada no capítulo seguinte, no tópico “Comum ou comuns?”). De acordo com Federici, o risco associado a esse tipo de espaço é que ele pode implicar em novas formas de “cercamentos”: “the commons being constructed on the basis of the homogeneity of its members, often producing gated communities, providing protection from the ‘other’, the opposite of what the principle of the commons implies for us” (2014, p.100).

⁴⁹ SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Edusp, 2012, p. 64.

A ausência de destinação ao prédio da Weber Construções Civis não constitui uma exceção, mas está perfeitamente alinhada a esse modelo de cidade – e, em específico, à história do planejamento urbano em Curitiba⁵⁰. O mesmo acontece com a negação do direito à moradia de seus ocupantes, já que na cidade dos promotores de vendas também a moradia deve ser convertida em fonte de extração de renda para os capitalistas.

Na cidade colonizada pelas finanças, os mercados avançam sobre a terra urbana e a propriedade imobiliária, com a finalidade de extração da renda fundiária⁵¹, e a habitação deixa de ser encarada como bem de uso para ser convertida em capital fixo, atrelado à expectativa de geração de mais-valor conforme a variação do preço dos imóveis. Forma-se aí “um complexo urbanístico, imobiliário e financeiro com impactos profundos no redesenho das cidades e na vida dos cidadãos”⁵².

⁵⁰ Desde o plano preliminar de urbanismo criado para a cidade em 1965, havia a proposta de criação de vias lineares de circulação, chamadas “estruturais”, que serviriam como principal instrumento de indução e controle do crescimento da cidade – ali se concentraria a oferta de transporte público e deveriam ser construídos os prédios de maior altura (OLIVEIRA, 2000, p. 47/49). A implantação dos assim chamados “eixos estruturais” na cidade, entre 1971 e 1983, resultou, todavia, em um intenso processo de especulação imobiliária. As terras localizadas em seu entorno ficaram retidas “à espera de um nível de valorização que justificasse o lançamento de empreendimentos imobiliários de alto nível”, de modo que em 1985 metade das terras da cidade encontravam-se ociosas (p. 178).

⁵¹ Rolnik explica da seguinte maneira os mecanismos pelos quais os sistemas de habitação passaram a absorver o excedente produzido pelos ativos financeiros mundiais (cujo valor cresceu 16,2 vezes entre 1980 e 2010, comparado a um crescimento de 5 vezes do PIB mundial no mesmo período): “A criação, a reforma e o fortalecimento dos sistemas financeiros de habitação passaram a representar um destes novos campos de aplicação do excedente, tanto no âmbito da macroeconomia e das finanças domésticas como também para esse novo fluxo de capitais internacionais. A criação de um mercado secundário de hipotecas foi um dos veículos importantes para conectar os sistemas domésticos de financiamento habitacional aos mercados globais. Mas também outros instrumentos financeiros não bancários, assim como empréstimos não bancários, permitiram aos bancos locais e a outros intermediários aumentar sua alavancagem, ampliando assim a disponibilidade de crédito. A entrada de excedentes globais de capital permitiu o crescimento do crédito para além do tamanho e da capacidade dos mercados internos, criando e inflando as chamadas bolhas imobiliárias” (2015, p. 28). Temos justamente aí, no estouro dessa bolha imobiliária, o estopim da crise econômica de 2008. Na tentativa de reverter o colapso, uma das soluções adotadas pelo governo estadunidense foi injetar ainda mais dinheiro nas duas principais agências de crédito imobiliário daquele país, dando continuidade à política de incentivo aos mercados financeiros de habitação. Segundo Rolnik, ao ser capturada pelas finanças, a própria habitação converteu-se em mercadoria fictícia, tornando-se o setor mais rapidamente impactado pela crise (2015, p. 29). Mas além do mercado hipotecário, ela ainda destaca os programas de titulação e as concessões remuneradas de terra pelo Estado a empresas privadas como formas pelas quais o capital financeiro se apropria das terras urbanas (p. 161).

⁵² ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 29.

De um lado, como é típico da lógica neoliberal, esse processo é conduzido pelo próprio Estado, que abandona os conceitos de moradia como bem social e da cidade como bem público para reorientar o caráter das políticas habitacionais e urbanas: não mais um papel de distribuição de riqueza, mas sim de acumulação dessa mesma riqueza, extração de renda e ganho financeiro⁵³. Nos assentamentos populares onde geralmente se anuncia uma suposta “ausência do Estado”, por exemplo, o que se verifica, em verdade, é a onipresença deste agente como mediador dos processos relativos à sua formação, consolidação e remoção⁵⁴, destacando-se o papel dos programas de regularização fundiária na expansão do capital financeiro sobre as terras urbanas⁵⁵.

De outra parte, essa crescente financeirização da moradia ancora-se no ideal de aquisição da casa própria, que perpetua a ideologia do individualismo proprietário, na concessão de crédito para setores mais amplos da sociedade, incluindo consumidores de média e baixa renda nos circuitos financeiros de habitação, e na tomada do setor habitacional pelas finanças globais, com incentivo de entidades como o Banco Mundial⁵⁶ e o Fundo Monetário Internacional⁵⁷. De acordo com Rolnik:

a hegemonia da propriedade individual escriturada e registrada em cartório sobre todas as demais formas de relacionamento com o território habitado constitui um dos mecanismos poderosos da máquina de exclusão territorial e de despossessão em marcha no contexto de grandes projetos, sejam eles de expansão da infraestrutura e

⁵³ ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 15.

⁵⁴ Esse papel de mediação ocorre particularmente no caso de assentamentos situados em terras públicas, em que há algum tipo de autorização por parte das autoridades estatais, mas também na hipótese em que a regularização de certas áreas e a provisão de bens e serviços públicos para os assentamentos se transforma em moeda de troca eleitoral. Nesse sentido, Rolnik destaca a presença de uma “ideologia da doação” nos casos em que o Estado responde às reivindicações das massas urbanas. Segundo ela: “Esse pacto territorial firmado entre as classes dominantes e os grupos sociais emergentes se baseia na manutenção de uma ordem que não se transforma para incorporar diferentes formas de ocupação do espaço, mas apenas tolera, seletivamente, exceções à regra. Ao serem reconhecidas, as exceções são “premiadas” com o direito de permanecer, com investimentos públicos em infraestrutura e serviços urbanos. Desta forma, a maioria “clandestina” entra na política urbana devendo um favor àqueles que a julgam admissível” (2015, p. 183).

⁵⁵ ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 180/181.

⁵⁶ Veja-se, a esse respeito, o relatório “Housing: Enabling Markets do Work”, produzido pelo Banco Mundial em 1993.

⁵⁷ ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 27.

desenvolvimento urbano, sejam de reconstrução pós-desastres. Na linguagem contratual das finanças, os vínculos com o território são reduzidos à unidimensionalidade de seu valor econômico e à perspectiva de rendimentos futuros, para os quais a garantia de perpetuidade da propriedade individual é uma condição⁵⁸.

Essa cidade das finanças, que acolhe os interesses rentistas e especulativos das grandes construtoras e nega o direito básico de ter onde morar aos seus habitantes, tornando a propriedade sua condição, é uma cidade em que prédios abandonados e pessoas sem-teto convivem lado a lado, sem poder se misturar. “Tanta gente sem casa, tanta casa sem gente”, denunciam os muros cidade afora. Vigora aí o direito de propriedade em sua forma absoluta, muitas garantias e poucos deveres. Os promotores de vendas agradecem.

Ser proprietário significa estar incluído na cidade-mercadoria, ter acesso ao shopping, ao condomínio, ser bem-vindo na rua revitalizada. Como assinala Milano, “ser proprietário é tão importante quanto ter propriedade”⁵⁹, na medida que a propriedade não se liga apenas ao patrimônio como também à própria personalidade e socialização do indivíduo.

Não ser proprietário, em contrapartida, significa estar alijado dessa cidade, ser encarado como ameaça e presença indesejada. Significa receber olhares de reprovação ao circular pelo shopping, ser revistado por seguranças ou pela polícia, receber a alcunha de “invasor”⁶⁰.

“Nada justifica a ocupação de imóvel por particular sob o fundamento de que o proprietário não fazia bom uso do imóvel”⁶¹. Como demonstra este trecho da sentença que determinou a reintegração de posse no caso da OCEL, o título de propriedade muitas vezes se sobrepõe aos usos e funções do espaço, ao direito à moradia dos ocupantes, e permite toda sorte de abusos. É a propriedade

⁵⁸ ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 13.

⁵⁹ MILANO, Giovanna Bonilha. *Conflitos fundiários urbanos e poder judiciário: decisões jurisdicionais na produção da segregação socioespacial*. Tese (Doutorado em Direito). Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016, p. 217.

⁶⁰ Em seu estudo sobre decisões judiciais relativas a conflitos fundiários e suas construções argumentativas, Giovanna Milano (2017) concluiu que, além de assumir uma postura favorável à proteção da propriedade privada, o Poder Judiciário atua seletivamente e o gatilho para essa seletividade é justamente a figura do “invasor”. Segundo ela, as decisões sobre conflitos fundiários ocorrem condicionalmente à identificação do invasor e “a partir da construção desse personagem não há saída jurídica possível a ser articulada” (2016, p. 218).

⁶¹ Autos nº. 0003344-43.2015.8.16.0001 da 16ª Vara Cível de Curitiba.

a serviço dos capitalistas, promovendo ganhos com especulação no mercado de terras e limitando o acesso a direitos por aqueles que não a detém.

O Estado e o Poder Judiciário com frequência dão reforço a essa lógica. Estampada na sentença da 16ª Vara Cível de Curitiba e em muitas outras, a separação entre cidade formal e informal⁶², entre regularidade e irregularidade, não apenas recorre à ideia de propriedade como um direito absoluto, como fortalece essa compreensão e as consequências que dela advém. O recurso à figura do “invasor” nas decisões, decorrente dessa lógica, serve como um mecanismo de operação da seletividade do direito⁶³, seletividade que se inscreve no espaço em forma de segregação e espoliação⁶⁴.

Os diferentes desfechos dos casos analisados não foram meramente aleatórios, vale pontuar. De um lado, um grupo de 10 pessoas desafiando a regra da propriedade e ocupando um prédio abandonado para fazer valer seu direito à moradia, além de proporcionar eventos culturais para qualquer interessado. Não proprietários, às portas do urbano, “invasores”. De outro, um grupo predominantemente de classe média, consciente de seus direitos e com força para reivindicá-los, ocupando um bosque com uma série de atividades no intuito de preservá-lo.

Ainda que em ambos os casos os fins fossem semelhantes, isto é, atribuir função social a lugares esquecidos seja pelo proprietário privado seja pelo poder público, os agentes do urbanismo neoliberal e o próprio Poder Judiciário não ficaram cegos aos sujeitos envolvidos nessas disputas. É muito mais fácil negar direitos àqueles que já estão excluídos da cidade e mantê-los

⁶² Segundo Milano (2016, p. 20) “são favelas, cortiços, ocupações informais, bairros periferizados, “aglomerados subnormais” e outras denominações indicativas de espaços ocultos pela racionalidade da titularidade formal de propriedade e que se tornam preferenciais na atuação do controle social punitivo do Estado. Trata-se de um segundo filtro de seletividade operado na relação entre direito e espacialidade urbana, fundado no controle social exercido pelo Estado sobre certos territórios entendidos como “perigosos ou desviantes”.

⁶³ Franzoni e Hoshino (2016) traduzem a relação entre a cidade-empresa e a seletividade do direito nos seguintes termos: “À cidade historicamente limitada - Cidade Ltda. - fruto de uma urbanização segregadora, soma-se um conjunto de ameaças legislativas de viés especulativo – Direito® – cujo intuito e marca registrada é a tentativa de transformar o espaço urbano num ativo financeiro sempre mais rentável, a despeito dos custos humanos dessa jogada: o Direito à Cidade S/A”. A desregulamentação jurídica em favor das empresas alia-se à dura imposição da lei aos pobres e marginalizados para favorecer o complexo financeiro imobiliário e gerar cada vez mais exclusão, transformando o próprio direito à cidade em mercadoria.

⁶⁴ MILANO, Giovanna Bonilha. *Conflitos fundiários urbanos e poder judiciário: decisões jurisdicionais na produção da segregação socioespacial*. Tese (Doutorado em Direito). Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016, p. 218.

assim. A forma como as divisões de classe projetam-se no espaço, afinal, não é apenas consequência, mas também condição para o perfeito funcionamento do capitalismo neoliberal⁶⁵.

Esse contínuo aprofundamento de distâncias sociais, por vezes também convertidas em separação física, resulta em uma cartografia assimétrica para o próprio exercício da cidadania, com frequência subordinada à detenção do título de propriedade ou à capacidade de consumir. Ainda assim, é uma cidadania que sempre encontra limites.

Na cidade que se apresenta como espetáculo, que vende um estilo de vida calcado na ilusão da liberdade de escolha, cria-se um tipo de “público” cuja possibilidade de manifestação e de embate é rigorosamente controlada:

(...) aquele no qual os indivíduos são autorizados a ficar com raiva, ainda que no seu devido lugar e de uma forma altamente circunscrita, mas que em última instância não é ameaçadora às estruturas vigentes ou à ordem e ao poder. O espetáculo do público é dissolvido em espetáculo público⁶⁶.

Nessas condições, a única possibilidade de participação admitida pelo urbanismo neoliberal, qual seja, a do “consumidor de mercadorias, acionista de empresa ou patriota orgulhoso, o cidadão planejado estrategicamente”, baseia-se na negação da cidadania⁶⁷. É a prova de que “o espaço em que vivemos é, na realidade, um espaço sem cidadãos”, como já alertava Milton Santos⁶⁸.

Na cidade gerida como uma empresa não há mais espaço para a política ou para a democracia. O projeto empresarial, vinculado à “utopia mercantil de uma cidade unida pela produtivização e pela competição”, é o projeto de

⁶⁵ MILANO, Giovanna Bonilha. *Conflitos fundiários urbanos e poder judiciário*: decisões jurisdicionais na produção da segregação socioespacial. Tese (Doutorado em Direito). Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016, p. 218.

⁶⁶ Tradução livre de: create a certain kind of “public” – one in which individuals are allowed to get angry, albeit in their place and in a highly scripted manner, but one that is ultimately nonthreatening to established structures or order and power. The spectacle of “the public” is dissolved into public spectacle” (MITCHELL, 2003, p. 146).

⁶⁷ VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos B.; MARICATO, Erminia. *A cidade do pensamento único*: desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 100/101.

⁶⁸ SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Edusp, 2012, p. 65.

eliminação da política local⁶⁹. A cidade como espaço de negócios, a *city*, suplanta a cidade como espaço da política, a *polis*.

Essa despolitização planejada é condição para que a cidade seja apropriada por interesses empresariais globalizados, na medida em que, ao instaurar o consenso, assegura condições estáveis de produtividade e competitividade. Para que a cidade seja competitiva e os parceiros privados sejam atraídos a investir nela, a eliminação do conflito e das condições de exercício da cidadania é pressuposta⁷⁰.

Dessa maneira, em lugar de espaços de interação e de encontro na cidade, potenciais para o exercício da política, privilegia-se a construção de espaços festivos de incentivo ao consumo. São espaços monofuncionais, homogêneos quanto aos grupos sociais que os frequentam e que não representam mais local de materialização de tensões e conflitos sociais, manifestando uma “*dimensão política enfraquecida*”⁷¹.

Baseado em ideias de segurança e de entretenimento, nesse tipo de lugar, cada vez mais presente no espaço urbano, a atividade política é substituída por um espetáculo projetado para vender mercadorias e a própria cidade como um todo⁷². Em outros termos, “representações do espaço passam a dominar os espaços de representatividade”⁷³.

É a cidade do marketing, que se vende sob o adjetivo de “modelo”, “ecológica” ou o que quer que seja, como torna claro o exemplo curitibano⁷⁴. A

⁶⁹ VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos B.; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 98.

⁷⁰ Ibidem, p. 78.

⁷¹ SILVA, César Henriques Matos e. *Espaço político e urbanidade: o caso do centro da cidade de Aracaju*. Salvador, 2009, 314 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, p. 14.

⁷² MITCHELL, Don. *The right to the city: social justice and the fight for public space*. New York: The Guilford Press, 2003, p. 138.

⁷³ Tradução livre de: “Representations of space come to dominate representational spaces” (MITCHELL, 2003, p. 140).

⁷⁴ “Modelo” e “ecológica” foram adjetivos que ajudaram a construir a imagem de Curitiba e a vender a ideia de sucesso do seu planejamento urbano. Essa imagem, contudo, é mistificada e muitas vezes não corresponde à realidade, como demonstrou Dennison de Oliveira em “O mito da cidade modelo” (2000). Com efeito, o autor deixa claro que essas representações da cidade são sempre parciais, interpretam à realidade ao seu modo e ignoram as manifestações que contrariam a positividade do cenário forjado (p. 14). Como exemplo da incompatibilidade entre realidade e propaganda, ela assinala que, embora a política de recolhimento do lixo tenha sido um dos pontos de projeção da imagem de Curitiba internacionalmente, os próprios órgãos oficiais reconheciam que até os anos 1990 apenas 10,5% do lixo era efetivamente recolhido e separado (p. 180).

cidade que se vende como imagem, consensual, isenta de conflitos e questionamentos. Cidade dos investimentos internacionais, dos centros de poder, dos grandes projetos arquitetônicos, dos espaços projetados para iguais, mas que rejeita pobres, mendigos, moradores de rua. Nessa cidade espetacular, de fronteiras fixas e constantemente policiadas, em que a interação com o diferente é quase eliminada, pratica-se “uma democracia política com muros urbanos; procedimentos democráticos usados para promover segregação”⁷⁵. Nas palavras de Caldeia, “uma cidade de muros não é um espaço democrático”, mas “se opõe às possibilidades democráticas”⁷⁶.

Essa cidade é também a negação do comum urbano e da cidade como comum. Regida pela máxima do lucro e da exclusão, a ideia de produzir algo coletivamente a partir da solidariedade e do compartilhamento, de forma democrática e colaborativa, lhe aparece como contraposta. Quando não busca aniquilar a experiência do comum (como quando impede a interação e aumenta a alienação dos cidadãos), o urbanismo neoliberal tende a se apropriar daquilo que é produzido a partir dela, espalhando seu controle até seus máximos limites. Ainda assim, a experiência do comum resiste e, contrapondo-se à cidade planejada pelo urbanismo neoliberal, acende uma faísca de esperança.

2.3. FAZER-COMUM NA CIDADE

Embora o urbanismo neoliberal promova a sensação de que a cidade-consenso e a cidade-empresa são as únicas respostas possíveis e que não há modos de organização alternativos para a cidade, os conflitos perenes que se manifestam no tecido urbano demonstram justamente o contrário. Eles são a prova de que a cidade ainda é foco de resistências⁷⁷.

⁷⁵ CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania* em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2000, p. 339-340.

⁷⁶ Ibidem, p. 328.

⁷⁷ A resistência aqui deve ser entendida não em um sentido meramente negativo, mas sobretudo como positividade, como potência criativa. Como Hardt e Negri apontam, “os acontecimentos de resistência têm o poder não só de escapar ao controle mas de criar um novo mundo” (2016, p. 79). Eles rompem com a realidade posta e a subvertem, estabelecem novas subjetividades e formas de se relacionar com o mundo. A resistência como acontecimento deriva dos encontros “entre ideias, conceitos, atores/atrizes, espaços, afectos, textos, corpos, públicos” e, assim, sempre se relaciona a um ato criativo, que não se prende ao real, aos conceitos e às tradições (GORSORF, 2016, p. 172), mas abre caminho para construção da alternativa. É resistência como oposição a um estado de coisas, como “movimento de insurreição que se eleva contra a opressão” (GORSORF, 2016, p. 172), mas também como busca de autonomia em relação ao

Assim, além de exporem de que maneira o urbanismo neoliberal busca sufocar a urbanidade, o prédio e o bosque são também cenários onde se desenvolveram importantes insurgências contra esse urbanismo e contra a lógica do individualismo proprietário e da apreensão das vidas pelo mercado e pelo Estado.

Em ambos esses lugares, formas de vida cooperativas e baseadas na solidariedade se desenvolveram e permitiram que, ainda que provisoriamente, uma relação diferente com a cidade se estabelecesse. Uma experiência de autêntica comunalidade, não controlada e não mercantil, lembrando que, por trás dos fragmentos da cidade-mercadoria, a cidade como *polis*, como espaço da política e da democracia ainda é possível.

Os casos aqui tratados, assim como muitos outros, entrelaçam práticas ao mesmo tempo destituíntes e constituintes, destrutivas e criativas. De um lado, eles subvertem a ordem imposta pelo urbanismo neoliberal, contestam a cidade como empresa, pátria, mercadoria. Desfazem uma imagem de cidade e constroem outra. A partir de articulações criativas, fundam uma cidade diferente, mais humana, acessível e democrática.

A começar pela contestação da própria ordem proprietária, sustentáculo do sistema capitalista. “Ninguém é dono de nada”, afirmou um dos fundadores do movimento Salvemos o Bosque da Casa Gomm sobre a ocupação do parque. É essa compreensão que mobiliza as experiências do comum, a de que não há um “dono” a ditar o que deve ser feito de um espaço conforme seus desígnios mais absurdos, mas que esse espaço deve ser governado de forma partilhada, pela colaboração daqueles que se preocupam em preservá-lo e utilizá-lo da melhor forma.

E para tanto é indiferente se essa propriedade pertence ao Estado ou ao particular, pois tanto uma quanto outra organizam-se conforme um critério de exclusão e, sob a égide do neoliberalismo, submetem-se às regras e aos interesses de mercado. Tanto uma quanto outra convergem para a aniquilação de experiências que contrariem a sua dominação, que escapem ao seu controle.

poder, na medida em que ela é também condição para que ele seja exercido. O poder só se exerce sobre sujeitos livres e capazes de resistir, de modo que as lutas de resistência prefiguram o próprio desenvolvimento das estruturas de poder, manifestando-se também como dimensão de inovação que irrompe de seu interior (HARDT, NEGRI, 2016, p. 76, 262).

No caso da OCEL, questionou-se a propriedade de um prédio por uma construtora. Um direito de propriedade sem o respectivo cumprimento de deveres, seja quanto ao pagamento de encargos fiscais ou quanto à destinação dada ao espaço. Sem cumprir sua função social, o prédio atendia perfeitamente uma função outra, a de contribuir para a especulação imobiliária na cidade, como é o papel de construções abandonadas. Ao ocupar esse espaço, os membros da OCEL estabeleceram ali uma relação não de pertencimento, mas de uso. Negados a ter acesso à propriedade, fizeram do prédio local de moradia e arte, encontro e reunião. Contrariamente à perspectiva exclusivista da propriedade individual, deixaram o espaço aberto a todos que tivessem interesse em colaborar com a ocupação e participar de seus eventos. Ao invés de exclusão, operaram inclusão.

No caso do Parque Gomm, por sua vez, a propriedade de Estado – articulada a interesses privados – é que foi contestada. Mesmo protegido pelo patrimônio histórico e cultural, a depender do Poder público o bosque da casa Gomm seria parcialmente derrubado pela construção de uma rua. Foi a mobilização da população que deu nova vida ao bosque e contribuiu para preservá-lo. Também aqui uma relação de cuidado e não de pertencimento se estabeleceu entre os habitantes da cidade e o bosque, que antes chegava a ficar de portões fechados para restringir o acesso do público. Desde a mobilização para preservação do bosque, todos que queiram ajudar a mantê-lo e ali desenvolver atividades são convidados. Nada pertence a ninguém, mas tudo está sob cuidado de todos.

Na cidade neoliberal, Estado e mercado caminham juntos na realização dos interesses capitalistas. Se no caso da OCEL o abandono e ausência de destinação do prédio pela construtora se deu sob amparo do Estado (tanto pela omissão do Fisco como pela ação do Poder Judiciário), no caso do Parque Gomm a ameaça ao bosque público atendia aos interesses de um shopping center com a conivência do poder público. Proteção absoluta da propriedade privada e propriedade pública sob ataque: eis a fórmula do urbanismo neoliberal.

Mas, se propriedade privada e propriedade pública convergem para a destruição de experiências mais solidárias e democráticas do espaço, fundadas no uso e não no pertencimento, as experiências da OCEL e do Parque Gomm trataram de expor essa relação. Rejeitaram, assim, a lógica proprietária sob

ambas as formas, para construir um outro tipo de relacionamento com o espaço, não mais conforme a lógica exclusivista da propriedade, mas um relacionamento baseado no uso, na cooperação e no cuidado.

Além do questionamento à propriedade em si, essas experiências subvertem também os mecanismos de exclusão que ela ajuda a promover. Se, como visto, a propriedade passa a orientar a própria sociabilidade na cidade neoliberal, se ela molda a personalidade e as possibilidades que se abrem ao indivíduo, o que sobra ao não proprietário é a margem, o ostracismo. Mas experiências como a da OCEL deslocam o não proprietário de seu lugar de apagamento e deixam visíveis as exclusões produzidas na cidade-mercadoria.

A ordem que determina o lugar que cada um deve ocupar na cidade é abalada, fronteiras são transpostas. Ao ocuparem um lugar que não lhes é destinado, que é moldado para impedir seu acesso, essas pessoas escancaram as contradições desse modelo de cidade e desafiam as regras do urbanismo neoliberal. Empurradas para longe dos centros de poder, privadas de direitos e de cidadania, elas não se curvam a essa realidade e lutam por mais, lutam por um outro modo de vida, por uma outra cidade.

Tanto a OCEL quanto o Parque Gomm construíram-se como espaços de encontro e interatividade, abertos à diferença. Todas as atividades que eles sediavam eram gratuitas e abertas ao público, contrapondo-se ao consumismo de bens e lugares que vigora na cidade idealizada pelos promotores de vendas. Não eram lugares destinados ao entretenimento do consumidor passivo e alienado, mas feitos para que o cidadão engajado, preocupado com os rumos da cidade, interviesse – dessa maneira, os próprios sujeitos se transformavam.

Contrariando a tendência à criação de espaços cada vez mais homogêneos e monofuncionais, pensados para evitar encontros indesejáveis com o outro, experiências como essas não limitam a presença de colaboradores conforme sinais distintivos de classe. Ao contrário, elas apostam na possibilidade de colaboração com o diferente, na diversidade de atividades e no intercâmbio de saberes e vivências.

Em lugar de disseminar o medo como gatilho para confinamento em refúgios cercados de vigilância, compreende-se que a verdadeira segurança advém não da formação de barreiras e separações, mas das interações no

espaço, dos olhares nas calçadas⁷⁸, do laço com o outro. É uma visão de um tipo de cidade que necessariamente contém alguma tolerância ao risco e ao perigo, que entende que uma certa dose de medo sempre estará presente na cidade, como algo intrínseco à vida urbana⁷⁹, e que tentar afastá-los por muros acaba conduzindo a violência e o conflito ao seu extremo.

Com efeito, ao contrário do que o discurso de crise dos urbanistas busca fazer crer, a consequência das fronteiras fixas que negam o acesso à cidade a certos grupos não é a supressão do conflito, mas a sua exacerbação e radicalização, na medida em que aprofunda as desigualdades sociais. Consequentemente, é a existência massiva de muros e barreiras, e não a sua falta, que transforma o espaço urbano em um espaço de guerra⁸⁰. Segundo Rolnik, na “guerra dos lugares”:

o que está em jogo são processos coletivos de construção de “contraespaços”: movimentos de resistência à redução dos lugares a *loci* de extração de renda e, simultaneamente, movimentos de experimentação de alternativas e futuros possíveis. Como toda guerra, esta é marcada pelo confronto e pela violência⁸¹.

⁷⁸ Em “Morte e vida das grandes cidades”, Jane Jacobs (2011, p. 52) alerta que a garantia da segurança é resultado desses olhares, da vigilância feita pelos próprios moradores em sua vizinhança. Segundo ela, “sob a aparente desordem da cidade tradicional existe, nos lugares em que ela funciona a contento, uma ordem surpreendente que garante a manutenção da segurança e da liberdade. É uma ordem complexa. Sua essência é a complexidade do uso das calçadas, que traz consigo uma sucessão permanente de olhos. Essa ordem compõe-se de movimento e mudança, e, embora, se trate de vida, não de arte, podemos chamá-la, na fantasia, de forma artística da cidade e compará-la à dança – não a uma dança mecânica (...), mas a um balé complexo, em que cada indivíduo e os grupos têm todos os papéis distintos, que por milagre se reforçam mutuamente e compõem um todo ordenado. O balé da boa calçada urbana nunca se repete em outro lugar, e em qualquer lugar está sempre repleto de novas improvisações”.

⁷⁹ MITCHELL, Don. *The right to the city: social justice and the fight for public space*. New York: The Guilford Press, 2003, p. 4-6.

⁸⁰ CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2000, p. 340. Nesse sentido, Stephen Graham afirma que o novo urbanismo militar “faz uso dos poderes do Estado para reconfigurar violentamente ou apagar o espaço urbano, como um meio de aliviar supostas ameaças, de abrir espaço para exigências da formação da cidade global, da produção neoliberal ou da criação de uma *tabula rasa* urbana capaz de gerar bolhas extremamente lucrativas de especulação imobiliária”. Para justificar a aplicação de uma tecnologia de guerra nas cidades e viabilizar o projeto neoliberal, frequentemente “contra um inimigo urbano, racial ou de classe (demonizado e ficcionalizado)”, as figuras da exceção e da emergência são constantemente invocadas. É a partir da exceção que as “geografias de violência permanente que sustentam a economia dominante” são construídas (GRAHAM, 2016, p. 150). Esse cenário aterrador, todavia, não impede a formulação “contrageografias” capazes de “expor, desmascarar ou erodir o entrincheiramento do novo urbanismo militar pelo globo” (p. 472). Elas partem sobretudo da colaboração com o “outro”, com quem sofre a violência urbicida – e nesse ponto ele cita os movimentos altermundialistas como exemplo –, e da experiência urbana vivenciada (p. 469/472).

⁸¹ ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 378.

Essa “guerra” aparece em cada resistência contra as intervenções do urbanismo neoliberal, “em cada apropriação do espaço coletivo como lugar da multiplicidade e da liberdade”, na luta cotidiana pelo direito à cidade, nas práticas que criam o seu próprio espaço, questionam o pós-político e experimentam uma democracia radical⁸².

O conflito, então, surge como resposta coletiva à exclusão e espoliação promovidas pelo urbanismo neoliberal, pondo em xeque a ilusão da cidade-consenso⁸³. Ele mostra que a imagem de cidade ideal criada pelos marqueteiros não se vende sem resistências e que há outros modos de vida sendo negados para que essa imagem se imponha.

“Há um aspecto ainda mais vil que a feiura ou a desordem patentes, que é a máscara ignóbil da pretensa ordem, estabelecida por meio do menosprezo ou da supressão da ordem verdadeira que luta para existir e ser atendida”, disse Jane Jacobs⁸⁴. A cidade bela e segura dos promotores de vendas mostra, assim, seu outro lado, o lado da exclusão e da violência que ela pressupõe.

Essas contradições são expostas quando formas alternativas de relação com a cidade, que o urbanismo neoliberal tenta a todo custo destruir, ganham visibilidade. A narrativa unívoca sobre o espaço urbano é desmontada e a multiplicidade de vivências espaciais possíveis é posta em evidência. A experiência do comum tem, portanto, uma incrível potencialidade – ao mesmo tempo em que ela contesta o mito de cidade formado pelos urbanistas neoliberais, abre caminho para outras formas de se relacionar com o espaço urbano, outras formas de se relacionar com as pessoas e se organizar.

Em lugar de uma ordem pretensamente consensual imposta de cima, seja por agentes do Estado ou do mercado, na experiência do comum os rumos da cidade são definidos conforme os anseios de seus habitantes e não a despeito deles. A possibilidade de discordância não é negada, a diferença não é eclipsada. Ao invés de despolitização, realização da política. Ao invés de *city*, *polis*.

⁸² ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 378.

⁸³ MILANO, Giovanna Bonilha. *Conflitos fundiários urbanos e poder judiciário: decisões jurisdicionais na produção da segregação socioespacial*. Tese (Doutorado em Direito). Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2017, p. 16/17.

⁸⁴ JACOBS, Jane. *Morte e vida das grandes cidades*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011, p. 14.

Seja no prédio ou no bosque, a contestação a um modelo dominante de organização da cidade implicou em confronto com atores vinculados à lógica do urbanismo neoliberal, fossem eles agentes privados ou representantes do Estado. Diferentemente do que faz esse tipo de urbanismo em relação a sujeitos e formas de vida que não atendam a seus rígidos padrões, a estratégia de que lançaram mão nesse embate não consistiu numa tentativa de apagamento do adversário, mas em seu reconhecimento e denúncia de seus arbítrios.

Não se trata de esconder a realidade, de manipular as complexidades das relações que se manifestam no espaço, mas de expor essas questões e encará-las de frente. Essa é também a tarefa política enfrentada pelas resistências na cidade. O mito do consenso mata a política. Confrontar as falsas verdades, mostrar que o consenso não é real e que existem alternativas latentes, a traz de volta. É disso que trata o direito à cidade:

(...) o dissenso apresentado no espaço público - ainda que restrito - é potencial se articulado aos espaços insurgentes produzidos e vividos fora do Estado e do direito. Por isso, reiteramos nossa aposta na política que destitui a legitimidade dos poderes constituídos e, ocupando as ruas e a cidade, produz uma nova ordem, um novo direito. Esse novo *nomos* é o direito à cidade: “O direito à ‘obra’ (à atividade participante) e o direito à ‘apropriação’ (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade” (Lefebvre, 1991: 143)”⁸⁵.

Quando a disputa é relativa a recursos não mercantis, os embates pela efetivação do direito à cidade demonstram um importante potencial de politização, que pode se configurar nas mais diversas lutas, seja a luta por moradia, por acesso à cultura, preservação ambiental ou mobilidade urbana. Nesse sentido, o que está em jogo é restauração da cidade enquanto um ambiente político, capaz de aliar reivindicações em um amplo espectro⁸⁶ e de produzir os “fermentos que conduzem a ampliar o grau de consciência”⁸⁷.

⁸⁵ ALVES, Rafael de Oliveira. A política e a cidade. In: AIETA, Vânia (org.). *Cadernos de direito à cidade: estudos em homenagem à professora Maria Garcia: série II*. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2014, p. 180.

⁸⁶ ACSERALD, Henri. *Cidade – espaço público? A economia política do consumismo nas e das cidades*. Revista UFMG, Belo Horizonte, v. 20, n.1, p. 234-247, jan./jun. 2013, p. 246.

⁸⁷ SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Edusp, 2012, p. 83.

Esse tipo de reivindicação, ademais, “deve ter por objetivo a realização da cidadania: a condição política constituinte do sujeito no espaço da cidade”⁸⁸. Mais do que um regime formal, a cidadania significa o exercício da responsabilidade acerca daquilo que é comum⁸⁹, a realização democrática de uma sociedade⁹⁰. Ao reivindicar o direito à cidade, as lutas urbanas produzem uma nova compreensão da própria cidadania – não mais uma cidadania de distribuição de privilégios a certo grupo de cidadãos, mas de distribuição de direito a ter direitos a todos eles –, servem de vetor ao anseio dos habitantes da cidade em alcançá-la e importam em uma modificação de subjetividades – não mais subordinadas e invisibilizadas, mas detentoras de direitos⁹¹.

Se, assim como Milton Santos, compreendermos que a cidadania necessita ser reclamada para ter validade⁹², é justamente isso que essas lutas fazem. Ao realizarem o embate político, as resistências na cidade renovam o exercício da cidadania, democratizam o urbano. Com efeito:

(...) a cidadania material insurgente impulsiona a produção direta de espaços diversos na cidade - por vezes fora do planejamento do Estado e do direito, por vezes contra o Estado e contra o direito. Em outras palavras, é necessário não somente resistir às práticas estatais de produção da cidade capitalista, mas também insurgir-se contra elas publicamente, isto é, em plena praça pública, nas ruas, nos parlamentos, nas redes sociais diversas etc.⁹³

São principalmente os sujeitos que vivem em moradias improvisadas, em favelas, cortiços e ocupações provisórias, aqueles que tem sua existência negada, que são taxados de “invasores”, de “ilegais, que são barrados na entrada do shopping, sujeitos que “tem direito à esperança como direito e ao sonho como dever”⁹⁴, que contrariam as dinâmicas da cidade neoliberal. Sua

⁸⁸ ALVES, Rafael de Oliveira. A política e a cidade. In: AIETA, Vânia (org.). *Cadernos de direito à cidade: estudos em homenagem à professora Maria Garcia: série II*. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2014, p. 172.

⁸⁹ VOGEL, Arno; SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos (coords.). *Quando a Rua Vira Casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro*. 3º ed. São Paulo: Projeto, 1985, p. 130-131.

⁹⁰ Com efeito, segundo James Holston, “a realização da cidadania é a questão central, não a colateral, da democracia” (2013, p. 398).

⁹¹ HOLSTON, James. *Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

⁹² SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Edusp, 2012, p. 20.

⁹³ ALVES, Rafael de Oliveira. A política e a cidade. In: AIETA, Vânia (org.). *Cadernos de direito à cidade: estudos em homenagem à professora Maria Garcia: série II*. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2014, p. 179

⁹⁴ SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Edusp, 2012, p. 85

própria existência é perigosa e potente. São eles os cidadãos insurgentes, desprivilegiados lutando por direitos – negados à própria existência, produzem afirmativamente novos modos de vida.

Ao organizar-se coletivamente, esses e outros sujeitos – em suma, todos aqueles interessados em mudar os rumos a cidade – podem apresentar soluções para os problemas urbanos, remodelando a cidade para que ela deixe de ser produto e, renovada, constitua-se novamente como obra.⁹⁵ Nesse processo, remodelam-se a si mesmos.

É o agir comum que transforma suas subjetividades em novas subjetividades contrárias aos modos de subjetivação capitalista. É ele o amálgama que reúne uma multiplicidade de sujeitos, irreduzíveis a qualquer identidade una e homogênea, na construção do novo – novo que se traduz neles próprios, no comum, na cidade, no mundo ao seu redor.

De consumidores passivos, indivíduos alienados, excluídos da cidade, transformam-se não apenas em cidadãos, mas em sujeitos que, em lugar de competitividade e intenso individualismo, orientam suas práticas por princípios de solidariedade, de reciprocidade, de compartilhamento e de aprendizagem com o outro.

Esse novo sujeito, aliás, é um sujeito educado para a prática da democracia. Diferentemente de uma democracia medida em termos de liberdade para consumir, característica da cidade mercantilizada, a democracia praticada nas experiências de autêntica comunalidade é uma democracia da participação e da decisão tomada coletivamente. Não é democracia como um nome diferente para a dominação, uma democracia controlada e confinada em muros, mas uma democracia que não nega o confronto, que reconhece as diferenças e tenta construir algo a partir disso.

Tanto na OCEL como no Parque Gomm, as decisões relativas ao futuro dessas experiências não eram impostas por agentes externos, como ocorre na gestão da cidade neoliberal, mas tomadas pelos próprios sujeitos envolvidos, múltiplos, diversos. Ao invés de determinações hierárquicas, dissociadas das necessidades dos afetados, decisões coletivas, tomadas a partir de baixo e atentas às suas demandas. Ao invés de um sujeito único, homogêneo, impondo

⁹⁵ LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Documento LTDA, 1969, p. 104.

sua vontade, uma diversidade de atores e uma multiplicidade de desejos a serem compostos, mostrando que não existe um único caminho na construção da cidade.

Esse tipo de vivência, portanto, desafia completamente a lógica da cidade que se apresenta a partir de uma narrativa única, que é gerida e planejada conforme as regras do mercado, que dissemina o sentimento de crise e estabelece um patriotismo de cidade baseado na competição interurbana. Subverte-se a norma da cidade não democrática, da democracia de muros, e pratica-se uma democracia que não é apenas restrita à organização interna dessas mobilizações, mas que se projeta para fora e demanda a democratização da própria cidade.

Afinal, a luta pelo direito à cidade, pela possibilidade de remodelar a cidade de acordo com os desejos de seus próprios habitantes, de torná-la mais acessível e retirar seu caráter de mercadoria é, essencialmente, também uma luta por democracia. E ao inscrever suas práticas democráticas no espaço urbano, as experiências dos comuns atuam para torná-lo igualmente mais democrático.

Por mais inofensivas que aparentem ser, são as pequenas insurgências de casos como o da OCEL e do Bosque Gomm, experiências que a um primeiro e impreciso olhar parecem desconectadas, que carregam o potencial de mudar a cidade e desafiar a ordem neoliberal ao romper o seu controle. É “ali onde os cidadãos investidos de cidadania politizam o cotidiano e quotidianizam a política”, onde a mercantilização da cidade é questionada, onde os espaços da cidade são reconstruídos e reapropriados que a alternativa irrompe⁹⁶. Em verdade:

São expressões e apropriações dos e nos espaços urbanos, produzidas na prática cotidiana de indivíduos, que parecem ter a capacidade de subverter as lógicas associadas aos processos que dominam a produção das cidades na contemporaneidade⁹⁷.

⁹⁶ VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos B.; MARICATO, Erminia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 101.

⁹⁷ SCHVARSBURG, Gabriel. *Rua na Contramão: por uma política da rua*. XVI ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, Maio de 2011, Rio de Janeiro, p. 2.

É o espaço vivido, da experiência cotidiana, das heterotopias⁹⁸ que a um só tempo destitui, ainda que de forma localizada, as imposições da cidade-mercado e constitui uma nova relação com o urbano, constantemente revisitada e informada pelos anseios dos que dela participam. Constitui uma nova urbanidade e constitui-se como elemento fundante dela.

Essa nova urbanidade não anula as experiências dos comuns, mas as toma como ponto de partida, como centro da reorganização da cidade. Estabelece, assim, “um movimento político no sentido inverso dos caminhos atuais – despolitizados – da governança urbana, na direção da cidadania, do dissenso e da criação”⁹⁹. Por basear-se no comum, essa nova urbanidade não cala as vozes dissonantes, mas as ressoa; não exclui ou nega os diferentes, mas se constrói a partir do intercâmbio entre eles; não se funda na separação, nas distâncias físicas e simbólicas em relação ao outro, mas colabora para os encontros; não se impõe hierarquicamente, mas é construída de baixo pelos seus habitantes. Essa urbanidade que se baseia na solidariedade em lugar da competitividade, que se funda no agir comum e constitui novas subjetividades é, enfim, uma urbanidade inscrita nas ruas, calçadas, prédios, bosques, ocupações.

É à investigação teórica de como se constitui e do que trata o comum em que se funda essa nova urbanidade que o capítulo seguinte se dedicará.

⁹⁸ Em contraposição aos espaços isotópicos da lógica capitalista, e ao não-lugar dos espaços utópicos, os espaços de heterotopia constituem espaços da diferença e do contraste. Em referência ao conceito Lefebvrino, Orlando Alves dos Santos Junior o sintetiza da seguinte maneira: “At times, they represent conflicts, appropriated by agents to be spaces for the reproduction of life; also, they are decommodified and therefore represent use value. Such spaces refer to the multiplicity of uses of space in the quotidian life of the city” (2014, p. 154).

⁹⁹ ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 379.

3. COMPREENDER OS COMUNS – DELIMITAÇÕES A PARTIR DA TEORIA

3.1. DA TRAGÉDIA À REDENÇÃO

Invocados como palavra de ordem dos movimentos altermundialistas na virada dos anos 1990 para os anos 2000 e resgatados pelo ciclo de protestos que varreu o mundo no período subsequente à crise de 2008, os comuns tem se destacado na gramática dos movimentos de contestação à ordem vigente. Seja para denunciar os perigos da globalização¹⁰⁰, para se contrapor ao avanço neoliberal¹⁰¹ e denunciar o que seria uma nova onda de cercamentos análoga à que caracterizou o momento de acumulação primitiva do capital ou para reivindicar novas formas de democracia, o fato é que os comuns vem se consolidando como alternativa prática e teórica à exploração capitalista.

¹⁰⁰ David Harvey define a globalização como um processo que sempre fez parte do desenvolvimento capitalista, em razão das possibilidades abertas à acumulação do capital pela expansão geográfica, reorganização espacial e desigual desenvolvimento geográfico. Dentre as principais mudanças introduzidas por esse processo, ele cita, por exemplo, a desregulamentação financeira, a dita “revolução informática”, a redução de custos e tempos do transporte de mercadorias, a dispersão geográfica e fragmentação dos sistemas produtivos, a hiperurbanização e a submissão das atividades estatais ao capital financeiro – mudanças que, segundo Harvey, apenas reafirmaram valores capitalistas típicos do século XIX somados a uma deliberada marginalização de amplos estratos da população (1998, p. 8, 12/14). Nas palavras de Milton Santos, a globalização atual, que ele também denomina como “globaritarismo”, “é perversa, fundada na tirania da informação e do dinheiro, na competitividade, na confusão dos espíritos e na violência estrutural, acarretando o desfalecimento da política feita pelo Estado e a imposição de uma política comandada pelas empresas” (2001, p. 15) – para ele, contudo, esse processo não é irreversível e é possível apostar em uma nova globalização que conduza à “realização de uma vida coletiva solidária” (p. 170). Quanto aos movimentos altermundialistas, sua oposição não é à globalização em si, mas à sua forma capitalista e neoliberal, que gera “desigualdades crescentes entre o norte e o sul, desemprego, exclusão social, destruição do meio ambiente, guerras imperiais, crimes contra a humanidade” (LÖWY, 2008, p. 34). A própria adoção do nome “altermundialismo” em lugar de “antiglobalização” indica a ênfase dada à construção de uma alternativa ao invés de pura e simples oposição à globalização, já que os próprios movimentos construíram redes igualmente globais de organização (HARDT, NEGRI, 2016, p. 122).

¹⁰¹ Embora grande parte da crítica ao neoliberalismo esteja centrada no ataque a direitos sociais, serviços públicos e na crescente desregulamentação das atividades de mercado, há que se ter em conta que esse sistema vai muito além disso. Com efeito, em “A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal” (2016), Laval e Dardot esclarecem que o neoliberalismo não é só responsável por destruir de forma programada regulamentações, instituições e direitos, mas *produz* novos modos de vida (p. 16). Para eles, mais do que um tipo de política econômica ou de ideologia, trata-se de um sistema normativo responsável por ampliar o domínio da lógica capitalista a todos as relações e âmbitos da vida; um sistema que define uma nova subjetivação, a partir da submissão dos indivíduos a um regime de concorrência que impossibilita o exercício da solidariedade e da cidadania, e que recusa qualquer forma de controle democrático, negando a própria política (p. 7/9).

Isso não ocorreu, contudo, sem que houvessem disputas acerca do conceito. Pelo contrário, o percurso teórico traçado pelos principais trabalhos a influenciarem o pensamento sobre os comuns evidencia maneiras muito divergentes – até antagônicas – de encará-los.

Uma abordagem que durante muito tempo¹⁰² prevaleceu na análise sobre o tema foi aquela que os relacionou à noção de tragédia. Nesse sentido, destaca-se a perspectiva adotada por Garrett Hardin no artigo intitulado “The tragedy of the commons”¹⁰³, publicado em 1968 pela revista *Science*, de grande repercussão em diversos campos de estudos¹⁰⁴. Em uma análise neomalthusiana¹⁰⁵ que de partida aborda o problema da superpopulação, o ecologista norte-americano defende a tese de que o livre acesso a bens e recursos comuns, sem qualquer forma de controle público ou privado, só pode resultar em superexploração e, possivelmente, em sua destruição: eis a tragédia dos comuns para Hardin.

Para ilustrar seu argumento, ele toma o exemplo de um campo aberto utilizado para a pastagem de animais. Segundo Hardin, ao avaliar a utilidade de adicionar mais um animal ao pasto, pelo sopesamento entre um componente positivo (a renda proveniente da venda do animal) e um negativo (o sobrepastoreio, que seria compartilhado entre todos), cada pastor concluiria

¹⁰² Ao menos desde a publicação do artigo de Hardin na revista *Science* em 1968 até a publicação das pesquisas de Elinor Ostrom nos anos 1990, foram mais de vinte anos em que a narrativa sobre a “tragédia dos comuns” dominou a produção teórica sobre o assunto.

¹⁰³ Vale mencionar, contudo, que Hardin não foi pioneiro ao interpretar os comuns como vetores de uma tragédia. Embora o seu trabalho tenha tido grande impacto nas produções relativas ao comum durante a segunda metade do século XX, antes dele autores como Aristóteles, Hobbes, William Foster Lloyd, H. Scott Gordon e John H. Dales já associavam a ideia de recursos de livre acesso a um completo fracasso (OSTROM, 1990, p. 2/3).

¹⁰⁴ Em 1998, em um outro artigo intitulado “Extension of The Tragedy of the Commons”, o próprio autor chega a afirmar que “since it first appeared in *Science* 25 years ago, it has been included in anthologies on ecology, environmentalism, health care, economics, population studies, law, political Science, philosophy, ethics, geography, psychology, and sociology.” (apud CAVA; MENDES, 2017, p. 49)

¹⁰⁵ O neomalthusianismo é uma atualização da teoria populacional de Thomas Malthus que associa o subdesenvolvimento e a pobreza ao crescimento populacional. Para Malthus o crescimento da população tenderia a exceder sempre a produção de alimentos, de modo que a partir de certo momento não haveria alimento suficiente para toda a população. No pensamento neomalthusiano de Hardin, o crescimento populacional não controlado aparece como causa do uso abusivo de recursos limitados e até da própria poluição. Diante disso, ele chega a defender o controle reprodutivo das populações e que as imigrações fossem obstadas a fim de que habitantes de países pobres pressionassem os recursos de países ricos (ARAÚJO, CORAZZA 2009, p. 3/8). Em “Tragedy of the commons”, Hardin faz, inclusive, uma menção explícita a Malthus na seguinte passagem: “Population, as Malthus said, naturally tends to grow “geometrically” or, as we would now say, exponentially. In a finite world this means that the per capita share of the world’s goods must steadily decrease” (2001, p. 27).

individualmente pela utilidade de acrescentar sempre um novo animal ao pasto. O fato de todos os pastores chegarem à mesma conclusão, incluindo cada um o máximo de animais ao pasto, levaria inevitavelmente ao colapso desse comum. A premissa adotada por Hardin é que cada pastor (aqui, um arquétipo do homem racional) tende a maximizar os próprios ganhos de forma ilimitada em um mundo que, contudo, possui recursos limitados¹⁰⁶. Nas palavras dele:

Each man is locked into a system that compels him to increase his herd without limit — in a world that is limited. Ruin is the destination toward which all men rush, each pursuing his own best interest in a society that believes in the freedom of the commons. Freedom in a commons brings ruin to all¹⁰⁷.

A solução apontada por ele para evitar o inevitável colapso gerado pelo sistema dos comuns exige, assim, a sua necessária restrição. A proposta é que os comuns sejam vendidos como propriedade privada ou mantidos como propriedade pública e, neste último caso, tenham seu acesso regulado. Como alternativas para restringir o amplo acesso nessa última hipótese, Hardin propõe critérios baseados em riqueza (com o uso de um sistema de leilão), mérito, fila e até loteria. Em sua concepção, ainda que a propriedade seja um sistema injusto, essa injustiça é preferível à total ruína¹⁰⁸.

Além disso, para escapar ao horror dos comuns, ele propõe o estabelecimento de um sistema de coerções mútuas¹⁰⁹, definidas pela maioria dos afetados, o que implica inevitavelmente na restrição da liberdade de alguns. Para Hardin, essa restrição se justifica na medida em que a liberdade atrelada à lógica dos comuns é liberdade apenas para trazer ruína universal; uma liberdade verdadeira só existe quando reconhecida a necessidade de mútua coerção¹¹⁰.

¹⁰⁶ Como instâncias reais dessa tragédia, o professor de Human Ecology ainda cita a abolição dos parquímetros na cidade de Leominster, Massachusetts, o risco de extinção de espécies de peixes e baleias nos oceanos, a deterioração dos Parques Nacionais, a poluição e o assalto a bancos. Segundo Dardot e Laval, “o argumento de Hardin baseia-se num sofisma que consiste em introduzir em seu modelo um comportamento economicamente “racional”, isto é, movido apenas pela lógica do interesse pessoal, num contexto normativo que exclui precisamente esse tipo de comportamento, uma vez que as regras dos comuns são feitas para prevenir o risco de superexploração” (2017, p. 156).

¹⁰⁷ HARDIN, Garrett. *The Tragedy of the commons*. The Social Contract, Fall 2001, p. 29.

¹⁰⁸ Ibidem, p. 34.

¹⁰⁹ Para Elinor Ostrom, essa noção de coerção mútua em Hardin apresenta-se ambígua diante da tendência centralizadora em sua obra, relacionada sobretudo a reguladores externos (OSTROM, p. 218, nota 3).

¹¹⁰ HARDIN, Garrett. *The Tragedy of the commons*. The Social Contract, Fall 2001, p. 35. Nesse ponto, é possível perceber a conexão das ideias de Hardin com o pensamento de Locke, para

Não é desprezível o fato de o artigo ter sido escrito em 1968, “o ano que não terminou”, durante plena Guerra Fria e após uma série de irrupções, sobretudo estudantis, em várias partes do mundo¹¹¹. Num momento em que ser realista consistia em demandar o impossível e que, para alguns, a experiência do comum emerge numa primeira tentativa de romper o dualismo público/privado¹¹², em claro antagonismo ao sistema capitalismo, Hardin declara a ruína de qualquer projeto baseado no comum e de qualquer possível ameaça a esse sistema.

Alexandre Mendes resume o argumento tecido por Hardin nos seguintes pontos, todos articulados como meio de cercar o comum:

a) uma necessidade do binômio público/privado, i.e, o funcionamento recíproco do mercado (propriedade privada) e do Estado (soberania, propriedade pública); b) a necessidade de se limitar a liberdade através de um sistema de coerções mútuas, públicas e privadas; c) uma política de repressão máxima à imigração e às formas de mobilidade global; d) uma crítica à diversidade e à multiplicidade como destruição dos valores americanos; e) uma imagem do pobre, e dos países pobres, como ameaça aos países ocidentais ricos e bem-sucedidos; f) uma ontologia do mundo como espaço da escassez e uma visão limitada dos direitos; g) uma exortação das formas, públicas e privadas, de enclosure (cercamento) do comum¹¹³.

Mais do que um trabalho de defesa da propriedade privada como única forma de cercar o comum, portanto, “The tragedy of the commons” é um ataque

quem a liberdade do estado de natureza não se confundiria com “licenciosidade”, ou liberdade para a destruição. Assim, para preservar a verdadeira liberdade, que é uma liberdade voltada à preservação da humanidade, Locke afirma que a execução da lei da natureza é colocada na mão de todos, de modo que “qualquer um tem o direito de castigar os transgressores dessa lei numa medida tal que possa impedir sua violação” (WEFFORT, 2006, p. 91). Essa possibilidade de mútua coerção inclui, evidentemente, a propriedade, que, nessa abordagem, constitui um direito natural do indivíduo, resultado de seu trabalho. Pelo trabalho o indivíduo retira algo “do estado comum em que a natureza o colocou” e transforma em sua propriedade, excluindo a coisa do direito comum de outros homens (p. 94). O fundamento do contrato social, então, consiste justamente na proteção da propriedade: é esta a tarefa da sociedade política e qualquer tentativa de destruir a propriedade do povo pode justificar a dissolução do governo.

¹¹¹ O ano de 1968 foi um ano de intensa movimentação política. Além dos famosos protestos em maio de 1968 na França, que culminaram em uma greve geral estudantil, ocupações de fábricas e universidades e mais de 10 milhões de trabalhadores em greve, foi também o ano da Primavera de Praga, do início da Guerra do Vietnã e dos protestos contra ela. No Brasil, foi o ano da morte do estudante Edson Luís pela polícia militar, da prisão de 700 estudantes no 30º Congresso da UNE, da Passeata dos Cem Mil contra a ditadura militar e da decretação do AI-5.

¹¹² MENDES, Alexandre. *Para além da “Tragédia do Comum”*. Conflito e produção de subjetividade no capitalismo contemporâneo. Tese (Doutorado em Direito). Centro de Estudos Sociais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012, p. 16.

¹¹³ Ibidem, p. 18.

a qualquer forma de ‘commonism’ (i.e., qualquer projeto baseado no comum)¹¹⁴, para o que podem atuar tanto o Estado como o proprietário particular, tanto a propriedade pública como a privada¹¹⁵. É necessária, destarte, uma articulação constante entre público e privado para a restrição dos comuns, não importando se o sistema de comunismo será substituído por outro socialista ou privatista. Na contramão do antagonismo que polarizava o mundo naquele momento, Hardin deixa claro que é o comunismo e não o socialismo o mal a ser combatido e traduzirá essa tese no ataque ao comum, visto como causador de uma tragédia.

A abordagem fatalista de Hardin orientará a percepção sobre os comuns na economia política pelo menos até 1990, ano em que Elinor Ostrom¹¹⁶ publica “Governing the Commons”. No trabalho desenvolvido sob influência da Nova Economia Institucional, Ostrom contrapõe-se frontalmente à tese de que os comuns resultariam inexoravelmente em superexploração¹¹⁷ e demonstra como esses bens e recursos podem ser geridos coletivamente de maneira sustentável a partir de regras de uso e acesso definidas pelas comunidades. Assim, distante da visão que associa os comuns a uma caricatural anarquia, em que cada indivíduo é orientado pela maximização de ganhos pessoais em detrimento dos

¹¹⁴ Para Alexandre Mendes, “o ‘comunismo’ só poder ser concebido como ‘produção do comum’” (2012, p. 170). Na acepção dele, trata-se de um movimento real que “pula agora no interior do antagonismo entre capital e trabalho. Ele atravessa a constituição das nossas relações sociais, afetivas, comunicativas e a produção da vida social como um todo. Ele aquece as múltiplas formas de se produzir vida e entrelaça as lutas pelo autogoverno da própria vida. Ele é produção, *hic et nunc*, de “diferença”, de “singularidade”, de “criação” e de “subjatividade”. Ele é uma imediata “prática de liberdade”, um *ethos*, que busca, no calor do antagonismo, a *livre constituição de si mesmo*” (p. 172).

¹¹⁵ MENDES, Alexandre. *Para além da “Tragédia do Comum”*. Conflito e produção de subjatividade no capitalismo contemporâneo. Tese (Doutorado em Direito). Centro de Estudos Sociais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012, p. 18/19.

¹¹⁶ Ostrom foi ganhadora do Prêmio Nobel de Economia em 2009, em virtude justamente de sua pesquisa sobre a governança econômica, em especial no que diz respeito aos comuns. Junto com seu marido, Vincent Ostrom, a economista política fundou o Workshop in Political Theory and Policy Analysis na Universidade de Indiana, grupo no qual desenvolveu suas pesquisas, e criou o portal Digital Library of the Commons, que reúne uma impressionante produção acadêmica sobre os *common-pool resources* e pode ser acessado a partir do seguinte endereço eletrônico: < <https://dlc.dlib.indiana.edu/dlc/> >.

¹¹⁷ Logo no primeiro capítulo de “Governing the Commons”, Ostrom relaciona o modelo de Hardin ao dilema do prisioneiro da teoria dos jogos. A tragédia, assim, só realizar-se-ia porque os comuns de Hardin se baseiam em um jogo de não-cooperação, em que inexistia comunicação os jogadores e, conseqüentemente, qualquer possibilidade de acordos verbais. Para ela, o problema dessa análise consiste em que os jogadores no dilema do prisioneiro não podem afastar essas restrições, eles estão presos, mas isso não se aplica necessariamente aos usuários de recursos comuns (OSTROM, 1990, p. 3/6). Assim, partindo do pressuposto de que a capacidade de indivíduos escaparem de situações de dilema varia de caso a caso, Ostrom passa a considerar a possibilidade de ação coletiva auto-organizada para avaliar o sucesso ou insucesso na administração dos comuns.

custos coletivos, a abordagem de Ostrom dá ênfase à colaboração e à organização coletiva que regula esses comuns.

Para tanto, ela investiga uma série de experiências bem-sucedidas de gestão coletiva dos comuns ao redor do mundo, a exemplo de terras comunais de pastagem em vilas camponesas nos alpes suíços, recursos florestais compartilhados entre vilarejos no Japão e sistemas de irrigação na Espanha e nas Filipinas. Ostrom sistematiza, então, as principais características organizativas desses comuns e os confronta com casos malsucedidos de gestão coletiva dos comuns, buscando apontar quais fatores contribuíram para o fracasso nesses casos.

A partir desse meticuloso trabalho empírico, Ostrom demonstra como os Common Pool Resources – CPR (Conjunto de Recursos Comuns) podem ser preservados em função de diferentes arranjos institucionais de gestão coletiva e apresenta oito princípios para a boa instituição desses recursos, quais sejam: (1) clara definição de quem são os indivíduos que tem acesso a esses recursos, bem como das fronteiras do próprio CPR; (2) congruência entre as regras de apropriação e provisão e as condições locais; (3) arranjos coletivos de decisão, em que o indivíduos afetados possam participar da criação e modificação das regras operacionais que regem o CPR; (4) monitoramento das condições do CPR e do comportamento de seus usuários de forma transparente e responsiva [*accountable*] a eles; (5) aplicação de sanções contra quem violar uma regra operacional do CPR, em grau variável de acordo com a seriedade da ofensa; (6) mecanismos locais rápidos e de baixo-custo para resolução de conflitos; (7) reconhecimento pelas autoridades externas do direito de auto-organização daqueles que apropriam o CPR e das instituições por eles fundadas; (8) para CPRs que participam de sistemas mais amplos, organização dos mesmos em uma rede interligada de múltiplos níveis¹¹⁸.

Em contraposição à tese de Hardin, portanto, a conclusão de Ostrom a respeito de bens e recursos comuns é que estes “podem ser objeto de uma gestão coletiva duradoura e eficiente”¹¹⁹, de modo que seu uso não depende

¹¹⁸ OSTROM, Elinor. *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action*. New York: Cambridge University Press, 1990, p. 90.

¹¹⁹ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 152.

necessariamente da escolha entre propriedade privada e propriedade pública, entre soluções de mercado e de Estado. Com efeito, logo no início do trabalho ela assevera que nem um nem outro caminho são sempre bem-sucedidos na gestão dos comuns:

What one can observe in the world, however, is that neither the state nor the market is uniformly successful in enabling individuals to sustain long-term, productive use of natural resource systems. Further, communities of individuals have relied on institutions resembling neither the state nor the market to govern some resource systems with reasonable degrees of success over long periods of time¹²⁰.

Sua análise prioriza, assim, as institucionalidades produzidas coletivamente pela própria comunidade para gestão desses recursos, rompendo com a falsa alternativa defendida no trabalho de Hardin¹²¹.

Ostrom apresenta, então, uma concepção governamental acerca dos comuns, que passam a ser vistos como espaços institucionais que possibilitam a cooperação e a gestão comum, isto é, “como relações sociais entre indivíduos que exploram certos recursos em comum, segundo regras de uso, compartilhamento e coprodução”¹²². São essas regras e o arranjo institucional¹²³ por elas composto que determinarão o sucesso na gestão dos comuns. Nesse sentido, aludindo aos princípios enumerados por Ostrom a respeito da gestão dos comuns¹²⁴, Laval e Dardot observam que:

¹²⁰ OSTROM, Elinor. *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action*. New York: Cambridge University Press, 1990, p. 1.

¹²¹ Ostrom esclarece as razões desse dualismo em seu trabalho. Para ela, “the models that social scientists tend to use for analyzing ePR problems have the perverse effect of supporting increased centralization of political authority. First, the individuals using ePRs are viewed as if they are capable of short-term maximization, but not of long-term reflection about joint strategies to improve joint outcomes. Second, these individuals are viewed as if they are in a trap and cannot get out without some external authority imposing a solution. Third, the institutions that individuals may have established are ignored or rejected as inefficient, without examining how these institutions may help them acquire information, reduce monitoring and enforcement costs, and equitably allocate appropriation rights and provision duties. Fourth, the solutions presented for “the” government to impose are themselves based on models of idealized markets or idealized states” (p. 216).

¹²² DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 158.

¹²³ A ideia de arranjo institucional aqui deve ser compreendida de maneira ampla e não restrita à noção política-constitucional vinculada à governança e gestão de políticas públicas. Para Ostrom, as regras que compõem esse arranjo são regras práticas que representam o que as pessoas fazem, se adaptam às circunstâncias e são capazes de regular conflitos internos, não se confundindo com regras formais decretadas pelo Estado (DARDOT, LAVAL, 2017, p. 158).

¹²⁴ Ao fazer referência expressa a essa mesma lista de princípios proposta por Ostrom, Laval e Dardot afirmam que ela é responsável por evidenciar “uma dimensão fundamental que a teoria

segundo Ostrom, há um vínculo estreito entre a perenidade do comum, a faculdade de ensinar a evolução das regras e a “diversidade institucional”, que traduz a adaptação dos indivíduos às diferenças de condições de produção. Os recursos comuns podem ser explorados por grupos de tamanhos diferentes, mas, para durar, precisam obedecer a um sistema particular de regras coletivas que dizem respeito às “operações” produtivas, aos limites do grupo e aos procedimentos pelos quais as regras são elaboradas e modificadas. Essas “regras constitucionais” determinam as condições institucionais de discussão e elaboração das regras “operacionais”¹²⁵.

Para estes autores, além de contribuir para dar conteúdo positivo ao comum¹²⁶, o trabalho de Elinor Ostrom sobre o governo dos comuns, em uma leitura correta, tende a desmontar o raciocínio naturalista dos economistas a respeito dos comuns, ao questionar tanto a natureza supostamente egoísta do indivíduo ‘racional’ quanto a classificação dos bens conforme uma essência natural¹²⁷. Logo, o mérito de sua pesquisa estaria sobretudo em evidenciar o caráter *construído* dos comuns, na medida em que preconiza o estabelecimento de um conjunto de regras que orientem a ação coletiva e que sejam adaptáveis de acordo com as circunstâncias¹²⁸.

Embora a pesquisa de Ostrom tenha trazido indiscutíveis avanços para a análise dos comuns, é certo que ainda apresenta limitações, que derivam em especial de uma ainda forte ligação à economia padrão e à teoria dos jogos¹²⁹. Ostrom é uma liberal e, sendo assim, longe de fazer do comum uma alternativa ao Estado e ao mercado, o foco de seu trabalho está em identificar uma pluralidade de direitos de propriedade e regras no âmbito da economia - pluralidade esta que ainda decorre de uma racionalidade individual, em que o comum surge como melhor solução apenas em situações específicas.

Com efeito, Ostrom não supera a concepção do ator racional, que age sempre pesando benefícios e custos. Como alertam Laval e Dardot, todavia,

econômica padrão não mostra: o elo estreito entre a norma de reciprocidade, a gestão democrática e a participação ativa na produção de certo número de recursos” (2017, p. 160).

¹²⁵ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum*: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 158.

¹²⁶ Ibidem, p. 60.

¹²⁷ Ibidem, p. 147.

¹²⁸ Ibidem, p. 160/161.

¹²⁹ TONUCCI FILHO, João Bosco Moura. *Comum urbano*: a cidade além do público e do privado. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017, p. 44; DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum*: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 165.

essa perspectiva ignora que o comum não é decretado externamente nem resulta de um conjunto de decisões individuais isoladas, mas “decorre de um processo social com lógica própria”¹³⁰. Além disso, essa nova economia institucional dos comuns não se liberta da ideia de que a forma e o âmbito da produção de bens estão atrelados a uma natureza intrínseca a eles, noção que serve de fundamento para a teoria dos bens privados e públicos¹³¹.

É certo, ainda, que o sucesso ou fracasso dos comuns não pode ser avaliado somente a partir de uma racionalidade econômica e aqui está outro limite da análise de Ostrom. Ao manter o foco em critérios meramente econômicos, Ostrom deixa de lado questões culturais e relações de poder internas e externas aos comuns. Isso implica que ela não diz nada a respeito do sistema social como um todo, ignorando o contexto histórico e social em que estas instituições estão localizadas. Significa também que coerções sofridas pelos comuns tanto por parte do Estado como do mercado estão ausentes na análise. Ocorre que as transformações históricas dos comuns, inclusive sua destruição, não podem ser explicados apenas como resultado de falhas nas práticas de gestão adotadas, mas devem considerar os agentes externos em disputa. Nesse sentido, há que se considerar que:

Geralmente, mais do que extintos por uma tragédia interna ao seu modo de funcionamento (Hardin, 2009), ou por uma falha coletiva de gestão (Ostrom, 1990), os recursos comuns são cercados e destruídos. As histórias do comum revelam como sua trajetória esteve enredada em conflitos e lutas contra o mercado e o Estado, e como a sobrevivência e produção do comum sempre envolveu atos de resistência contra tentativas de sua destruição. Nesse sentido, o comum é um campo tensionado e disputado de relações de poder: é inerentemente político¹³².

Finalmente, essa abordagem particularizada dos comuns deixa de considerá-los, mesmo em perspectiva, como uma alternativa política generalizável ao conjunto da sociedade. Inexiste, assim, qualquer preocupação sobre como desenvolver outras instituições a partir dos comuns e de enfrentá-

¹³⁰ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 167.

¹³¹ Ibidem, p. 166.

¹³² TONUCCI FILHO, João Bosco Moura. *Comum urbano: a cidade além do público e do privado*. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017, p. 44.

los como “princípio de reorganização geral da sociedade”, na passagem dos comuns para o comum¹³³.

Essa preocupação será objeto de investigação teórica apenas com o desenvolvimento das teorias críticas sobre o comum, das quais Hardt e Negri são pioneiros. Com efeito, ambos dão o primeiro passo em direção a uma teoria que articula o comum não apenas pelo viés particularista da experiência, mas como um princípio que orienta a luta política nas trincheiras de combate ao capitalismo. Trata-se de passar dos comuns (no plural) ao comum (no singular) e explorar a dimensão filosófica e a potência política que esse termo carrega¹³⁴.

Nessa perspectiva, o comum, constantemente produzido e destruído no seio do capitalismo¹³⁵, torna-se a chave para superação desse sistema. Não como uma utopia inatingível nem como resultado inexorável do desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo, e sim como uma revolução na imanência do presente, nos interstícios abertos pelo próprio capitalismo e por aquilo que ele não consegue capturar. Ela está no trabalho vivo, nos espaços de autonomia e de cooperação social que o próprio capitalismo engendra, na constituição de novas subjetividades a partir desses mesmos espaços. Isso porque:

A cooperação e a interdependência produtiva são as condições do comum, e o comum é o que neste momento, constitui a base primária da produção social. Nossas obrigações sociais, que nos vinculam uns aos outros, tornam-se um meio de produção. Em nossa

¹³³ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 166. Essa distinção entre comuns e comum é proposta por Pierre Dardot e Christian Laval na obra “Comum: ensaio sobre a revolução do século XXI” e será explorada no tópico seguinte deste trabalho.

¹³⁴ Essa passagem não significa, contudo, que as experiências dos comuns deixam de ter importância, mas que elas deixam de ser compreendidas como manifestações singulares e desconectadas para serem encaradas em toda a sua potência como experiências que se articulam a partir de uma mesma racionalidade política. Nesse sentido, Laval e Dardot (2017, p. 19) ressaltam, por exemplo, que “os combates pela “democracia real”, o “movimento das praças”, as novas “primaveras” dos povos, as lutas estudantis contra a universidade capitalista, as mobilizações a favor do controle popular da distribuição de água não são eventos caóticos e aleatórios, erupções acidentais e passageiras, insurreições dispersas e sem objetivo. Essas lutas políticas obedecem à racionalidade política do comum, são buscas coletivas de formas democráticas novas”.

¹³⁵ Segundo Hardt e Negri, o comum é constantemente gerado pelo trabalho biopolítico, mas toda vez que o capital tenta destruir esses comuns por meios apropriativos, a produtividade também é reduzida. Como consequência disso, “a produção biopolítica deve estabelecer um círculo virtuoso que leva do comum existente a um novo comum, que, por sua vez, serve no momento seguinte de expansão da produção. Contudo, a segmentação e expropriação do comum inevitavelmente destroem esse círculo, de tal maneira que o capital se torna cada vez mais um empecilho à produção biopolítica” (HARDT, NEGRI, 2016, p. 169).

interdependência, em nossa semelhança, descobrimos a produtividade e o poder¹³⁶.

O comum é visto, assim, como a riqueza social continuamente explorada pela atividade capitalista, “o recurso mais importante do capitalismo de crise e, ao mesmo tempo, a maior ameaça à sua reprodução”¹³⁷.

Como se vê, o foco da metáfora adotada por Hardin se desloca: não é mais a produção do comum que conduz à tragédia, mas a sua apropriação e destruição pelas forças do capital. Ao promover essa virada, as teorias críticas do comum – não só no trabalho de Hardt e Negri, mas também naqueles que se seguiram a ele – possibilitam pensar no caráter emancipatório do comum e na organização das lutas em torno dele. O comum deixa de ser um alvo a ser combatido e se transforma em um instrumento de resistência contra o capital.

3.2. COMUM OU COMUNS?

Como já antecipado no tópico anterior, as teorias críticas possuem o mérito de mudar o âmbito do discurso dos comuns (no plural) para o comum (no singular). Cabe investigar, portanto, qual é o significado dessa distinção, bem como suas implicações.

De início, há que se ter em conta a multiplicidade de acepções embutidas no conceito dos comuns. Com efeito, como sugere o próprio percurso traçado no tópico anterior, os comuns são objeto de leituras e abordagens muito distintas, o que gera muitas disputas e até confusões no uso do termo. Como uma pequena mostra, é possível ver associados ao termo “comuns” desde recursos naturais, como a água, o ar, a atmosfera, até as linguagens, o conhecimento, os afetos, o terreno da produção imaterial, a propriedade comunal e o patrimônio histórico e cultural da humanidade. É claro, porém, que não é possível tratar todas essas coisas indistintamente, como algo uno.

Na própria abordagem de Hardt e Negri, por exemplo, o termo ainda é empregado de modo bastante sincrético e heterogêneo. Nesse sentido, Laval e

¹³⁶ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Declaração* – isto não é um manifesto. São Paulo: n-1 edições, 2014, p. 53.

¹³⁷ CAVA, Bruno; MENDES, Alexandre F. *A constituição do comum: antagonismo, produção de subjetividade e crise no capitalismo*. Rio de Janeiro: Revan, 2017, p. 297.

Dardot identificam quatro diferentes usos para o comum no trabalho desses autores¹³⁸. Um primeiro relacionado à riqueza comum do mundo material, como o ar, a água e tudo o que é provido pela natureza. Um segundo atrelado ao “comum artificial”, como as linguagens, códigos, informação, afetos e conhecimentos, resultado e pressuposto da própria atividade humana¹³⁹. Um terceiro ligado às características do “capitalismo cognitivo” e do “trabalho imaterial”, considerando que este é um operador espontâneo do comum e condição para o funcionamento do capitalismo contemporâneo, sendo assim “o produto mais promissor para a sociedade comunista futura”¹⁴⁰. Por fim, um quarto significado que apresenta o comum como um fazer coletivo da multidão, ligado à nova organização democrática que emerge das lutas.

Como não poderia deixar de ser, essa polissemia conceitual exige que se estabeleçam algumas delimitações acerca do termo, a fim de escapar de eventuais ambiguidades e contradições.

Uma primeira delimitação consiste justamente em distinguir os comuns (no plural) do comum (no singular), como feito pelas teorias críticas.

Em Hardt e Negri essa passagem dos comuns ao comum teve como justificativa a associação do primeiro termo aos espaços comuns pré-capitalistas destruídos pelo advento da propriedade privada e a ênfase conferida pelo segundo ao seu teor filosófico, bem como o esclarecimento de que se tratava de um fenômeno novo e não de um retorno a um passado pré-capitalista¹⁴¹.

De fato, o termo “comuns” remete originalmente ao conjunto de regras que até o final da Idade Média permitia o uso coletivo de pastos, florestas e caminhos por camponeses de uma dada comunidade e que passou a ser alvo

¹³⁸ Eles também indicam que esses diferentes usos são articulados com dificuldade na teoria de Hardt e Negri e que, no fim, a unidade entre eles encontra-se apenas na usurpação dessa riqueza comum em toda a sua diversidade pelo capital, desembocando assim em uma definição negativa do comum e num neoproudhonismo que só concebe pensar a expropriação como captação de produtos do trabalho *a posteriori* (2017, p. 206). Curiosamente, a crítica quanto a certo proudhonismo também é endereçada por Negri à obra de Dardot e Laval (NEGRI, 2014).

¹³⁹ A respeito dessa noção de comum, Hardt e Negri afirmam que “ao passo que o conceito tradicional postula o comum como um mundo natural fora da sociedade, a concepção biopolítica do comum permeia igualmente todas as esferas da vida, remetendo não só à terra, ao ar, aos elementos ou mesmo à vida vegetal e animal, mas também aos elementos constitutivos da sociedade humana, como as linguagens os hábitos, gestos, afetos, códigos comuns e assim por diante” (2016, p. 195).

¹⁴⁰ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 203/205.

¹⁴¹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Multitude: war and democracy in the Age of Empire*. New York: The Penguin Press, 2004, p. XV.

de restrições e cercamentos no momento de acumulação primitiva do capital (é o caso, por exemplo, da lei referente ao furto de madeira sobre a qual escreveu Marx em um artigo de 1842¹⁴²).

Mais recentemente, o termo “comuns” foi inserido entre as reivindicações de diversos movimentos de oposição ao avanço do capitalismo neoliberal e passou a designar tudo aquilo “que pudesse se tornar alvo de privatizações, processos de mercantilização, pilhagens e destruições realizadas em nome ou a pretexto do neoliberalismo”¹⁴³, compreendendo uma grande variedade de recursos, atividades e práticas¹⁴⁴. Esses movimentos¹⁴⁵ reagem a um dos aspectos mais proeminentes do neoliberalismo, qual seja, a usurpação tanto por parte do Estado quanto por organismos privados daquilo que costumava estar sob domínio público, denunciando o que seria uma nova onda de “cercamentos”, análoga àquela operada na gênese do sistema capitalista – de alguma maneira, os muros, catracas e tapumes da cidade neoliberal seriam materializações dessa lógica.

Ainda que essa grande usurpação seja uma importante tendência do neoliberalismo, essa leitura dos comuns como uma analogia a um momento pré-capitalista encontra certas limitações, na medida em que deixa de questionar mais amplamente quais são as formas de dominação do capital sobre o trabalho¹⁴⁶, bem como de que maneira superá-las. Tal leitura fornece uma visão

¹⁴² Esta lei, adotada na Dieta Renana, qualificou como furto a coleta de gravetos, até então considerada como um direito de uso coletivo, assumindo uma concepção de propriedade que dava direito a um gozo privado e exclusivo. No artigo de 1842, Marx demonstrou que a requalificação da coleta de gravetos como furto servia aos interesses dos proprietários das florestas, que buscavam obter proveito pela venda dos gravetos no mercado de lenha, o que significava afastar os camponeses que sobreviviam da venda dos gravetos colhidos em suas propriedades (DARDOT, LAVAL, 2017, p. 343/345).

¹⁴³ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 102.

¹⁴⁴ Na perspectiva de Laval e Dardot, a categoria comuns possui realmente “a vantagem de englobar todos os elementos da realidade, todas as práticas, todas as instituições, todos os títulos e estatutos ameaçados pela lógica proprietária e mercantil, a qual é resumida pela categoria geral e abstrata de “cercamento”, possibilitando a união de “forças díspares que são alvo da mesma lógica adversa” (2017, p. 113).

¹⁴⁵ Destacam-se, nesse aspecto, os movimentos altermundialistas e, por conseguinte, o amplo espectro de organizações, movimentos sociais e forças políticas que se articulam nessa luta comum contra o neoliberalismo e a globalização capitalista e pela construção de um outro mundo possível: movimento zapatista, anarquista, feminista, ecologista, LGBT, movimento sindical, de luta pela terra, por moradia e movimento estudantil, apenas para citar alguns exemplos.

¹⁴⁶ De acordo com Hardt e Negri, essa forma de expropriação do comum traduzida em termos de desapropriação e expropriação da riqueza existente, como ocorre na narrativa dos “cercamentos”, “não nos fornece meios suficientes para analisar a composição orgânica do capital”, porque “embora articule plenamente as políticas de Estado e a sina do trabalho morto,

apenas parcial dos processos engendrados na atual fase de desenvolvimento capitalista, uma vez que:

O modo de funcionamento do capitalismo na era neoliberal não pode ser reduzido aos processos de “cercamento” e “desposseção”. Não resta dúvida de que esses fenômenos não pertencem exclusivamente à pré-história do capitalismo industrial, mas estão longe de resumir as novas formas de dominação e exploração nas empresas e administrações públicas. Compete tanto à crítica teórica quanto à ação rearticular os processos de apropriação e opressão e não dissociá-los¹⁴⁷.

Assim, não obstante essa perspectiva de contestação aos cercamentos dos comuns contenha em si uma importante crítica à propriedade privada como única fonte de produção de riqueza¹⁴⁸, no que está um dos fundamentos do modo de produção capitalista, não há como ignorar que uma leitura do mundo “apenas do ângulo negativo da expropriação leva a uma interpretação parcial e lacunar dos processos em curso, ou mesmo à delimitação do pensamento do comum a uma reflexão estratégica meramente defensiva”¹⁴⁹. Com efeito, a primazia conferida à narrativa do ataque aos comuns oferece uma definição

pouco nos diz a respeito do outro elemento necessário para uma investigação da composição orgânica do capital: a produtividade do trabalho vivo” (HARDT, NEGRI, 2016, p. 161). Segundo eles, o capital também precisa gerar riqueza por meio da força de trabalho que explora e, por isso, seria mais adequado falar em outra forma de “expropriação” do comum, centrada na exploração do trabalho biopolítico, isto é, na “expropriação do comum no nível da produção social e da prática social” (p. 163). Trata-se, aqui, da expropriação, pelo capital, de formas comuns de riqueza produzidas autonomamente, a exemplo dos conhecimentos e dos afetos, levando à compreensão de que, no contexto biopolítico, é a própria vida social que é subsumida pelo capital, “já que a vida é ao mesmo tempo o que é posto para trabalhar na produção biopolítica e o que é produzido” (p. 165). A limitação da narrativa dos “cercamentos” para compreensão do capitalismo neoliberal também é evidenciada quando se tem em conta que, mais do que uma “acumulação por *desposseção*”, o neoliberalismo é uma racionalidade que resulta em “uma acumulação por subordinação ampliada e aprofundada de todos os elementos da vida da população: consumo, transporte, lazer, educação, saúde, uso dos espaços e do tempo, reprodução social e cultural e, por fim, as subjetividades” (DARDOT, LAVAL, 2017, p. 144). Ver, a esse respeito, a nota nº 101 deste trabalho.

¹⁴⁷ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 141. É certo que em países periféricos como o Brasil o aspecto da desposseção é bastante proeminente, sobretudo no espaço urbano, em que despejos forçados e insegurança da posse são claras demonstrações desse processo. Segundo Raquel Rolnik, “s333ob a hegemonia do capital financeiro e rentista, a terra, mais do que um meio de produção, torna-se uma poderosa reserva de valor. Expulsão e desposseção não aparecem mais como uma máquina de produção de proletários, mas como uma espécie de efeito colateral de uma nova geografia, baseada no controle de ativos” (2015, p. 160). A configuração dessa nova geografia, que aparece agora vinculada ao avanço do capitalismo financeiro, não reduz, contudo, o papel da exploração do trabalho e do domínio da racionalidade neoliberal sobre todos os âmbitos da vida também nos países do capitalismo periférico.

¹⁴⁸ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 117.

¹⁴⁹ Ibidem, p. 104.

negativa dessas experiências e acaba deixando de lado os aspectos produtivos das práticas de fazer-comum.

Por outro lado, como contrapartida a essa abordagem meramente defensiva proporcionada pelo paradigma dos comuns, é possível identificar igualmente uma vertente mais ofensiva que, para além de opor-se à expansão da lógica proprietária e mercantil sob o comando do neoliberalismo, “atua pela promoção de práticas comunais que podem se desenvolver com base nos recursos comuns”¹⁵⁰. Trata-se, aqui, de mobilizar resistências¹⁵¹ e incentivar formas de organização social e produção de riqueza que vão além daquelas capturadas pelo capitalismo, seja no âmbito do Estado ou do Mercado. Conjugando esses dois aspectos (defensivo e ofensivo), o paradigma dos comuns:

parece ser capaz de estabelecer a ligação entre as lutas contra os aspectos mais nocivos do neoliberalismo (mercantilização, privatização, aquecimento climático etc.) e as lutas a favor de uma nova organização social, baseada em novos princípios de solidariedade, partilha, respeito ao meio ambiente e à diversidade¹⁵².

Foi esta a proposta contida nas experiências da OCEL e do Parque Gomm que, além de questionar interesses de Estado e de mercado envolvidos na ausência de destinação de um prédio de 22 andares na região central da cidade e na ameaça a um bosque público, mobilizaram novas relações com o espaço e entre os próprios sujeitos: relações solidárias e não mercantis.

É certo que, ao aglutinar sob uma mesma nomenclatura uma gama de elementos, práticas e instituições ameaçados pela expansão da lógica proprietária aos mais diversos campos da vida, o paradigma dos comuns possibilita reunir uma grande diversidade de lutas, aumentando o alcance de uma série de movimentos em todo o mundo (não à toa, uma boa parte dos movimentos que reivindicam a questão dos comuns tem repercussão global). Todavia, essa mesma heterogeneidade contida na alusão aos cercamentos, que permite reunir elementos tão díspares sob um mesmo conceito, acaba impondo

¹⁵⁰ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum*: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 111.

¹⁵¹ Sobre o conceito de resistência, ver nota nº 77 deste trabalho.

¹⁵² DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum*: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 114.

limites à categoria dos comuns, pronunciada como palavra de ordem e símbolo de lutas¹⁵³.

Portanto, ainda que a associação do termo “comuns” à crítica do que seria uma nova onda de cercamentos tenha um papel importante na denúncia aos processos de privatização e mercantilização que vem se ampliando sob a égide do neoliberalismo e na crítica à propriedade privada, ela por si só é insuficiente para a apreensão dos fenômenos da nossa realidade e para a busca de possíveis alternativas. Mais do que servir de denúncia (aspecto que tampouco deve ser deixado de lado, frise-se), a noção dos comuns deve estar vinculada a um conteúdo positivo, que permita caracterizá-los a partir das práticas de compartilhamento e solidariedade que eles propiciam, das relações que neles se estabelecem, tecendo perspectivas e horizontes a partir daí. Trata-se de enxergar na produtividade do comum a possível semente de uma sociedade futura, mais do que a repetição de esquemas do passado.

É neste ponto que reside a importância de passar da categoria dos comuns (no plural) ao comum (no singular), o que de modo algum implica em abdicar da primeira. Ao contrário, trazer o comum para o centro da análise permite justamente uma melhor compreensão do que são os comuns (no plural) e de como eles se constituem. Isso porque a unidade necessária para tratar dos comuns será fornecida pelo conceito mais abstrato do comum ao invés do fato de serem alvos de uma nova onda de cercamentos, haja vista que esta abordagem já se mostrou insuficiente¹⁵⁴.

¹⁵³ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum*: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 144.

¹⁵⁴ Essa maior abstração do conceito de comum, assim, apresenta-se como tática para a ressignificação da noção de comuns como atrelada a uma prática de instituição e para ampliar a potencialidade política dessas experiências no combate ao capitalismo neoliberal e na construção de uma realidade alternativa. Ela não implica, porém, em uma forma de universalizar o conceito em detrimento das particularidades de cada experiência dos comuns. Nesse sentido, Laval e Dardot esclarecem que “o comum jamais se apresenta na forma de um esquema universal pronto para ser usado, como uma fórmula de ação que possa ser transposta a todos os campos. Ao contrário, (...) é importante pensar o comum em relação ao seu próprio movimento de instituição. Os sujeitos que se engajam numa atividade não estão condenados a passar da “fusão” à petrificação, da efervescência à esclerose, desde que não separem a finalidade da atividade que praticam das relações que constroem entre si para realiza-la juntos, das formas de reflexão e dos modos de intervenção sobre a instituição que criam para si, dos valores e das significações que, “em última instância”, orientam o que eles fazem juntos. A única práxis instituinte emancipadora é aquela que faz do comum a nova significação do imaginário social. Isso significa também que o comum, no sentido que lhe damos, sempre pressupõe uma instituição aberta para a sua história, para a distribuição dos lugares, dos estatutos e das tarefas que a caracteriza, para as relações de dominação e exclusão que nela são mantidas, para tudo aquilo que funcione como o seu inconsciente” (DARDOT, LAVAL, 2017, p. 478).

Um primeiro aspecto dessa mudança é que tratar *do comum* permite passar das narrativas particularistas e circunstanciais para uma noção mais abstrata do conceito e, conseqüentemente, mais abrangente e generalizável. O comum, assim, permite explicitar uma carga filosófica que é limitada quando se trata as experiências dos comuns de forma casuística e isolada, como ocorre na abordagem de Ostrom ou na perspectiva de denúncia aos cercamentos.

Além disso, uma abordagem que leva em conta *o comum* deixa claro que não se está a falar da repetição de um fenômeno do passado – nem a propagandear um retorno a um momento pré-capitalista –, mas de algo novo, realidade presente – como algo que é constantemente produzido e destruído no seio do capitalismo – e utopia futura – como possível alternativa política ao sistema.

Da mesma forma, ao contrário *dos comuns*, a problemática *do comum* não deixa de lado a análise das relações entre capital e trabalho no atual estágio de desenvolvimento capitalista, considerando as complexidades dessas relações ao invés de encerrar-se em uma perspectiva que só leva em conta os processos de espoliação e usurpação movidos pelo neoliberalismo.

Esses três elementos permitem superar as principais dificuldades relacionadas ao conceito dos comuns – mormente quando são definidos pela perspectiva dos cercamentos –, mas ainda não são suficientes para esclarecer o que é, afinal, *o comum* e de que modo se relaciona *aos comuns*.

A esse respeito, é útil a definição apresentada por Laval e Dardot, para os quais o comum é um princípio político fundado no agir comum:

entendemos (o) “comum” no sentido de princípio, e não no sentido de coisa, de substância ou de qualidade própria a uma coisa ou conjunto de coisas. O que é um princípio? Princípio é o que vem primeiro e fundamenta todo o resto. Princípio não é um “início” que tenha a virtude de “apagar-se diante do que vem depois”, ou simples “ponto de partida” que se deixaria definitivamente para trás, nunca mais voltando. É um verdadeiro começo, um “começo sempre a começar”, isto é, um começo que rege e domina tudo o que vem depois. (...). O comum é um princípio político no sentido de ordenar, comandar e reger toda a atividade política¹⁵⁵.

¹⁵⁵ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 615/616.

Em sua obra, esses autores propõem-se a “refundar de maneira rigorosa o conceito de comum”¹⁵⁶, dedicando-se à compreensão do significado político das lutas e discursos que se opuseram ao neoliberalismo amparados por esse conceito. A nova definição do comum resultante desse esforço implica em uma série de desdobramentos, que se prestam a melhor delimitar o conceito.

Em primeiro lugar, é necessário evitar qualquer forma de reificação do termo. Isso significa, contrariamente às principais tradições que influenciam nossas representações sobre o comum¹⁵⁷, que este não pode ser confundido com um objeto, fim (o “bem comum”) ou coisa:

o comum se encontra para além da oposição reducionista “sujeito-objeto”, que produzir a mercantilização deste último. O comum, contrariamente aos bens privados e públicos, não é uma mercadoria e não pode ser expresso em termos de posse [possession]; o comum exprime uma relação quantitativa. Seria redutor dizer nós possuímos um bem comum. É preciso levar em conta o fato de que nós fazemos parte do comum, na medida em que fazemos parte de um meio ambiente, de um ecossistema urbano ou rural¹⁵⁸.

Ainda que existam “bens comuns”, o *comum* não é um bem¹⁵⁹, porque escapa - e inclusive subverte - ao âmbito da propriedade¹⁶⁰. Ele é da ordem do inapropriável¹⁶¹ e só dessa maneira pode ser instituído, nunca como objeto de

¹⁵⁶ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 18.

¹⁵⁷ Laval e Dardot identificam três principais tradições que interferem nessas representações acerca do comum: a primeira, teológica, identifica o comum à finalidade das instituições políticas e religiosas, que devem ser guiadas pela norma superior do “bem comum” (no singular); a segunda, jurídica, atrela a noção de comum a certo tipo de “coisa”, ancorada, por exemplo, em um discurso sobre a classificação de determinados “bens” (no plural); a terceira, filosófica, “tende a identificar comum e universal (o que é comum a todos) ou então a relegar às margens insignificantes do ordinário e do banal tudo o que, do comum, resistir a essa identificação” (p. 27).

¹⁵⁸ MATTEI, U. Droit du commun. In: Seminário Du public au commun. Realizado na Université du Paris, Paris, 2011 apud CAVA, Bruno; MENDES, Alexandre F. *A constituição do comum: antagonismo, produção de subjetividade e crise no capitalismo*. Rio de Janeiro: Revan, 2017, p. 203.

¹⁵⁹ O conceito jurídico de bem aparece, em geral, relacionado a um viés mercantilizador e, por isso mesmo, incompatível as lutas travadas em torno do comum. Em uma breve definição do termo, mas suficiente para os fins deste trabalho, Venosa aponta que: “No campo jurídico, bem deve ser considerado aquilo que tem valor, abstraindo-se daí a noção pecuniária do termo. Para o direito, bem é uma utilidade econômica ou não econômica. O termo bem é uma espécie de coisa, embora por vezes seja utilizado indiferentemente”, de maneira que só constitui um bem a coisa que puder ser apropriada pelo ser humano (VENOSA, Silvio de Salvo. *Direito Civil: Parte Geral*, v. 1. São Paulo: Editora Atlas S/A, 2004, p. 299).

¹⁶⁰ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 243/244.

¹⁶¹ Em Esposito, o comum seria “impróprio”, em oposição ao “próprio” no sentido do “ter”, do pertencimento: “the common is not characterized by what is proper but by what is improper, or

um direito de propriedade. É justamente na ausência de relações de propriedade ou contra essas relações que ele se manifesta, como demonstram os casos apresentados no primeiro capítulo deste trabalho. Onde impera a lógica da propriedade como direito absoluto e orientador da própria personalidade, ocupações que desafiam essa ordem e estabelecem relações diferentes com o espaço – relações que não tendem à dominação, mas ao cuidado coletivo e ao uso partilhado – questionam o imperativo proprietário. Tanto no caso da OCEL quanto no do Parque Gomm, esse questionamento constituiu a própria origem desses movimentos de ocupação.

A relação que se estabelece no comum, então, não é de pertencimento, mas de uso¹⁶². É nesse sentido que os autores estabelecem a distinção entre apropriação-pertença e apropriação-destinação: enquanto pela primeira uma coisa torna-se objeto de um direito de propriedade, na segunda uma coisa torna-se apropriada a certa finalidade. Instituir o inapropriável, desse modo, é retirar algo do âmbito da apropriação-pertença para melhor apropriá-la à sua destinação social, é regar seu uso sem tornar-se seu proprietário¹⁶³.

É essa a proposta contida na afirmação de que no Parque Gomm “ninguém é dono de nada”. Da mesma maneira, na OCEL não se estabeleceu uma relação de pertencimento entre os ocupantes e o prédio; o que eles fizeram,

even more drastically, by the other; by a voiding [svuotamento], be it partial or whole, of property into its negative; by removing what is properly one's own [depropriadzwne] that invests and decenters the proprietary subject, forcing him to take leave [uscire] of himself, to alter himself” (2010, p. 7). Nessa abordagem, a comunidade é “comunidade da ausência” (ausência de subjetividade, de identidade, de propriedade) e constitui uma forma “impolítica” (p. 97 e 138). Para Laval e Dardot, o comum a ser instituído é o inapropriável e não o impróprio. Ele escapa à falsa alternativa entre ser e ter, pois é uma determinação do agir comum, do uso comum desse inapropriável (2017, p. 297/298).

¹⁶² Tampouco pode-se dizer que seja uma relação de usufruto ou de posse, na medida em que estes conceitos continuam vinculados ao direito de propriedade (p. 297, 495/496)

¹⁶³ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 620. É certo, porém, que em muitos casos as lutas urbanas acabam por reivindicar a própria ordem proprietária. É o caso, por exemplo, de ocupações por moradia que tem início como forma de apropriação-destinação, mas que, para manter a segurança da posse e não correr o risco de serem novamente destituídas do direito à moradia, buscam o reconhecimento da propriedade dos locais ocupados. Essas aparentes contradições são fruto da ideologia do individualismo proprietário, que submete a própria habitação e a realização da personalidade ao título de propriedade. As lutas urbanas, constituídas por seres reais e vulneráveis ao emprego dessa ideologia, não estão imunes a isso. Há que salientar, todavia, que mesmo nas reivindicações por regularização fundiária é possível buscar formas mais coletivas de relação com o espaço. Foi esse, por exemplo, o caso da Sociedade Barracão que, em 2011, representou o primeiro caso de concessão de usucapião especial coletiva urbana no estado do Paraná.

na verdade, foi dar destinação ao espaço que estava abandonado há mais de 20 anos.

Além disso, não se trata aqui do comum como adjetivo, como qualidade atribuída a alguma coisa, a exemplo do que ocorre quando falamos em bens comuns. O comum não se confunde com recursos assim caracterizados em virtude de uma suposta “essência” ou “natureza” comum nem mesmo por uma conotação jurídica. Ainda que recursos como o ar e a água sejam naturalmente compartilhados ou “comuns”, não significa que sejam do âmbito *do comum* como princípio¹⁶⁴. Para tanto, seria necessária antes de tudo uma atividade capaz de torná-los *comuns*.

Como se vê, os *comuns* adquirem um novo significado quando encarados pela perspectiva *do comum* como princípio. Na concepção aqui adotada, eles são a materialização desse princípio e, por essa razão, não são uma categoria a ser superada, mas reafirmada em sua relação com o comum¹⁶⁵. Eles deixam de ser definidos de forma meramente negativa como alvos de

¹⁶⁴ Nesse aspecto Laval e Dardot discordam de Hardt e Negri quando esses incluem na definição do comum, a “riqueza comum do mundo material”, como “o ar, a água, os frutos da terra e todas as dádivas da natureza” (HARDT, NEGRI, 2016, p. 8). Diante disso, os autores franceses questionam qual seria a razão de “se esforçar para inventar um mundo diferente, se o capitalismo cognitivo conduz necessariamente a sua superação, em razão de seu próprio movimento interno, e se “natureza é, na verdade, apenas outro nome para o comum” (HARDT, NEGRI, COMMONWEALTH, p. 171)” (LAVAL, DARDOT, p. 207) [A citação extraída da obra de Hardt e Negri encontra-se na p. 195 da tradução brasileira de Commonwealth - Bem estar comum]. Da mesma maneira, Cava e Mendes observam que “o comum do comunismo aqui não pode ser encontrado em um Objeto – uma coisa, um recurso, em bem (a terra, a água, o ar, as florestas, etc.) – nem em um Sujeito – o Povo, a Nação, a Comunidade (ou qualquer outra forma identitária) – o comum é produção social aberta ao infinito; é compartilhamento do mundo; é coagulação entre homem e natureza; é um processo de diferenciação de abertura singular que resiste a qualquer identidade, medida ou regra de comensurabilidade” (2017, p. 172).

¹⁶⁵ Adotada essa perspectiva, acreditamos que perde sentido a crítica direcionada por Hardt e Negri ao princípio do comum como uma perspectiva idealista, “metafísica” e dessubstancializadora que acabaria por desmaterializar o conceito de capital e da luta de classes. Afinal, se os comuns são justamente a materialização desse princípio, eles não estão imunes às contradições concretas do capitalismo e às múltiplas relações de dominação que ele exerce – pois a instituição dos comuns, como se verá mais adiante, não parte do nada, se “funda no real” e busca transformá-lo. O comum como princípio orienta a práxis de instituição dos comuns como uma práxis que relaciona-se ao agir comum, ao uso comum do comum e à codecisão que decorre da coatividade. Não significa que os comuns instituídos sejam mera atividade ou ideal, como alegam Hardt e Negri. Eles são instituídos pela atividade, mas não se reduzem a ela. Tampouco pairam em um universo metafísico apartado do mundo real. Dessa maneira, eles incorporam também a dinâmica da luta de classes e não ignoram que “só o “trabalho vivo” é produtivo. Que só a subjetividade é resistente. Que somente a cooperação é potente. Que o comum não é, portanto, simplesmente “atividade”, mas atividades produtivas de riqueza e de vida — e transformadoras do trabalho. O comum não é um ideal (pode também sê-lo), mas é a forma mesma na qual a luta de classe hoje se define” (HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Comum, entre Marx e Proudhon. UniNômade Brasil, 06 de maio de 2014; TONUCCI FILHO, p. 100).

cercamentos empreendidos pelo capitalismo neoliberal e passam a ser compreendidos a partir da dimensão positiva das práticas a eles relacionadas:

Falaremos dos comuns para designar não o que é comum, mas aquilo de que se encarrega uma atividade que põe algo em comum, isto é, aquilo que ela torna comum. Nada é comum em si ou por natureza, apenas as práticas coletivas decidem, em última análise, o caráter comum de uma coisa ou conjunto de coisas. Portanto, há comuns de espécies muito diversas, em função do tipo de atividade dos atores que os instituem e se empenham em conservá-los e mantê-los vivos¹⁶⁶.

Essa noção dos comuns, destarte, recusa qualquer substancialismo em sua definição. Os comuns, como substantivo e materialização do princípio do comum, devem ser instituídos. Não existem comuns “por natureza”, eles só se constituem através de uma prática constante de pôr em comum ou de fazer-comum¹⁶⁷.

Laval e Dardot nomeiam essa prática de “práxis instituinte do comum”. Para eles, trata-se de uma atividade consciente de instituição, que consiste em estabelecer regras de direito a partir de certas condições preexistentes¹⁶⁸ sem, porém, encerrar-se nelas, uma vez que essa mesma atividade produz sempre novas condições, implicando na criação de sujeitos coletivos por automodificação dos atores no próprio curso da ação (uma espécie de subjetivação)¹⁶⁹.

Essa produção de regras de direito é contínua e permanente, nunca se encerra no ato de criação, conferindo ao instituído sempre um novo significado à luz das novas regras. As regras produzidas, portanto, são abertas à possibilidade de mudança, podendo ser revistas sempre que necessário. Em outros termos:

¹⁶⁶ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 618.

¹⁶⁷ É certo que boa parte do vocabulário relativo aos comuns é proveniente da língua inglesa, o que nos obriga a pensar sobre os termos utilizados no português para a tradução de certos conceitos, como o de *commoning*. Embora na língua inglesa o comum como substantivo [*commons*] seja naturalmente transformado em ação [*commoning*] e em sujeito [*commoner*], no português essa transição não se mostra tão simples. Assim, em um artigo que se propõe a pensar em uma leitura pós-colonial para a terminologia existente acerca dos comuns, Mariana de Moura Cruz observa que, não obstante o termo *commoning* muitas vezes seja traduzido como “compartilhar”, essa tradução não transmite as ideias de ação e criação contidas no termo em inglês, sendo portanto preferível adotar o termo “fazer-comum” para aludir a tais práticas.

¹⁶⁸ Não se trata, portanto, de criar regras *ex nihilo* nem oficializar regras já existentes, mas que não eram reconhecidas pelo direito (p. 466).

¹⁶⁹ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 464/472.

a práxis instituinte é ao mesmo tempo a atividade que estabelece um novo sistema de regras e a atividade que tenta reiniciar permanentemente esse estabelecimento para evitar a paralização do instituinte no instituído; por conseguinte, ela é a práxis que antecipa conscientemente, desde o início, a necessidade de modificar e reinventar o instituído que ela estabeleceu apenas para fazê-lo funcionar melhor no tempo¹⁷⁰.

Entendida dessa forma, a noção de práxis instituinte escaparia, segundo os autores, à alternativa entre poder instituinte e poder constituinte. De um lado, ela não seria do âmbito de um poder instituinte como poder implícito¹⁷¹, pois não emana de uma coletividade anônima e é explícita porque consciente. De outro, não seria tampouco da esfera do poder constituinte, porque “não é atividade legiferante de um sujeito definido por sua vontade soberana”¹⁷², mas “produz seu próprio sujeito na continuidade de um exercício que deve se renovar para além do ato criador”¹⁷³.

Essa práxis instituinte fundamenta-se no agir comum, no uso comum do comum contra o exclusivismo e o absolutismo da propriedade. Esse agir que institui o comum, aliás, só pode ser comum, de maneira que o comum torna-se concomitantemente uma qualidade da ação e aquilo que é por ela instituído¹⁷⁴. A partir dele, normas jurídicas são coproduzidas para sujeitar a todos os seus coprodutores durante a realização da tarefa¹⁷⁵. Trata-se da criação de um direito contra o direito: um direito não estatal produzido a partir de um uso comum

¹⁷⁰ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 471.

¹⁷¹ A distinção entre poder instituinte como poder implícito e poder constituinte como poder explícito é retirada de Castoriadis. Nele, o primeiro liga-se ao campo da política, descrita como a atividade relacionada à instituição do conjunto da sociedade, e o segundo liga-se ao político, que se manifesta pela “existência de instâncias que podem emitir injunções sancionáveis sobre litígios e decisões” (p. 450) mesmo em sociedades que ignoram a política. Segundo esse autor, “o “poder” fundamental numa sociedade, o poder primeiro do qual dependem todos os outros [...], é o poder instituinte. E, se não nos deixarmos fascinar pelas “Constituições”, esse poder não é nem localizável nem formalizável, por ser do âmbito do imaginário instituinte. Língua, “família”, usos, “ideias”, uma quantidade incomensurável de outras coisas e sua evolução, escapam, no essencial à legislação. De resto, na medida em que esse poder é participável, todos participam.” (CASTORIADIS, Cornelius. *Le monde morcelé: le carrefours du labyrinthe 3*. Paris, Le Seuil, 2005, p. 165 apud DARDOT, LAVAL, 2017, p. 450). Ele considera, assim, que o poder instituinte, essa obra coletiva de todos, é o poder verdadeiramente criador.

¹⁷² DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 471.

¹⁷³ Ibidem, p. 471/472.

¹⁷⁴ Ibidem, p. 297.

¹⁷⁵ Ibidem, p. 297.

“vinculado à codificação relativa às regras e à coobrigação resultante dela”¹⁷⁶ contra o direito de propriedade, seja ela privada ou estatal¹⁷⁷.

É por isso também que a noção jurídica de “*res communis*” não cabe nesta análise, tendo em vista que na norma de direito estatal o uso comum e a participação na elaboração das regras desse uso estão dissociadas. Em outras palavras, o ato de direito que determina o que é comum não depende de uma coatividade na produção das normas, embora só por essa coatividade algo possa se tornar comum. Além disso, o direito de uso acaba aparecendo como um aspecto do direito de propriedade, e não como seu antagonista. Não bastasse, a própria noção em si é reificante, cabendo reiterar que não se fala aqui em coisas comuns, mas apenas em comuns¹⁷⁸.

A própria etimologia do termo reforça essa ideia de uma coobrigação decorrente do engajamento em certa atividade, ou, mais especificamente, do “agir comum”. Tanto o termo comunidade quanto o termo comum derivam da união entre os vocábulos *cum* e *munus*, sendo que este último designa uma tarefa, dever, lei ou obrigação, remetendo ao campo antropológico da dádiva. É esse *munus* que liga uma comunidade¹⁷⁹. Nas palavras de Esposito, “os membros da comunidade são tais se e porque vinculados por uma lei comum”, de modo que lei e comunidade constituem um todo na medida em que o que a lei comum determina não é senão a exigência da própria comunidade¹⁸⁰.

Para Laval e Dardot, essa compreensão a respeito do termo implica que do princípio político do comum resulta que só há obrigação entre aqueles que participam de uma mesma tarefa ou atividade, excluindo a possibilidade de uma

¹⁷⁶ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 504.

¹⁷⁷ Trata-se, aqui, da criação de um direito novo em oposição ao direito antigo, sobretudo o direito de propriedade que restringe e apropria o comum. Nesse sentido, é mais do que um direito de resistência ao direito posto no sentido negativo desse conceito, na medida em que é também e principalmente uma atividade criativa – e, assim, se articula à resistência no sentido dessa positividade. A esse respeito, Laval e Dardot afirmam que “o comum é primeiro e acima de tudo uma questão de direito, ou seja, de determinação do que deve ser. O desafio é afirmar um direito novo, rejeitando as pretensões de um direito antigo. Nesse sentido, é direito contra direito: ou o direito de propriedade é estabelecido como direito exclusivo e absoluto, e o comum fica apenas com um espaço residual, nos interstícios ou nas margens que a propriedade deixa de ocupar; ou o comum constitui o princípio de um novo direito que refundará toda a organização da sociedade, caso em que o direito de propriedade deve ser radicalmente contestado” (2017, p. 244).

¹⁷⁸ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 505/506.

¹⁷⁹ ESPOSITO, Roberto. A lei da comunidade. In: *Termos da política: comunidade, imunidade, biopolítica*. Curitiba: Ed. UFPR, 2017, p. 69.

¹⁸⁰ Ibidem, p. 69.

obrigação que decorra de uma noção de pertencimento independente dessa atividade comum. O fundamento da obrigação política, portanto, é a coatividade, o agir comum¹⁸¹.

Ainda que Hardt e Negri critiquem a noção de comum como princípio, bem como o foco conferido por Laval e Dardot à ação e à atividade para a constituição do comum, a ideia de que o comum é instituído por uma atividade contínua e consciente também pode ser extraída de sua obra:

Um bem comum (...) é algo que deve ser construído, possuído, administrado e distribuído por todos. Tornar-se comum é uma atividade contínua, orientada pela razão, vontade e desejo da multidão, que deve passar por uma educação de seu conhecimento e afetos políticos. A fim de construir a sociedade e gerar um processo constituinte, os cidadãos não são obrigados a imaginar e se subordinar a uma vontade geral imperial, mas podem criar o comum por intermédio de um processo que tece a vontade de todos¹⁸².

É claro que no caso desses autores, contudo, essa concepção se mistura a algumas outras, dada a pluralidade semântica do conceito de comum em seu trabalho, como visto já no início deste tópico. Além disso, nessa passagem eles ainda falam em bens comuns, noção que não é acolhida na presente análise. Ainda assim, o trecho serve para demonstrar que mesmo em Hardt e Negri existe uma perspectiva acerca dos comuns que os concebe como algo fundado em uma prática – ainda que essa perspectiva seja diversa das formulações de Laval e Dardot, obviamente. Constituir o comum não deixa de ser um processo¹⁸³.

O que vale extrair dessas formulações é que os comuns não são um dado, mas uma construção. Eles não se tornam comuns por uma essência ou característica intrínseca preexistente e alheia a processos externos, nem por qualquer explicação transcendental dessa espécie. Tampouco são comuns

¹⁸¹ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 617.

¹⁸² HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Declaração – isto não é um manifesto*. São Paulo: n-1 edições, 2014, p. 100.

¹⁸³ Essa assertiva é compatível com a quarta definição do comum apresentada pelos autores segundo o esquema oferecido por Laval e Dardot, isto é, a noção do comum como um fazer coletivo da multidão. A respeito dessa noção do comum, Hardt e Negri afirmam que é no terreno da prática coletiva que o estar-em-comum se transmuta em processo de produção do comum (HARDT, NEGRI, 2014, p. 147) e que, ademais, “o comum está na paradoxal posição de se encontrar num terreno ou pressuposição que é também resultado de um processo”, de modo que sua análise “não deve preocupar-se em “ser comum”, mas em “fazer o comum”” (p. 145).

porque uma norma exterior definiu que o eram, em razão de critérios de rivalidade e exclusividade ditados pela teoria econômica tradicional¹⁸⁴. Aliás, não são de forma alguma um simples atributo ou adjetivo que particulariza alguma coisa ou bem, como já salientado anteriormente. Não são bens, são os *comuns*, e como tais só se constituem por uma prática.

Seja designada de prática de pôr em comum, de fazer-comum, de agir comum ou de práxis instituinte do comum, o que interessa é que os comuns são movimentados pela experiência. Longe de constituir um dado apriorístico, indiferente às interferências do tempo, do espaço e das subjetividades (individuais, mas sobretudo coletivas) envolvidas, os comuns são historicizados, espacializados, genderizados, racializados¹⁸⁵ – assim como o direito produzido a partir dele. Eles emergem das lutas, das práticas de resistência e de construção de uma racionalidade avessa à mercantilização de tudo, das margens abertas pelo próprio sistema. Como enfatizam Alexandre Mendes e Bruno Cava, “não há comum sem luta pelo comum. Não há luta pelo comum sem subjetividade do comum. Não há instituições do comum sem ruptura com as instituições existentes”¹⁸⁶.

É o que demonstram os casos abordados no início desse trabalho, além de muitos outros. Espaços em que direitos de uso e uma ocupação baseada em laços de reciprocidade e compartilhamento entram em disputa com interesses mercadológicos e a lógica proprietária. Os comuns existem enquanto houver luta e resistência. É certo que nem sempre as práticas do comum conseguirão barrar o avanço dos interesses estatais e de mercado (os exemplos de que falamos, sobretudo o da OCEL, também demonstram isso), mas mostram o caminho para

¹⁸⁴ De acordo com esses critérios, classificam-se os bens comuns como rivais e não exclusivos. Ainda segundo a mesma lógica, bens privados seriam exclusivos e rivais, bens públicos não exclusivos e não rivais e bens de clube exclusivos e não rivais.

¹⁸⁵ Em resumo, significa que são situados e, conseqüentemente, a construção do saber acerca dele também deve ser. Segundo Donna Haraway, um saber situado é um saber sempre parcial, na medida em que o sujeito cognoscente não busca estabelecer uma posição de identidade com o objeto, mas uma posição de objetividade, que é de “conexão parcial” (1995, p. 26). Nas palavras dela, “saberes localizados requerem que o objeto do conhecimento seja visto como um ator e agente, não como uma tela, ou um terreno, ou um recurso, e, finalmente, nunca como um escravo do senhor que encerra a dialética apenas na sua agência e em sua autoridade de conhecimento “objetivo”” (p. 36). Significa que, apesar de reunidos sob a ideia mais abstrata do comum, os comuns instituídos pela prática do fazer-comum emergem de lutas reais, inscritas no tempo, no espaço e na vida das pessoas.

¹⁸⁶ CAVA, Bruno; MENDES, Alexandre F. *A constituição do comum: antagonismo, produção de subjetividade e crise no capitalismo*. Rio de Janeiro: Revan, 2017, p. 11.

algo diferente das falsas alternativas que costumam ser apresentadas como únicas pelo neoliberalismo. O individualismo, a propriedade pública e privada, a mercantilização, enfim, não são as únicas opções postas em jogo. Como alternativa a isso, existem as práticas de fazer-comum.

Nesse trabalho interessam, sobretudo, os comuns associados a essas práticas, como esse processo permanente de fazer-comum. Nesse sentido, a utilidade de uma teoria do comum (no singular) está em refundar a própria noção de comuns (no plural). A noção do comum como princípio, nesse aspecto, não é prioritária nessa análise a não ser para propor uma nova compreensão acerca dos comuns como algo que deve ser instituído – trata-se do comum como princípio político em referência ao qual os comuns são construídos, preservados e ampliados¹⁸⁷.

A partir dessa nova compreensão fundada *no comum*, fica claro que os *comuns* não o são apenas porque contra eles volta-se uma política predatória voltada à sua extinção ou apropriação pela lógica proprietária capitalista, mas porque neles manifestam-se práticas de compartilhamento, de solidariedade, de engajamento em uma tarefa que gera coobrigação entre seus participantes, criando um direito próprio do comum: um direito contra o absolutismo da propriedade. O enfoque, portanto, está na vertente ofensiva do paradigma dos comuns, no incentivo à propagação das práticas de fazer-comum como meio de oposição e enfrentamento à racionalidade do capitalismo neoliberal, àquilo que o comum produz ao invés daquilo que lhe é saqueado – assim, “já não se trata de concebê-lo a partir de sua destruição, mas de sua produção”¹⁸⁸.

Além disso, se em Laval e Dardot a ideia de práxis instituinte do comum está fora do âmbito de um poder constituinte, entendemos que a perspectiva de *constituição* do comum não deve ser abandonada. Isso requer, porém, que a própria noção de constituição adotada pelos autores seja revista.

Assim, não se compartilha aqui do entendimento segundo o qual o poder constituinte caracteriza-se pela “grandiosidade de um ato de fundação”¹⁸⁹ e por um sujeito definido por sua vontade soberana, que “é pressuposto antes de seu

¹⁸⁷ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum*: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 53/54.

¹⁸⁸ Ibidem, p. 200.

¹⁸⁹ Ibidem, p. 467.

exercício e exerce esse poder apenas de maneira pontual”¹⁹⁰. Essa noção, bastante tradicional, pode e deve ser revista – o que já vem sendo feito, como demonstra a abordagem proposta por Negri.

Mais do que isso, a ideia de poder constituinte e da própria Constituição podem ser enriquecidas a partir de elementos da teoria dos comuns ao mesmo tempo em que a organização social dos comuns pode se valer dessas noções para se proteger e se expandir, como veremos na última parte deste trabalho.

O poder constituinte pode, então, ser compatível com a ideia de “autoprodução de um sujeito coletivo na e pela coprodução continuada de regras de direito”¹⁹¹ da práxis instituinte do comum e, assim como essa práxis, não se paralisar no constituído/instituído. Sobretudo, essas regras continuamente produzidas pelo fazer-comum podem ser *constituintes* do comum, como exercício imaginativo e de criação do novo que não se encerra no momento de criação.

3.3. PARA ALÉM DO PÚBLICO E DO PRIVADO

Apesar das diversas discussões e controvérsias a respeito do comum, talvez uma das características mais proeminentes e quase consensual a seu respeito – ao menos sob o viés das teorias críticas - seja o fato de que os comuns rompem com a dicotomia moderna entre público e privado, Estado e mercado.

Essa ruptura se opera tanto sob um aspecto prático quanto teórico¹⁹², superando a falsa alternativa que nos mantém atados a esses binômios. Os comuns oferecem, desse modo, uma nova via frente a esses domínios e à narrativa de que público e privado são mutuamente exclusivos e constituem as únicas possibilidades políticas disponíveis¹⁹³.

¹⁹⁰ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 471.

¹⁹¹ Ibidem, p. 471/472.

¹⁹² Ibidem, p. 146.

¹⁹³ FEDERICI, Silvia. Feminism and the politics of the commons. In: *Uses of a WorldWind, Movement, Movements, and Contemporary Radical Currents in the United States*, edited by Craig Hughes, Stevie Peace and Kevin Van Meter for the Team Colors Collective, Oakland: AK Press, 2010 apud TONUCCI FILHO, João Bosco Moura. *Comum urbano: a cidade além do público e do privado*. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017, p. 39.

Nas lutas, isso se evidencia, de um lado, pela defesa contra a expansão da lógica privatista, que converte recursos antes acessíveis a todos em elemento de troca e os coloca sob o domínio do mercado, e, de outro, pela insatisfação com as respostas estatais a essas questões, haja vista que o Estado muitas vezes submete-se ou mesmo compactua com os interesses mercadológicos.

Os casos da OCEL e do Parque Gomm demonstram justamente como interesses de mercado e de Estado muitas vezes se confundem. Se, no primeiro caso, a reintegração de posse do edifício à construtora atendia aos interesses privatistas do proprietário com amparo dos órgãos estatais, no segundo, o projeto de construção da rua que ameaçava parte do bosque público decorria de um acordo firmado entre o grupo empresarial responsável pela construção do shopping no local e a Prefeitura municipal.

Ainda como exemplo da submissão do Estado aos interesses de mercado, nota-se que a resposta estatal aos movimentos do Occupy Wall Street foi de que o Estado detinha direito exclusivo para regular o espaço público (o mesmo que servia de suporte e dava tônica ao movimento), no que obteve apoio da classe capitalista. Dessa maneira, com o argumento de que atendia ao “interesse público”, o Estado interviu para impedir a ocupação do espaço público pelas manifestações e dissipar os protestos – no que contrariou completamente a lógica dos comuns e até mesmo a definição moderna de um espaço público aberto e acessível a todos. Na coletânea de textos Occupy, Harvey trata do episódio com indignação:

O público não tem o direito comum ao espaço público! Com que direito os prefeitos, os chefes de polícia, os oficiais militares e as autoridades do Estado dizem para nós, o povo, que eles podem determinar o que é público em “nosso” espaço público, bem como quem pode ocupá-lo e quando? Quando é que eles presumem expulsar-nos, o povo, de qualquer espaço que nós, o povo, decidimos coletiva e pacificamente ocupar? Eles dizem que agem de acordo com o interesse público (e usam leis para prová-lo), mas nós somos o povo! Onde está “nosso interesse” em tudo isso?¹⁹⁴

O projeto político da produção do comum implica, dessa forma, num ataque tanto à privatização daquilo que juridicamente é considerado público

¹⁹⁴ HARVEY, David. Os rebeldes na rua: o Partido de Wall Street encontra sua nêmesis. In: *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012, p. 62

como às usurpações perpetradas pelo Estado em nome de um suposto “interesse público”¹⁹⁵.

Isso porque, ao contrário do que uma visão superficial possa indicar, tanto o Estado como o Mercado, isolada e conjuntamente, contribuem para a destruição dos comuns, retirando-os daqueles que efetivamente os produziram e subordinando-os a seus próprios interesses. Estado e Mercado são vistos, assim, como duas faces da mesma moeda, atuando de forma coordenada na privatização dos comuns.

Sob a regência do neoliberalismo, a figura do Estado é tanto alvo de políticas que buscam enquadrá-lo na norma geral da concorrência, obedecendo a comandos de maior competitividade e eficiência, quanto organiza o seu próprio desaparecimento em favor do mercado, por meio de privatizações, parcerias públicos-privadas, etc.¹⁹⁶ Em “A nova razão do mundo”, Laval e Dardot elucidam o papel destinado ao Estado pela racionalidade econômica neoliberal:

Muito frequentemente esquecemos que o neoliberalismo não procura tanto a “retirada” do Estado e a ampliação dos domínios da acumulação do capital quanto a transformação da ação pública, tornando o Estado uma esfera que também é regida por regras de concorrência e submetida a exigências de eficácia semelhantes às aquelas a que se sujeitam as empresas privadas. O Estado foi reestruturado de duas maneiras que tendemos a confundir: de fora, com privatizações maciças de empresas públicas que põem fim ao “Estado produtor”, mas também de dentro, com a instauração de um Estado avaliador e regulador que mobiliza novos instrumentos de poder e, com eles, estrutura novas relações entre governo e sujeitos sociais¹⁹⁷.

Em lugar de um Estado mínimo, trata-se, portanto, de um Estado que deve intervir para colocar a sociedade a serviço do mercado, ajudando a fortalecê-lo, e ao mesmo tempo construir-se a si próprio como uma empresa, sujeitando-se às normas de mercado tanto no que tange ao seu funcionamento interno quanto na relação com outros Estados¹⁹⁸. Nesse contexto, não cabem

¹⁹⁵ CAVA, Bruno; MENDES, Alexandre F. *A constituição do comum: antagonismo, produção de subjetividade e crise no capitalismo*. Rio de Janeiro: Revan, 2017, p. 201.

¹⁹⁶ TONUCCI FILHO, João Bosco Moura. *Comum urbano: a cidade além do público e do privado*. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017, p. 39.

¹⁹⁷ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 273.

¹⁹⁸ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 378.

ilusões acerca da atuação estatal nem apostar que ele seja capaz de atender satisfatoriamente às demandas daqueles que se mostram insatisfeitos com o avanço privado sobre bens e serviços públicos.

Diante disso, embora as antigas soluções estatizantes não estejam completamente excluídas do conjunto de reivindicações dos movimentos populares que levantam a bandeira do comum (caso das lutas pela nacionalização da água em Cochabamba, no ano 2000, e do gás natural em El Alto, no ano 2003, ambas na Bolívia¹⁹⁹), há consciência de que mover recursos para o domínio da propriedade pública já não serve de solução suficiente para os problemas econômicos e sociais de um povo²⁰⁰.

Dessa maneira, parte da importância do debate acerca do comum reside justamente no fato de eliminar falsas esperanças depositadas no Estado, não no sentido já empreendido pelo neoliberalismo, com a proposta de transferir tudo para as mãos do mercado, mas no sentido de resgatar aquilo que está sob o controle do Estado de seus limites burocráticos e submetê-lo “à atividade social e à participação política da maioria”²⁰¹.

Considerando que o mais recente ciclo de apropriação das riquezas produzidas nos comuns é resultado da articulação entre poder público e forças privadas²⁰², não há mais razão para contrapor frontalmente público e privado, Estado e Mercado – que, como visto, confundem-se cada vez mais em seus papeis.

A esse respeito, Negri esclarece que a política do comum não conforma uma terceira via que contribuiria para mediar as relações entre público e privado, mas sim uma segunda via antagonista à ordem capitalista amparada nessas duas formas de propriedade²⁰³. Da mesma maneira, Laval e Dardot afirmam que

¹⁹⁹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Bem-estar comum*. Rio de Janeiro: Record, 2016, p. 128.

²⁰⁰ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 103/104.

²⁰¹ Ibidem, p. 15. O emprego do termo maioria aqui só tem sentido como contraposição a esse controle de Estado, concentrado na mão de poucos. A título ilustrativo, é possível dizer que o termo poderia ser substituído pela ideia de multidão de Hardt e Negri. Não se trata, assim, da defesa de uma política majoritária, que exclui os anseios das minorias, mas de uma política de muitos, isto é, dos próprios afetados, em detrimento de uma política de governantes pouco interessados em atender aos desejos democráticos dos governados.

²⁰² Ibidem, p. 105.

²⁰³ NEGRI, Antonio. *Fabbrica di porcelana: per nuova grammatica politica*. Milano: Feltrinelli, 2008 apud CAVA, Bruno; MENDES, Alexandre F. *A constituição do comum: antagonismo, produção de subjetividade e crise no capitalismo*. Rio de Janeiro: Revan, 2017, p. 202. Em “Bem-estar comum” (2016), ele e Hardt afirmam que “parece tentador (...) pensar nas relações entre o

o princípio político do comum não constitui um terceiro interposto entre o mercado e o Estado ou um terceiro setor da economia ao lado de público e privado, exigindo, na verdade, a subordinação de ambos aos comuns – ele seria, assim, transversal a ambas as esferas²⁰⁴.

Em um primeiro sentido, a constituição do comum como essa segunda via significa ir além dos contornos jurídicos de público e privado. Para melhor compreender essa afirmação, há que se ter em mente que, de um lado, a noção jurídica de privado é fortemente influenciada pela ideologia do individualismo possessivo, abarcando tanto direitos e liberdades do sujeito quanto direitos de propriedade privada²⁰⁵, e, de outro lado, a noção de público desfigura uma distinção importante entre o controle do Estado e o que é mantido e gerenciado em comum²⁰⁶. Posta dessa maneira, tal definição de público e privado resulta em uma dupla alternativa: ou tornar tudo público e sujeito ao controle estatal ou tornar tudo privado e sujeito aos direitos de propriedade²⁰⁷.

É essa mesma noção que determina a separação moderna entre sociedade civil e Estado. A formação do “social”, dessa esfera híbrida - nem privada nem pública em sentido estrito - a que chamamos “sociedade civil” e que tomou forma política no estado nacional, é que marca a relação entre público e

privado, o público e o comum como triangulares, mas isto também poderia dar a impressão de que os três pudessem constituir um sistema fechado, com o comum entre os outros dois. Em vez disso, o comum existe num plano diferente em relação ao privado e ao público, e é fundamentalmente autônomo em relação aos dois” (p. 311).

²⁰⁴ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 619.

²⁰⁵ Sobre o individualismo proprietário, Pietro Barcellona afirma que “a la abstracción de la propiedad corresponde la abstracción del sujeto, y solo esto hace posible la transformación del individualismo posesivo originário em uma forma general de organización de la sociedad: la sociedad de los propietarios libres e iguales. También aquí reconocemos una paradoja de la constitución de la modernidad, que solo la subjetividade jurídica abstracta consigue mediar: la propiedad identificada como componente constitutivo del individualismo, como el *propium* de la vocación posesiva, se transforma em pontencia enajenada y coagulada en el objeto que se pone frente al individuo particular como mercancía o como capital (BARCELLONA, Pietro. *El individualismo propietario*. Madrid: Editorial Trotta, 1996, p. 43 apud MILANO, Giovanna Bonilha. *Conflitos fundiários urbanos e poder judiciário: decisões jurisdicionais na produção da segregação socioespacial*. Tese (Doutorado em Direito). Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016, p. 189).

²⁰⁶ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Multitude: war and democracy in the Age of Empire*. New York: The Penguin Press, 2004, p. 203/204. Em *Multitude* (2004), Hardt e Negri apregoam que será necessário imaginar um quadro jurídico alternativo, em que a noção de privado passe a expressar a singularidade das subjetividades sociais ao invés de direitos de propriedade privada e a noção de público baseie-se no comum e não no controle estatal. Eles chamam esse novo quadro de uma teoria jurídica pós-liberal e pós-socialista e deixam claro que a visão tradicional acerca de público e privado é incapaz de cumprir essa tarefa (p. 203/204).

²⁰⁷ Ibidem, p. 203.

privado na era moderna, fazendo com que interesses privados assumam relevância pública, em contraponto à noção de autoridade²⁰⁸. Oposta à esfera privada, a dimensão pública da vida em sociedade, a seu turno, permanece atrelada à noção de poder público, centrado na figura do Estado ou do aparelho governamental. O poder político, assim, constitui-se, na modernidade, como esfera pública impessoal apartada da sociedade e capaz de regulá-la por meio do Estado²⁰⁹.

Para Laval e Dardot, a articulação entre socioeconômico e público ampara-se no duplo princípio que relaciona *dominium* e *imperium* no direito romano. Significa que a propriedade privada dá ao proprietário (*dominus*) poder absoluto sobre aquilo que ele possui e, analogamente, o *imperium* confere poder semelhante ao soberano, isto é, confere-lhe um poder absoluto calcado na dominação²¹⁰. Ainda que mais recentemente, sobretudo com o advento das Constituições modernas, essas relações tenham sido reordenadas a fim de impor certos limites ao exercício do poder soberano de Estado, a estrutura central que determina a relação entre as esferas social e pública prevalece: temos, assim, um direito privado centrado na propriedade e um direito público centrado na soberania.

Uma política do comum questiona essa articulação que está na base da separação entre Estado e sociedade civil e que continua a definir a existência coletiva²¹¹. Como princípio político, o comum não prevalece sobre tal ou qual esfera, confiando o campo da produção à competição dos interesses privados ou ao monopólio estatal²¹². Ao contrário disso, ele ataca duplamente o absolutismo do princípio da propriedade e do princípio da soberania²¹³, indo à raiz da questão.

O combate à propriedade está, assim, no centro de uma política do comum e aparece também como desdobramento do antagonismo ao binômio

²⁰⁸ HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da Esfera Pública*: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003,, p. 33

²⁰⁹ SILVA, César Henriques Matos e. *Espaço político e urbanidade*: o caso do centro da cidade de Aracaju. Salvador, 2009, 314 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, p. 23.

²¹⁰ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum*: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 493.

²¹¹ Ibidem, p. 493/494.

²¹² Ibidem, p. 619.

²¹³ Ibidem, p. 493/494.

público-privado. Significa colocar o comum contra o seu grande antagonista e maior ameaça à sua existência, contra o direito de propriedade que retira os comuns de seus produtores e aniquila laços de solidariedade e valores coletivos. Para Negri e Hardt, trata-se de colocar o comum em combate direto ao que eles chamam de república da propriedade²¹⁴:

nossa hipótese postula o comum contra a república da propriedade. Quando o trabalho e a vida excedem, sempre apontam na direção da construção do comum, que é o único sinal de produtividade hoje. Mas a república da propriedade tenta subjugar, explorar e privatizar o comum para redistribuí-lo de acordo com as leis da propriedade individual e da representação política liberal. Este projeto asfixia as singularidades e neutraliza a força do comum. A política identitária burguesa da exploração capitalista e da transcendência republicana é na realidade uma necropolítica ou tanatopolítica. O biopoder reage por toda parte e sempre contra a atividade excedente da produção biopolítica²¹⁵.

É inócuo, destarte, continuar opondo propriedade pública e privada e crer que reservar algo ao controle do Estado signifique uma maior proteção, como demonstra o caso do Parque Gomm. Longe disso, a propriedade pública há muito transformou-se em uma forma coletiva de propriedade privada reservada à classe dominante e à satisfação de seus interesses (em detrimento dos interesses da população, como é de se imaginar), ao invés de implicar numa maior proteção dos comuns²¹⁶. Na verdade, como ressaltam Laval e Dardot, “a pretensa “realização” do comum pela propriedade de Estado nunca foi mais do que a destruição do comum pelo Estado” e se, ainda assim, continuam a existir comuns, isso justifica-se somente pelas resistências a essa apropriação estatal²¹⁷.

²¹⁴ Segundo esses autores, desde as grandes revoluções burguesas, a república é uma república da propriedade, na medida em que a defesa da propriedade se mantém como a base de toda constituição política moderna, determinando a exclusão ou subordinação de quem não seja detentor desse direito (HARDT, NEGRI, 2016, p. 23/30). Nesse contexto, a propriedade se impõe “como ideia reguladora do Estado constitucional e do império da lei”, enquanto a noção de indivíduo passa a ser definida não pelo “ser”, mas pelo “ter” (p. 21).

²¹⁵ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Bem-estar comum*. Rio de Janeiro: Record, 2016, p. 351.

²¹⁶ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 15.

²¹⁷ Ibidem, p. 100. Como uma clara demonstração de que a propriedade estatal está longe de significar uma maior proteção dos comuns, basta atentar para o fato de que os bens públicos juridicamente são compreendidos como bens pertencentes ao Estado e que eventualmente podem ser destinados ao “uso comum do povo” (art. 99, I, do CC), a depender dos desígnios de seu proprietário. Nessa própria formulação dos contornos jurídicos do que pode ser considerado bem público – conceito esse que abrange ruas e praças, por exemplo – abre-se espaço à arbitrariedade estatal, muitas vezes conjugada aos interesses de mercado.

Logo, é pela limitação do direito de propriedade que a subordinação das esferas pública e privada aos comuns deve ocorrer. Isso não se dá pela simples retirada de certas coisas à troca comercial com o fim de reservá-las ao comum, mas pela eliminação do direito de abuso que sujeita o objeto da propriedade completamente aos desígnios egoísticos de seu proprietário²¹⁸.

Como já visto, essa separação entre sujeito e objeto que dá alicerce ao direito de propriedade é incompatível com uma política do comum. É o que também ocorre com a ideia de que seu futuro poderia ser definido pelas vontades de um único indivíduo²¹⁹. Além disso, se o direito de abuso que se liga ao direito de propriedade permite que o objeto da propriedade seja utilizado de forma predatória²²⁰, no comum há um dever de conservação²²¹. O governo do comum impõe, na verdade, um duplo dever: dever de não atentar contra o direito de outros usuários e dever de conservar aquilo que está sob responsabilidade coletiva²²². Essa lógica é claramente incompatível com a lógica proprietária.

Ao invés de opor propriedade pública e propriedade privada, trata-se, portanto, de questionar os fundamentos e efeitos do direito de propriedade nessas duas formas e a eles contrapor um imperativo de uso comum²²³ – uso

²¹⁸ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 619.

²¹⁹ Com efeito, como exige a própria práxis de instituição do comum, as regras a ele relativas devem ser tomadas coletivamente por todos os sujeitos envolvidos em uma coatividade. A noção de um sujeito externo que impõe sua vontade sobre a organização do comum é completamente contrária à própria noção do comum. Para um melhor exame acerca dessas discussões, ver o tópico sobre democracia no último capítulo deste trabalho.

²²⁰ É certo que desde o início do século XX a funcionalização da propriedade retira o seu caráter de direito absoluto e a possibilidade de abusar da propriedade. Ainda assim, Hardt e Negri apontam que esse tipo de “controle jurídico público” que impõe certa limitação à propriedade não é suficiente para falsear o princípio neoliberal segundo o qual tudo é ditado pelo mercado (2004, p. 205; MENDES, 2012, p. 162/163). Há que se ter em conta, nesse sentido, que o próprio “surgimento e desenvolvimento de uma função social que dinamiza a propriedade privada é resultado justamente da necessidade de manutenção do sistema, cujo caráter estático do bem, observado no período pós-revolucionário, é o inverso da lógica da produção capitalista” (SANTOS, 2013, P. 74/75) e que, ademais, frequentemente essa função social não é atendida – o caso da OCEL é apenas um dentre muitos exemplos desse descumprimento.

²²¹ A esse respeito, Laval e Dardot (2017) esclarecem que esse “dever de conservação ligado ao uso comum deriva estritamente da coobrigação que une os governantes de um comum, com exclusão de qualquer referência ao horizonte da propriedade” (p. 505).

²²² DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 505.

²²³ TONUCCI FILHO, João Bosco Moura. *Comum urbano: a cidade além do público e do privado*. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017, p. 58.

que é em si a negação do direito de propriedade em todas as suas manifestações, pois é o único meio de lidar com o inapropriável²²⁴.

Esse uso comum implica que a decisão sobre a destinação do comum só pode ser tomada coletivamente pelos seus usuários – e não por uma instância hierarquicamente superior, como o mercado ou o Estado –, voltando-o contra qualquer forma de apropriação como relação de pertencimento, contra o direito de propriedade²²⁵:

A produção do comum precisa se constituir como um “projeto político” em detrimento das formas sempre mais “abstratas” e “transcendentais” da propriedade privada. (...). O “poder comum”, a expansão do trabalho como ação política, deve, portanto, assumir uma forma antagonista, baseada em sua capacidade de autovalorização e autonomia, e “reapropriar” tudo aquilo que foi expropriado pela universalização²²⁶ da propriedade privada²²⁷.

O comum aparece, assim, como um campo de luta democrática para além das opções reducionistas do público e do privado, do Estado e do mercado, construindo-se a partir de práticas mais autônomas e coletivas de produção e reprodução social em claro embate à lógica proprietária²²⁸.

Por essa mesma razão, o comum abre espaço para uma nova política que se coloca para além da também falsa alternativa entre capitalismo e socialismo, contra a crença infundada de que a solução para os males capitalistas é a regulação pública e, em sentido oposto, que a propriedade privada e o controle capitalista resolvem os problemas do socialismo.

Segundo Hardt e Negri, “em última análise, o socialismo é um regime para a promoção e regulamentação do capital industrial, um regime de disciplina

²²⁴ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum*: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 509.

²²⁵ Ibidem, p. 505.

²²⁶ Em detrimento dessa universalidade abstrata promovida pela propriedade privada, que possibilita o “confisco do comum” pelos Estados e sua restrição a uma categoria muito limitada de “usuários”, “a universalidade do comum é de tipo prático: compreende apenas os que participam de seu governo, coproduzindo suas regras de uso e modificando-as à medida que ocorre o uso” (DARDOT, LAVAL, 2017, p. 505/506).

²²⁷ MENDES, Alexandre. *Para além da “Tragédia do Comum”*. Conflito e produção de subjetividade no capitalismo contemporâneo. Tese (Doutorado em Direito). Centro de Estudos Sociais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012, p. 14.

²²⁸ TONUCCI FILHO, João Bosco Moura. *Comum urbano*: a cidade além do público e do privado. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017, p. 46.

do trabalho imposto através de instituições governamentais e burocráticas”²²⁹. Uma vez que o socialismo não é mais do que um sistema de gestão estatal da produção capitalista, socialismo e capitalismo nunca constituíram sistemas opostos. Tanto um quanto outro, na verdade, não passam de “regimes de propriedade que excluem o comum”²³⁰ e, por isso, devem ser superados. Nesse sentido, Laval e Dardot observam que:

A “solidariedade” defendida pelos socialistas contrários à propriedade no início do século XIX transformou-se numa forma estatal que, ao mesmo tempo que protege os assalariados dos “riscos” inerentes à lógica de mercado, os exclui da decisão e da deliberação política, em decorrência de uma administração estritamente burocrática dos serviços públicos e da proteção social. Em resumo, a solidariedade democraticamente organizada, tal como foi imaginada pelos socialistas, realizou-se apenas na forma de uma proteção social organizada pelo Estado, de uma propriedade de Estado à mercê das reviravoltas políticas²³¹.

Diante disso, é necessário questionar tanto o ideário de superioridade dos mecanismos de mercado, como do intervencionismo estatal na gestão de comuns, para, no lugar disso, pensar em uma lógica de compartilhamento que recuse a lógica exclusivista da propriedade e ao mesmo tempo “reconheça a esfera da cooperação social a partir de um horizonte de liberdade e autogoverno”²³². A produção biopolítica, afinal, é relativa ao comum e não pode ser contida em mecanismos públicos nem privados²³³.

Consequentemente, o projeto político do comum é incompatível com a falsa polarização entre um certo “interesse público” de Estado e o “interesse privado” do mercado, pois combate ao mesmo tempo formas de apropriação públicas e privadas do comum. Para tanto, preconiza que tudo aquilo que é de interesse compartilhado deve ser reapropriado (no sentido da apropriação-destinação e não da apropriação-pertença, conforme a distinção apresentada

²²⁹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Bem-estar comum*. Rio de Janeiro: Record, 2016, p. 297.

²³⁰ Ibidem, p. 9.

²³¹ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 541/542.

²³² CAVA, Bruno; MENDES, Alexandre F. *A constituição do comum: antagonismo, produção de subjetividade e crise no capitalismo*. Rio de Janeiro: Revan, 2017, p. 202.

²³³ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Bem-estar comum*. Rio de Janeiro: Record, 2016, p. 301.

por Laval e Dardot) por aqueles sujeitos responsáveis por sua produção²³⁴, de modo a tornar-se novamente comum.²³⁵

Como, porém, resistir à privatização dos comuns sem recair nos tradicionais conceitos de público e privado?

A essa pergunta, Hardt e Negri respondem que, em primeiro lugar, caberá à teoria jurídica sobre o comum demonstrar a falsidade do princípio neoliberal segundo o qual tudo é ditado pelo mercado e, em seguida, deslocar o conceito de “interesse público” com um quadro que viabilize a participação comum na administração de bens e serviços públicos (esses mesmos que tem sofrido uma forte investida pelo capitalismo neoliberal), haja vista que passá-los ao controle do Estado já não é suficiente. Significaria passar do “interesse público” ao “interesse comum”, isto é, um interesse não determinado abstratamente pelo poder estatal, mas democraticamente definido pelas singularidades que cooperam na produção social. Nas palavras deles, seria a passagem da *Res-publica* para a *Res-commune*²³⁶.

Assim, se os bens e serviços públicos ofertados pelo Estado são restringidos ou mercantilizados, a resposta deve partir da organização dos sujeitos para que proporcionem seus próprios comuns. Essa noção mesma de que os comuns podem ser produzidos e utilizados em benefício de todos implica por si só em resistência aos poderes que determinam sua usurpação. O comum, afinal, se define a partir de uma determinada prática, coletiva e não mercantilizada, entre o grupo e o ambiente²³⁷.

A institucionalidade do comum, portanto, não se configura como uma instância apartada de seus usuários, com regras impostas a partir de uma autoridade externa. Nesse caso, a cisão moderna entre o Estado que governa e

²³⁴ Para Hardt e Negri esse sujeito é o que eles chamam de “multidão”. A esse respeito, eles asseveram que “os comuns são a encarnação, a produção e a liberação da multidão” [Tradução livre de: “The commons is the incarnation, the production, and the liberation of the multitude”] (HARDT e NEGRI, p. 303). O assunto sobre os sujeitos envolvidos na produção do comum será enfrentado no último capítulo deste trabalho, sob o aspecto de sua relação com a democracia construída a partir dos comuns.

²³⁵ MENDES, Alexandre. *A atualidade do comunismo: a produção do comum no pensamento político de Toni Negri*. Revista Direito e Práxis, 3, ago. 2012, p. 18/19 e 15.

²³⁶ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Multitude: war and democracy in the Age of Empire*. New York: The Penguin Press, 2004, p. 206.

²³⁷ HARVEY, David. *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014, p. 145.

a sociedade que é governada e espoliada apenas se repetiria mais uma vez²³⁸. No comum, as regras que o regulam e instituem só podem ser definidas pelos próprios interessados, de forma autônoma e democrática. Trata-se de uma forma de organização social que opõe democracia ao absolutismo do princípio da soberania.

A noção de que o comum supera a divisão entre público e privado tem lugar, portanto, quando se compreende público e privado como tributários de soluções calcadas na soberania estatal ou na lógica do individualismo proprietário. Se o debate, contudo, é deslocado, essa superação pode não se mostrar tão absoluta. É o que ocorre, por exemplo, quando se trata da distinção entre espaço público e espaço privado. Nesse caso, trata-se menos de superar a distinção como uma segunda via completamente oposta a esses dois âmbitos do viver do que de atravessar ambas as esferas. Espaço público e privado, contudo, continuam lá.

Segundo Saldanha, essas categorias denotam duas formas do ser cultural: uma consubstanciada na figura do jardim (ou da casa), que concentra a privacidade, e outra referente à figura da praça (ou da rua), onde se dá espaço à vida pública. De um lado, a privacidade que opera retendo uma porção da natureza e, de outro, a publicidade que, num cancelamento ainda mais perceptível dessa natureza, a contradiz para poder vir à tona²³⁹.

Rua e casa, jardim e praça, público e privado, revelariam, assim, “modos diferentes de agir e de dizer”²⁴⁰ estariam relacionadas a sistemas distintos de valores, sendo capazes de designar diferentes “entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados”²⁴¹.

Os limites da divisão entre uma e outra, todavia, não são tão claros quanto possam parecer. Ao contrário, espaço público e privado apresentam-se como termos que, embora aparentemente designem significados opostos e

²³⁸ ALVES, Rafael de Oliveira. *Fazer-comum e direito à cidade*: elementos para o debate e ação. In: XVII ENANPUR, 2017, São Paulo. Anais... Disponível em: < http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/?page_id=1316 >. Acesso em 20 Jun. 2017, p. 6.

²³⁹ SALDANHA, Nelson. *O jardim e a praça*: ensaio sobre o lado “privado” e o lado “público” da vida social e histórica. In: CL & Tróp., Recife, 11(l), p.105-121, jan/jun, 1983, p. 110.

²⁴⁰ Ibidem, p. 108.

²⁴¹ DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua*: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 12.

excludentes, na verdade se complementam²⁴². Definem-se, assim, a partir de sua relação, em contraposição um ao outro, não sendo possível defini-los isoladamente.

Em sua relação de complementaridade, que de modo algum se resume a um contraste rígido e simples, espaço público e espaço privado conformam “um par estrutural que é constituído e constituinte na própria dinâmica de sua relação”²⁴³. E por isso mesmo os caracteres que são próprios de cada instância são fundamentais para delinear o equilíbrio dialético entre uma e outra.

Quando esse equilíbrio se rompe e os sujeitos passam a mover-se numa zona de indiferença entre espaço público e privado, abre-se caminho para discursos populistas e situações autoritárias²⁴⁴. Nesse sentido, Agamben afirma que “a materialização espacial desta zona de indiferença é a videovigilância das ruas e das praças das nossas cidades”, de modo que esses espaços deixam de se constituir como ágora para transformar-se num híbrido “entre a prisão e o fórum”²⁴⁵.

Na relação entre os comuns, espaço público e espaço privado, o equilíbrio se mantém e tanto um quanto outro podem servir de apoio para as experiências do comum. Isto é, o comum tanto pode se relacionar ao domínio de reprodução da vida, em geral associado à esfera privada, quanto à visibilidade, abertura e possibilidade de encontro que remetem ao espaço público – nesse sentido, ambas as esferas se materializam como campos para realização da política²⁴⁶.

Seja no prédio destinado à moradia ou no parque aberto aos encontros, o comum pode ser instituído. Em ambos os casos irá se contrapor à captura pelo

²⁴² SILVA, César Henriques Matos e. *Espaço político e urbanidade: o caso do centro da cidade de Aracaju*. Salvador, 2009, 314 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, p. 18.

²⁴³ DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço cidadania, mulher e morte no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 13.

²⁴⁴ Ibidem, p. 14/15.

²⁴⁵ AGAMBEN, Giorgio. Por uma teoria do poder destituente. Conferência realizada na cidade de Atenas em 16 de novembro de 2013. Disponível em: < <https://5dias.wordpress.com/2014/02/11/por-uma-teoria-do-poder-destituente-de-giorgio-agamben/> >. Acesso em 01 fev. 2018.

²⁴⁶ Sobre isso, Federici aponta que “we cannot build an alternative society and a strong self-reproducing movement unless we redefine our reproduction in a more cooperative way and put an end to the separation between the personal and the political, and between political activism and the reproduction of everyday life”.

domínio privado do mercado (e o absolutismo da propriedade) ou pela burocracia de Estado (e o absolutismo da soberania).

3.4. COMUNS URBANOS E DIREITO À CIDADE

Como os casos apresentados no início desse trabalho demonstram, a cidade é permeada de disputas e conflitos que, em uma trama complexa, vão definindo a conformação do espaço urbano. Não por acaso, David Harvey define a urbanização como um “processo sociaespacialmente fundamentado, no qual um amplo leque de atores, com objetivos e compromissos diversos, interage por meio de uma configuração específica de práticas espaciais entrelaçadas”²⁴⁷.

São esses diversos atores, de interesses muitas vezes antagônicos, que vão moldando o espaço urbano conforme seus anseios, criando fraturas e instalando lógicas completamente distintas em sua relação com a cidade – lógicas essas que estão em constante confronto e frequentemente são encaradas conforme critérios de legalidade/ilegalidade, formalidade/informalidade, dentro/fora, a fim de perpetuar estigmas e gerar exclusões²⁴⁸, como o caso da OCEL evidencia.

É certo que, em um contexto capitalista, o destino da cidade parece concentrar-se mormente nas mãos de uma pequena elite econômica com poder suficiente para moldá-la de acordo com seus desejos particulares, em detrimento de qualquer outro interesse que não se funde no lucro e na extração de renda. Nesse sentido, o espaço urbano capitalista configura-se como um espaço de guerra de “todos contra todos” em que o detentor do capital aparece como vencedor predeterminado²⁴⁹.

De um lado desta “guerra”, as forças do urbanismo neoliberal avançam na construção de uma cidade cada vez mais cindida e desigual, em que predominam interesses mercadológicos em detrimento dos encontros e da diversidade próprias do urbano, o que implica na negação da própria urbanidade:

²⁴⁷ HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005, p. 167/168.

²⁴⁸ Ver nota nº 26 deste trabalho.

²⁴⁹ PADILHA, Valquíria. *Shopping center: a catedral das mercadorias*. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 37.

O mundo da mercadoria tem sua lógica imanente, a do dinheiro e do valor de troca generalizado sem limites. Uma tal forma, a da troca e da equivalência, só exprime indiferença diante da forma urbana; ela reduz a simultaneidade e os encontros à forma dos trocadores; e o lugar de encontro ao lugar onde se conclui o contrato ou quase-contrato de troca equivalente: o reduz ao mercado. A sociedade urbana (...) tem uma lógica diferente da lógica da mercadoria. É um outro mundo. O urbano se baseia no valor de uso²⁵⁰.

A cidade é encarada, assim, como nova fronteira de expansão da acumulação capitalista, de modo que a relação entre urbanização e capitalismo se apresenta da seguinte forma: enquanto o capitalismo permanentemente produz o excedente que a urbanização requer, essa mesma urbanização é necessária à absorção do excedente que o capitalismo permanentemente produz²⁵¹. Dessa forma, se, por um lado, a cidade desempenha um papel econômico fundamental no desenvolvimento do capitalismo, por outro, “a urbanização é moldada, modelada, de acordo com as necessidades da acumulação capitalista”²⁵², estabelecendo um constante intercâmbio entre ambas.

Sob a égide do capitalismo neoliberal, essa relação se traduz especialmente no avanço do capital financeiro sobre as terras urbanas, com vistas ao rentismo imobiliário, e o consequente desmonte das políticas de habitação – ou sua subordinação à lógica mercadológica e aos interesses do complexo financeiro imobiliário. Tudo com o acordo do aparato estatal e a retirada orquestrada dos papéis que ocupa para cedê-los gentilmente ao mercado.

Se as políticas neoliberais só podem ser entendidas como a sobreposição de dois momentos, isto é, “como processos de destruição parcial do existente e de criação tendencial de novas estruturas”²⁵³, está claro que isso não ocorre sem a conivência do Estado. Observa-se, assim, que o abandono do caráter social das políticas de habitação constituiu justamente o incentivo para a entrada do capital financeiro nos sistemas de habitação, preenchendo o vazio

²⁵⁰ LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Documento LTDA, 1969, p. 79.

²⁵¹ HARVEY, David. *Rebel Cities: from the right to the city to the urban revolution*. New York: Verso, 2012, p. 5.

²⁵² LOJKINE, Jean. *O Estado Capitalista e a Questão Urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 185.

²⁵³ ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 31.

deixado pelas políticas de bem-estar social. Nas palavras de Rolnik, “o Estado vai produzindo margens²⁵⁴ (...) para, no momento seguinte, “destravar” seus ativos territoriais, ampliando as fronteiras de mercado”²⁵⁵.

O desmonte da habitação social e o aumento da insegurança da posse são, assim, processos completamente imbricados na financeirização da moradia e sua conversão em mercadoria, aliando forças de Estado e mercado para um mesmo objetivo. Todos esses processos constituem implicações generalizadas do sistema neoliberal²⁵⁶ e vem resultando em despossessão, alijamento, endividamento e segregação²⁵⁷.

Desse modo, no cenário de acelerada urbanização aliada aos ajustes estruturais desencadeados pelo processo de globalização²⁵⁸ verifica-se que cidades profundamente desiguais e territorialmente segmentadas vem sendo produzidas de acordo com processos especulativos do capital imobiliário e “escolhas locacionais discriminatórias”²⁵⁹. Com o objetivo de obter maior eficiência e produtividade, o planejamento urbano atrelado à lógica do capitalismo neoliberal transmuta-se em uma “espécie de taylorismo urbano”²⁶⁰, segregando, individualizando e controlando os espaços da cidade.

Nesse contexto, a segregação urbana assume novas proporções, expressando não apenas os privilégios das classes dominantes – já que, afinal, o processo de urbanização manifesta-se também como um fenômeno de

²⁵⁴ Bairros populares são exemplos que se enquadrariam nessa situação ambígua de “margem”, em que há um predomínio da temporariedade e da instabilidade (ROLNIK, 2015, p. 184).

²⁵⁵ ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 14.

²⁵⁶ Ibidem, p. 31.

²⁵⁷ Ibidem, p. 15. Segundo Lefebvre, as estratégias de classe, social e politicamente, têm como meta a segregação, de modo que, apesar de suas diferenças e possíveis conflitos, tanto o Estado como a Empresa convergem para ela (1969, p. 90).

²⁵⁸ A respeito dos processos de globalização e mundialização de capitais, Harvey assinala que também o processo de urbanização tornou-se genuinamente global, o que se deve parcialmente à “surpreendente integração global dos mercados financeiros que usam sua flexibilidade para financiar projetos urbanos de Dubai a São Paulo e de Madri e Mumbai a Hong Kong e Londres” (HARVEY, 2012, p. 12). Essa expansão em larga escala dos processos de urbanização dependeu, contudo, da construção de novas instituições e arranjos financeiros capazes de organizar o crédito necessário a manter essa urbanização (HARVEY, 2012, p. 12/13).

²⁵⁹ ACSERLALD, Henri. *Cidade – espaço público?* A economia política do consumismo nas e das cidades. Revista UFMG, Belo Horizonte, v. 20, n.1, p. 234-247, jan./jun. 2013, p. 242.

²⁶⁰ VOGEL, Arno; SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos (coords.). *Quando a Rua Vira Casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro*. 3º ed. São Paulo: Projeto, 1985, p. 135.

classe²⁶¹ –, mas também como meio de controle e reprodução social²⁶². Ela opera, assim, por um duplo processo de isolamento: de um lado, a autossegregação das camadas médias e altas da sociedade nos chamados enclaves urbanos, a exemplo do shopping construído sobre parte do bosque Gomm; e, de outro, a segregação compulsória dos pobres, por processos de periferização que determinam o afastamento territorial entre as classes sociais.

Como visto, essa tendência ao autoisolamento das classes médias e altas é mobilizada por uma cultura do medo, que além de marcar o espaço urbano com a proliferação de “fragmentos fortificados, condomínios fechados e espaços públicos privatizados, mantidos sob vigilância constante”²⁶³ (resultado de uma demanda crescente por securitização) também é responsável pelo aparecimento de um novo urbanismo militar:

A mudança paradigmática que torna os espaços comuns e privados das cidades, bem como sua infraestrutura – e suas produções civis –, fonte de alvos e ameaças é fundamental para o novo urbanismo militar. Isso se manifesta no uso da guerra como metáfora dominante para descrever a condição constante e irrestrita das sociedades urbanas – em guerra contra as drogas, o crime, o terror, contra a própria insegurança. Esse advento incorpora a militarização sub-reptícia de uma ampla gama de debates de política interna, paisagens urbanas e circuitos de infraestrutura urbana, além de universos inteiros de cultura popular e urbana. Leva à difusão furtiva e insidiosa de debates militarizados sobre “segurança” em todos os aspectos da vida. Juntos, mais uma vez, eles lutam para trazer ideias essencialmente militares de guerra, e de sua preparação, para o centro da vida cidadina comum e cotidiana²⁶⁴.

Paralelamente, a cidade transforma-se em lugar prioritário para o consumismo de bens e de lugares, de modo que os elementos da economia política urbana se baseiam cada vez mais em termos de “consumismo, turismo, indústria cultural e de conhecimento, assim como o eterno recurso à economia do espetáculo”²⁶⁵. Cria-se uma ilusão de liberdade de escolha típica de uma ética

²⁶¹ HARVEY, David. *Rebel Cities: from the right to the city to the urban revolution*. New York: Verso, 2012, p. 5.

²⁶² CORRÊA, Roberto Lobato. Resumo do livro *O Espaço Urbano*, de Roberto Lobato Corrêa (Editora Ática, Série Princípios, 3a. edição, n. 174, 1995. p.1-16), p. 10.

²⁶³ HARVEY, David. *O direito à cidade*. Revista Piauí, Julho de 2013, Tribuna Livre da Luta de Classes.

²⁶⁴ GRAHAM, Stephen. *Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar*. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 26/27.

²⁶⁵ HARVEY, David. *Rebel Cities: from the right to the city to the urban revolution*. New York: Verso, 2012, p. 14

neoliberal de intenso individualismo possessivo, quando na verdade a própria qualidade da vida urbana é convertida em uma mercadoria acessível apenas àquela pequena parte da população que possuir recursos para consumi-la²⁶⁶.

Os habitantes da cidade são, assim, convertidos nas figuras de consumidores, endividados, excluídos, ilegais, suspeitos²⁶⁷ ou soldados da guerra urbana.

O cenário não inspira muito otimismo. Esses processos, contudo, não ocorrem sem resistências²⁶⁸.

Os exemplos se multiplicam. Não só os casos tratados no início desse trabalho dão sinal disso, como também uma miríade de outras ocupações por moradia, ocupações culturais e enfrentamentos contra a apropriação privada do espaço público, sem falar em uma série de protestos que tomam o espaço urbano para reivindicar o direito a decidir os rumos da cidade. Assim, ao mesmo tempo em que o mercado imobiliário, a lógica proprietária e as privatizações avançam sobre o tecido urbano, a habitação informal, as ocupações e os corpos no espaço público resistem, indicando uma outra forma de se relacionar com a cidade, muito diferente daquela promovida pela urbanização capitalista. Afinal, segundo Rolnik, “o paradoxo da globalização econômica neoliberal é justamente enfraquecer e ativar as forças sociais de resistência simultaneamente”²⁶⁹.

Nesse sentido, os comuns urbanos aparecem como uma dimensão bastante potente dessas resistências, contrapondo-se à urbanização neoliberal e sua tendência a perpetuamente “destruir a cidade como um comum social, político e habitável”²⁷⁰.

²⁶⁶ HARVEY, David. *Rebel Cities: from the right to the city to the urban revolution*. New York: Verso, 2012, p. 14.

²⁶⁷ Segundo Stephen Graham, “existe uma percepção semelhante de que novas doutrinas de guerra perpétua estão sendo usadas para tratar todos os moradores urbanos como alvos constantes, cuja natureza benigna, em vez de ser presumida, agora precisa ser constantemente demonstrada para complexas arquiteturas de vigilância ou tecnologias de mineração de dados conforme o indivíduo se desloca pela cidade” (2016, p. 36). No mesmo sentido, Marc Augé nota uma articulação entre a figura do suspeito e a proliferação de espaços de consumo na cidade quando afirma que “o usuário do não lugar é sempre obrigado a provar sua inocência” (AUGÉ, 2012, p. 94).

²⁶⁸ De acordo com Lefebvre, “ao urbano nunca falta o lado *repressivo*, que provém do que nele se esconde, assim como a vontade de manter os dramas velados, as violências latentes, a morte e a cotidianidade. Esse lado *repressivo* incorpora-se nas concepções do espaço. Ele nutre a *transgressão*” (2008, p. 111).

²⁶⁹ ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 374.

²⁷⁰ HARVEY, David. *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014, p. 156. Com efeito, segundo David Harvey, “a urbanização nada mais é

Segundo Hardt e Negri, a metrópole é o espaço do comum²⁷¹, de modo que “a produção do comum vem-se tornando pura e simplesmente a vida da própria cidade”²⁷². Nas palavras deles:

A cidade, naturalmente, não é apenas um ambiente construído consistindo em prédios, ruas, caminhos subterrâneos, parques, sistemas de esgoto e cabos de comunicação; é também uma dinâmica viva de práticas culturais, circuitos intelectuais, redes afetivas e instituições sociais. Esses elementos do comum contidos na cidade são não apenas os pré-requisitos da produção biopolítica mas também seu resultado; a cidade é a fonte do comum e o receptáculo para o qual ele flui²⁷³.

Ainda que a análise desses autores privilegie a cidade como local de produção do comum biopolítico imaterial²⁷⁴, o que não é particularmente o foco deste trabalho, é inegável que o espaço urbano, com suas características de centralidade, mediação e diferença²⁷⁵, apresenta-se como um local privilegiado para a instituição de comuns.

Aliás, são essas mesmas características que distinguem os comuns urbanos de outros domínios do comum. O que está em jogo não é, portanto, a localização do comum em um centro urbano, fazendo dessa qualificação um mero dado topográfico. Ao contrário disso, a especificidade do comum urbano e

do que a incessante produção de um comum urbano (ou sua forma espectral de espaços e bens públicos) e sua eterna apropriação e destruição por interesses privados” (2014, p. 156).

²⁷¹ Segundo eles, “a metrópole é o lugar da produção biopolítica porque é o espaço do comum, das pessoas vivendo juntas, compartilhando recursos, comunicando-se, trocando bens e ideias. (...). Esse comum artificial perpassa o território metropolitano e constitui a metrópole. A metrópole, assim, está totalmente inserida e integrada ao ciclo da produção biopolítica: o acesso à reserva do comum a ela integrada é a base da produção, e os resultados da produção por sua vez são novamente inscritos na metrópole, reconstituindo-a e transformando-a. A metrópole é uma fábrica de produção do comum” (2016, p. 278).

²⁷² HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Bem-estar comum*. Rio de Janeiro: Record, 2016, p. 281.

²⁷³ Ibidem, p. 177.

²⁷⁴ A esse respeito, Tonucci Filho apresenta a crítica de que “ao enfatizarem que o meio urbano (metropolitano) é duplamente fonte e receptáculo da produção do comum biopolítico imaterial, Hardt e Negri negligenciam as disputas pelo espaço e pela terra urbana como comum, assim como não reconhecem a importância e potência das experiências de organização de espaços comuns” (2017, p. 129).

²⁷⁵ A ideia de centralidade, apontada por Lefebvre como “o essencial do fenômeno urbano”, remete ao encontro, à reunião, à simultaneidade de acontecimentos e percepções. A cidade, dessa maneira, “centraliza as criações. E, no entanto, ela cria tudo. Nada existe sem troca, sem aproximação, sem proximidade, isto é, sem relações. Ela cria uma situação, uma situação urbana, onde as coisas diferentes advêm umas das outras e não existem separadamente, mas segundo as diferenças” (2008, p. 108/109). Nesse sentido, a cidade é responsável por reunir as diferenças e por mediar “ordem próxima (relações dos indivíduos em grupos mais ou menos amplos, mais ou menos organizados e estruturados, relações desses grupos entre eles) e a ordem distante, a ordem da sociedade, regida por grandes e poderosas instituições (Igreja, Estado), por um código jurídico formalizado ou não, por uma “cultura” e por conjuntos significantes” (LEFEBVRE, 1969, p. 47).

o que o qualifica como tal são as características próprias do urbano, como espaço de encontro e confronto de diferenças; não a materialidade das fronteiras da cidade, mas a virtualidade do urbano²⁷⁶.

Quando essa forma urbana, baseada na simultaneidade e no encontro, é investida de práticas de compartilhamento, solidariedade e cooperação, em suma, práticas de fazer-comum, institui-se o que chamamos aqui de comum urbano²⁷⁷, na contramão dos processos articulados pelo urbanismo neoliberal. Hardt e Negri acertam, então, quando afirmam que “a grande riqueza da metrópole revela-se quando o encontro oportuno resulta numa nova produção do comum”²⁷⁸.

Tendo isso em vista, é possível identificar que naquelas mesmas “margens” abertas pelo poder de Estado, nas zonas indeterminadas que separam legal e ilegal, formal e informal, frequentemente são estabelecidos laços dessa espécie, fundados na reciprocidade e na cooperação. O caso da OCEL e tantas outras ocupações desse tipo são prova dessa afirmação.

Com efeito, Tonucci considera que práticas de fazer-comum estão há muito tempo incorporadas nas periferias das metrópoles do Sul global, devido à conjugação de “estratégias de sobrevivência, informalidade, engenhosidade coletiva e reprodução social” que criam “hibridismos urbanos” muitas vezes configurados como comuns²⁷⁹. Diante disso:

o comum urbano geralmente se afirma nas práticas socioespaciais insurgentes e contra-hegemônicas que povoam as dobras e interstícios do espaço abstrato, em emergentes processos de apropriação e experimentação espacial que cultivam o sentido do uso, da obra e da diferença contra o valor de troca e a dominação, nas aberturas e desestruturações que desafiam as tentativas de manter a cidade “na

²⁷⁶ Para Lefebvre, o urbano não é uma realidade acabada, mas um horizonte, uma virtualidade, ele é “o possível” (2008, p. 26). Em “Espaço e política” ele afirma: “A expressão “sociedade urbana” não pode ser empregada a propósito de qualquer cidade ou *cité*; na perspectiva assim definida ela designa uma realidade em formação, em parte real e em parte virtual, ou seja, a sociedade urbana não se encontra acabada. Ela se faz. É uma tendência que já se manifesta, mas que está destinada a se desenvolver. (...). Poder-se-ia dizer, empregando-se uma metáfora corrente, que o urbano é um continente que se descobre e que se explora à medida que é construído” (LEFEBVRE, 2016, p. 76/77).

²⁷⁷ TONUCCI FILHO, João Bosco Moura. *Comum urbano: a cidade além do público e do privado*. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017, p. 156.

²⁷⁸ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Bem-estar comum*. Rio de Janeiro: Record, 2016, p. 283.

²⁷⁹ TONUCCI FILHO, João Bosco Moura. *Comum urbano: a cidade além do público e do privado*. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017, p. 137.

linha”. Nas metrópoles do Sul global, essa pluralidade de práticas urbanas comuns que escapam e/ou se contrapõem ao Estado e ao capital florescem num campo opaco e incerto demarcado pela instabilidade e abertura da periferia, na qual relações informais de reciprocidade e compartilhamento sobrepõem-se às teias de subjugação da vida e do espaço²⁸⁰.

Da mesma forma, Hardt e Negri reconhecem esse potencial de produção de comuns a partir das soluções criativas encontradas pela “multidão de pobres” como estratégia de sobrevivência e das novas formas de vida daí decorrentes, asseverando que dessa forma essa “multidão” constantemente descobre e cria “recursos do comum através de circuitos expansivos de encontro”²⁸¹.

Assim, apesar de ser constantemente atacado pelo urbanismo dos promotores de venda²⁸², que conjuga forças de mercado e Estado para sua destruição, o comum continua a existir na cidade como um “fantasma”²⁸³, como um espectro que ronda e ameaça esse mesmo urbanismo, mas que ainda pulsa bem vivo e, da mesma maneira, dá vida ao urbano.

Além dessa perspectiva do espaço urbano como fonte para a produção de comuns, a própria cidade pode ser encarada como um comum. Tratam-se, de fato, de duas dimensões distintas e complementares da relação entre os comuns e o urbano.

Nesse sentido, Harvey afirma que a metrópole pode ser considerada como um vasto comum produzido pelo trabalho coletivo realizado sobre e na cidade e que o direito de usar esse comum deveria ser concedido a todos aqueles que participaram de sua produção. É dessa reivindicação, dos sujeitos responsáveis pela produção do urbano, que deve partir a luta pelo direito à cidade; uma luta que “é contra os poderes do capital que se alimentam impiedosamente e extraem renda da vida comunal que outros produziram”²⁸⁴.

A cidade como comum, destarte, articula-se às lutas pelo direito à cidade, um direito que não é propriamente um direito estatal positivo, mas um “referencial ético-político que atualiza a realização da condição humana”; uma

²⁸⁰ TONUCCI FILHO, João Bosco Moura. *Comum urbano: a cidade além do público e do privado*. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017, p. 138.

²⁸¹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Bem-estar comum*. Rio de Janeiro: Record, 2016, p. 282.

²⁸² Esta é a nomenclatura adotada por Lefebvre para descrever o urbanismo que se transforma em valor de troca, que se orienta para o mercado e para o lucro (1969, p. 28).

²⁸³ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Bem-estar comum*. Rio de Janeiro: Record, 2016, p. 180.

²⁸⁴ HARVEY, David. *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014, p. 153.

demanda coletiva para a construção de um novo projeto de cidade, orientado para uma vida urbana menos alienada e capaz de promover emancipação de seus habitantes²⁸⁵.

Trata-se de um direito que emerge das ruas e dos mais diversos cantos da cidade “como um grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas em tempos de desespero”²⁸⁶, correspondendo às verdadeiras necessidades de sua população e não a algo artificialmente criado por intelectuais ou urbanistas. Ele é uma reivindicação daqueles que estão excluídos do uso da cidade em sua plenitude:

O urbano é a obsessão daqueles que vivem na carência, na pobreza, na frustração dos possíveis que permanecem como sendo apenas possíveis. Assim, a integração e a participação são a obsessão dos não-participantes, dos não-integrantes, daqueles que sobrevivem entre os fragmentos da sociedade possível e das ruínas do passado: excluídos da cidade, às portas do “urbano”²⁸⁷.

O direito à cidade representa, assim, mais do que o direito ao acesso aos recursos da cidade, um direito a reinventar a cidade conforme nossos anseios. Ele é um direito a mudar a nós mesmos, mudando a cidade²⁸⁸. É um direito um direito à vida urbana renovada, modificada²⁸⁹, num movimento que busca superar os “descompassos do real em relação ao possível”²⁹⁰.

Reivindicar o direito à cidade, nesse sentido, é reivindicar de forma radical e fundante algum poder de modelagem sobre as formas pelas quais nossas cidades são criadas e recriadas²⁹¹. Tal poder e tal liberdade constituiriam,

²⁸⁵ SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. *Urban common space, heterotopia and the right to the city*: Reflections on the ideas of Henri Lefebvre and David Harvey. Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management), v. 6, n. 2, p. 146-157, maio/ago. 2014, p. 152.

²⁸⁶ HARVEY, David. *Cidades Rebeldes*: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014, p. 15.

²⁸⁷ LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Documento LTDA, 1969, p. 93.

²⁸⁸ HARVEY, David. *O direito à cidade*. Revista Piauí, Julho de 2013, Tribuna Livre da Luta de Classes. Disponível em: < <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-82/tribuna-livre-da-luta-de-classes/o-direito-a-cidade> >. Acesso em 14 Out. 2014.

²⁸⁹ LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Documento LTDA, 1969, p. 108.

²⁹⁰ LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*: o direito à cidade II. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016, p. 11.

²⁹¹ HARVEY, David. *Rebel Cities*: from the right to the city to the urban revolution. New York: Verso, 2012, p. 5.

segundo Harvey, um dos direitos humanos mais preciosos e ao mesmo tempo mais desprezados²⁹².

Trata-se, assim, de reconstruir um tipo de cidade completamente alheio à racionalidade imposta pelo capital globalizado e urbanizado²⁹³, de reivindicar a cidade enquanto obra (atividade participante) e não produto, bem como o direito à apropriação (que não se confunde com o direito de propriedade)²⁹⁴:

Trata-se de pôr em evidência a presença, no urbano, das marcas do que é culturalmente diverso e não mercantil, não redutível a relações de consumo, compra e venda; de procurar recuperar na cidade a experiência do encontro entre diferentes histórias e culturas, enfrentando o desafio de afirmar a alteridade, reivindicando o reconhecimento de identidades específicas e de direitos a elas associados (...)²⁹⁵.

A cidade como obra contrasta com a sua orientação no sentido do mercado, dos produtos, pois enquanto a obra é valor de uso, o produto é valor de troca²⁹⁶. A cidade como obra é espaço de criação, da festa e das revoluções, do confronto entre desejo e necessidade, de projeção de tempos e ritmos da sociedade sobre o lugar sensível e concebido, ela é música para ouvir e é escrita para ler²⁹⁷. Na medida em que a cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso, o valor de troca e a generalização da mercadoria tendem a destruí-las²⁹⁸.

Esse uso implica em apropriação e não propriedade. A propriedade é a não-apropriação, a caricatura e a proibição da apropriação, de modo que a noção de apropriação implica em uma crítica radical à propriedade²⁹⁹. Segundo Lefebvre:

²⁹² HARVEY, David. *O direito à cidade*. Revista Piauí, Julho de 2013, Tribuna Livre da Luta de Classes. Disponível em: < <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-82/tribuna-livre-da-luta-de-classes/o-direito-a-cidade> >. Acesso em 14 Out. 2014.

²⁹³ HARVEY, David. *Rebel Cities: from the right to the city to the urban revolution*. New York: Verso, 2012, prefácio, xvi.

²⁹⁴ LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Documento LTDA, 1969, p. 126.

²⁹⁵ ACSERLALD, Henri. *Cidade – espaço público? A economia política do consumismo nas e das cidades*. Revista UFMG, Belo Horizonte, v. 20, n.1, p. 234-247, jan./jun. 2013, p. 244.

²⁹⁶ LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Documento LTDA, 1969, p. 10.

²⁹⁷ Ibidem, p. 10/11, 56/57. A esse respeito, Lefebvre afirma que “a cidade é obra, a ser associada mais com a obra de arte do que com o simples produto material. Se há uma produção da cidade, e das relações sociais na cidade, é uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, mais do que uma produção de objetos. A cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas” (1969, p. 48).

²⁹⁸ Ibidem, p. 12.

²⁹⁹ TONUCCI FILHO, João Bosco Moura. *Comum urbano: a cidade além do público e do privado*. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017, p. 146.

De um espaço natural modificado para servir as necessidades e as possibilidades de um grupo, pode-se dizer que este grupo dele se *apropria*. A posse (propriedade) não é senão uma condição e, o mais freqüente, um desvio desta atividade “apropriativa” que atinge seu auge na obra de arte. Um espaço *apropriado* assemelha-se a uma obra de arte sem que dela seja o simulacro³⁰⁰.

Nesse sentido de apropriação, portanto, não se estabelece uma relação de pertencimento, de tornar-se dono. A apropriação (para e pelo uso) opõe-se à dominação (pela técnica), que produz espaços geralmente fechados e vazios³⁰¹; por ela se realiza uma prática espacial não fragmentada, na contramão do que determinam as ciências parcelares. A apropriação (do tempo, do espaço, do corpo e do desejo) tem como fonte e modelo a obra de arte³⁰², que se torna “práxis e poiesis em escala social: a arte de viver na cidade como obra de arte”³⁰³. Ela se liga ao espaço vivido, concreto e subjetivo onde se desenvolve a vida cotidiana dos usuários da cidade, em detrimento do espaço concebido dos urbanistas. Na revolução total, o poder abstrato do Estado é substituído pelos poderes da apropriação e re-apropriação³⁰⁴, essa “modalidade superior da *liberdade*”³⁰⁵.

Em termos organizativos, essa apropriação ou desalienação só pode se realizar pela autogestão, pela “participação real e ativa”³⁰⁶.

Assim, se por um lado a cidade de muros se opõe às possibilidades democráticas pela imposição de hierarquias, privilégios e espaços de segregação que acabam por remover seus habitantes da esfera política³⁰⁷, por

³⁰⁰ LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Fev. 2006, p. 134.

³⁰¹ Ibidem, p. 134.

³⁰² Segundo Lefebvre, “a arte traz para a realização da sociedade urbana sua longa meditação sobre a vida como drama e fruição. Além do mais, e sobretudo, a arte restitui o sentido da obra; ela oferece múltiplas figuras de tempos e de espaços apropriados: não impostos, não aceitos por uma resignação passiva, mas metamorfoseado em obra. A música mostra a apropriação do tempo, a pintura e a escultura, a apropriação do espaço. Se as ciências descobrem determinismos parciais, a arte (e a filosofia também) mostra como nasce uma totalidade a partir de determinismos parciais” (1969, p. 106).

³⁰³ LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Documento LTDA, 1969, p. 124.

³⁰⁴ LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política: o direito à cidade II*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016, p. 23.

³⁰⁵ LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 2008, p. 129.

³⁰⁶ TONUCCI FILHO, João Bosco Moura. *Comum urbano: a cidade além do público e do privado*. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017, p. 147; LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Documento LTDA, 1969, p. 95.

³⁰⁷ CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2000, p. 328. Com efeito, como já se disse no primeiro capítulo deste

outro, a contestação que confronta a ideologia urbanística torna a democracia novamente presente, na medida em que o direito à cidade orienta-se no sentido da constituição de uma democracia concreta, substituindo a fragmentação pela reunião sem, contudo, eliminar os conflitos e as lutas³⁰⁸ - “menos grades, mais pessoas”, reivindicava um dos fundadores do movimento de proteção ao bosque Gomm. Em suma, significa que “a revolução urbana e a democracia concreta (desenvolvida) coincidem”³⁰⁹.

A oposição à lógica da mercadoria e à predominância do valor de troca no espaço urbano só se realiza, portanto, através da organização democrática e autogestionada do território, priorizando os interesses e necessidades dos usuários e participantes da ordem próxima ao invés de submeter-se ao poder coator das instituições envolvidas na ordem distante (abstrata, formal, transcendente, ideológica). Uma vez que a práxis instituinte do comum relaciona-se à codecisão sobre as regras e à coobrigação dela resultante, importando também em uma modalidade de autogestão ou autogoverno, trata-se, por conseguinte, de apropriar (seja no sentido lefebvriano ou de apropriação-destinação) o espaço urbano como um verdadeiro comum³¹⁰.

Atrelado às lutas pelo direito à cidade, esse direito a remodelar a cidade conforme os nossos desígnios, o comum urbano define-se, enfim, a partir de sua relação com a vida cotidiana, impondo o uso e o valor de uso contra o valor de troca, a apropriação contra a dominação, a ordem próxima contra a ordem distante, a heterotopia contra a isotopia³¹¹, a autogestão contra a burocracia.

trabalho, pratica-se nessas cidades de fronteiras fixas e constantemente policiadas “uma democracia política com muros urbanos; (...) com zonas de apartheid promovidas por enclaves segregados”. São processos opostos, mas conectados entre si que reafirmam a definição do não lugar como “o contrário da utopia” (HARVEY, 2012, p. 339-340; AUGÉ, 2012, p. 102).

³⁰⁸ LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política: o direito à cidade II*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016, p. 13 e 34.

³⁰⁹ LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 2008, p. 124.

³¹⁰ TONUCCI FILHO, João Bosco Moura. *Comum urbano: a cidade além do público e do privado*. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017, p. 148.

³¹¹ Diferentemente das heterotopias que representam “o outro lugar e o lugar do outro”, as isotopias são “lugares do mesmo, mesmos lugares”. Elas referem-se “às partes comparáveis do espaço que se expressam e se leem (nos planos, nos percursos, nas imagens mais ou menos elaboradas pelos “sujeitos”), de modo que se possa aproximá-las”, razão pela qual elas estão largamente presentes nos espaços produzidos pelo racionalismo de Estado (LEFEBVRE, 2008, p. 117).

4. CONSTITUIR O COMUM – REFLEXÕES SOBRE A DEMOCRACIA CONSTITUCIONAL

4.1. DEMOCRACIA E AGONISMO

Se há algo que as formulações teóricas sobre os comuns geralmente enfatizam (ainda que nem sempre cheguem a aprofundar a questão) e que alguns dos debates enfrentados nos capítulos anteriores insinuam, é que a instituição dos comuns relaciona-se ao exercício de práticas democráticas. É possível afirmar, portanto, que a democracia³¹² é, sem dúvida, uma dimensão constitutiva do comum.

Essa característica é observável tanto pela forma como as experiências orientadas pelo princípio do comum se organizam internamente – em geral contestando hierarquias e autoritarismos e buscando ampliar a participação efetiva na tomada de decisões e na própria manutenção do comum, como demonstram os casos da OCEL e do Parque Gomm –, quanto pelas aspirações democráticas dos movimentos que lutam pela proteção dos comuns, a exemplo do que se verificou no ciclo global de protestos pós-crise de 2008.

Em grande medida, isso se relaciona à própria definição dos comuns como algo instituído por uma prática que envolve a elaboração de regras pelas quais se obrigam todos aqueles engajados nessa atividade. A instituição de um comum cria um novo *nomos*³¹³, e apenas aqueles que efetivamente participam

³¹² A noção de democracia, evidentemente, não é una e está em permanente disputa. O que nessa abordagem sobre os comuns entendemos por democracia, contudo, liga-se especialmente ao conceito de democracia radical, nos termos em que tratam Chantal Mouffe e Rancière. Cabe consignar que essa democracia em nada se confunde com a “democracia” oligárquica do Estado capitalista, uma falsa democracia que não passa de submissão aos interesses de mercado e busca de toda forma suprimir a manifestação do conflito. Mais elementos sobre a noção de democracia aqui adotada serão desenvolvidos ao longo deste tópico, em relação com a teoria dos comuns.

³¹³ Segundo a definição apresentada por Robert Cover em “Nomos e Narração” (2016), em resumo, um *nomos* é nada mais do que um mundo normativo imbricado com as narrativas que o dotam de significado e que estabelece “paradigmas para obediência, consentimento, contradição e resistência” em cada comunidade (p. 189). Nessa abordagem, o direito é compreendido enquanto narrativa, que o concilia ao “imaginário social instituinte” (OST, p. 41) e o faz integrar ao mesmo tempo os domínios do real e do imaginado, do “ser”, do “dever-ser” e do “poderá-ser” (COVER, p. 194/195). Não mais “um sistema de regras a serem observadas, mas o mundo no qual nós habitamos” (p. 188), não norma imposta pela coerção, mas norma cuja obediência é atrelada à compreensão. Entendido dessa forma, o direito deixa de ser reduzido à “letra fria da lei” e abre-se à subjetividade da linguagem e dos mitos que estabelecem paradigmas de comportamento da comunidade. De acordo com Cover, a ausência de controle sobre a atribuição de significado à norma pela narrativa exerceria uma “influência desestabilizadora”

da elaboração das regras é que são coobrigados por elas; a obrigação política decorre, assim, inteiramente do agir comum.

Significa que todos os que se submetem a esse direito, participam efetivamente da sua criação. Não no sentido de uma participação protocolar, como nos termos de uma democracia participativa, mas de uma participação com poder de decisão.

Significa também que, uma vez que a obrigação política funda-se no agir comum, esse poder de decisão cabe apenas àqueles engajados nessa ação, nesse “uso comum do comum”³¹⁴, e não pode ser transferido para qualquer ente externo a esse compartilhamento da atividade³¹⁵. A ideia de uma autoridade externa que impõe normas sobre uma coletividade que não participou de sua elaboração é, dessa forma, o oposto do que apregoa uma democracia fundada no comum – para Laval e Dardot, trata-se efetivamente de um “contramodelo”³¹⁶.

Nesse sentido, Hardt e Negri enfatizam que “as decisões sobre o comum são tomadas por meio da participação democrática, e não por meio de representantes e especialistas”³¹⁷. A produção do comum, assim, entra em conflito direto com a representação e as hierarquias e é por elas afetada e restringida, na medida em que a representação e as hierarquias eclipsam as singularidades envolvidas nessa produção e eliminam a liberdade e a pluralidade necessárias a ela³¹⁸.

A democracia, que não se confunde com a “aristocracia configurada pela representação e pela hegemonia”, é necessária à produção do comum – trata-se de uma democracia “dos produtores” que tem como elementos essenciais o poder decisório, a liberdade e a igualdade³¹⁹.

sobre o poder (p. 205), indicando uma “dicotomia radical entre a organização social do direito como poder e a organização do direito como significado” (p. 204).

³¹⁴ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 298.

³¹⁵ É o que Hardt e Negri, ao seu modo, também observam quando afirmam que “o poder de decisão criado pelos movimentos deve residir com aqueles que estão agindo juntos politicamente, não pode ser transferido para além daquele terreno comum” (HARDT, NEGRI, 2014, p. 96).

³¹⁶ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 297.

³¹⁷ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Declaração – isto não é um manifesto*. São Paulo: n-1 edições, 2014, p. 99.

³¹⁸ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Bem-estar comum*. Rio de Janeiro: Record, 2016, p. 336/337.

³¹⁹ Ibidem, p. 336/337.

Nesse aspecto particular, Hardt e Negri aproximam-se da compreensão de Chantal Mouffe³²⁰, para quem a tarefa da luta democrática não é abandonar esses princípios, mas lutar por sua efetiva realização – ainda que em um e outro esses princípios possam ter significados diferentes³²¹. De acordo com eles, “liberdade e igualdade também implicam uma afirmação de democracia em oposição à representação política que constitui a base da hegemonia”³²².

É evidente, todavia, que o conteúdo de liberdade e igualdade não é imune a disputas de sentido. Sendo assim, Hardt e Negri deixam claro que a liberdade de que falam não é uma liberdade individualista, contratual, mas, ao contrário, implica em autonomia na produção do comum e “requer um êxodo da república da propriedade como aparato de controle tanto em seus aspectos privados quanto públicos”³²³. Da mesma maneira, a noção de igualdade não significa uniformidade ou homogeneidade, na medida em que a importância das diferenças é reconhecida; ela opõe-se, contudo, à possibilidade de hierarquização dessas diferenças, que minam a produção do comum e afetam as necessárias relações de cooperação a ela atreladas³²⁴.

Nos comuns, essa autonomia e essa pluralidade estão presentes. Ao contrário do que ocorre na representação³²⁵ ou em qualquer outro arranjo que

³²⁰ Em muitas outras questões, esses autores divergem abertamente. Em “Sobre o político” (2015), por exemplo, Mouffe dedica um tópico exclusivo de seu trabalho a criticar as formulações de Hardt e Negri em “Império”, sobretudo no que se refere ao alegado fim da hegemonia estadunidense nas relações internacionais, à defesa de uma teoria política sem soberania e a aposta na “multidão” como sujeito revolucionário encarregado de vencer o “império” (p. 106/114). Nenhuma dessas questões especificamente é parte importante deste trabalho e as divergências em relação a elas não anula a proximidade no que se refere à forma como refletem pontualmente sobre a relação entre democracia, liberdade e igualdade (ainda que cada qual à sua maneira e atribuindo conotações diversas a esses conceitos).

³²¹ MOUFFE, Chantal. *Sobre o político*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015, p. 31.

³²² HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Bem-estar comum*. Rio de Janeiro: Record, 2016, p. 336.

³²³ *Ibidem*, p. 334.

³²⁴ *Ibidem*, p. 335.

³²⁵ Hardt e Negri ressaltam que longe de ser um vetor para a democracia, a representação constitui, na verdade, um obstáculo à sua realização (2014, p. 40). Segundo eles: “A representação é, em si mesma, por definição, um mecanismo que separa a população do poder, os comandados daqueles que comandam. Quando as constituições republicanas do século XVIII foram redigidas e a representação foi configurada como centro da nascente ordem política (como sujeito soberano, por excelência), já era claro que a representação política não funcionava mediante a participação efetiva da população, mesmo dos homens brancos que eram designados como o “povo”. Era concebida como uma democracia “relativa”, no sentido de que a representação funcionava, ao mesmo tempo, para conectar o povo e separá-lo das estruturas de poder” (p. 43). A emergência mais recente de uma estrutura de poder global reduziria ainda mais a função da representação, sem mencionar a interferência das finanças nas campanhas eleitorais, os obstáculos criados pela mídia dominante a novas formas de participação democrática e o medo que essa mesma mídia dissemina na população (p. 40/41, 44). Da mesma maneira, Rancière (2014) afirma que, já em sua origem, a representação configura o exato

separe a esfera de governo dos governados, a instituição do comum pressupõe o autogoverno. A figura de governantes e governados coincide, de modo que aqueles que são afetados pela tomada de decisão não estão separados da esfera de poder, mas a compõem diretamente.

Assim, se a pretensão da oligarquia de Estado é governar sem povo, governar sem política³²⁶, as práticas democráticas dos comuns apresentam-se como o justo oposto disso³²⁷. Elas requerem participação e resistem a qualquer forma de ingerência externa. Não se furtam à política, porque a democracia que não é a “democracia” oligárquica é inseparável dela³²⁸.

Segundo Rancière, a política existe quando a contingência igualitária (sem a qual não existiria a própria desigualdade) interrompe a ordem supostamente natural da dominação, quando o processo da igualdade se encontra com o processo policial e o subverte. Nessa ocasião, essa configuração das ocupações, essa regra que determina “a parcela ou a ausência de parcela das partes” chamada polícia³²⁹, é desfeita, e a política, que lhe é antagônica, faz ver o que não podia ser visto, faz ouvir o que só era barulho, muda um corpo do lugar que lhe era destinado³³⁰. Em suma:

Existe política porque aqueles que não têm direito de ser contados como seres falantes conseguem ser contados, e instituem uma comunidade pelo fato de colocarem em comum o dano que nada mais é que o próprio enfrentamento, a contradição de dois mundos alojados num só: o mundo em que estão e aquele em que não estão, o mundo em que há algo “entre” eles e aqueles que não os conhecem como seres falantes e contáveis e o mundo onde não há nada³³¹.

oposto da democracia e que é, em verdade, “uma forma oligárquica, uma representação das minorias que têm título para se ocupar dos negócios comuns”, de modo que em sua história “são sempre os estados, as ordens e as possessões que são representados e primeiro lugar, seja porque se considera seu título para exercer o poder, seja porque um poder soberano lhes dá voz” (p. 69/70).

³²⁶ RANCIÈRE, Jacques. *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 102.

³²⁷ Talvez por isso mesmo os comuns sejam muitas vezes atrelados a uma ideia de “atraso” ou de “apego ao passado”, como é a forma habitual pela qual se dissimula o “ódio à democracia” de que fala Rancière, essa dificuldade em aceitar manifestações democráticas que rompem com o consenso dominante e não se acomodam à “democracia” do Estado oligárquico.

³²⁸ RANCIÈRE, Jacques. *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 47.

³²⁹ Na definição de Rancière, a polícia refere-se ao “conjunto de processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes, a distribuição dos lugares e funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição” (1996, p. 41). Segundo ele, “a polícia não é tanto uma “disciplinarização” dos corpos quanto uma regra de seu aparecer, uma configuração das ocupações e das propriedades dos espaços em que essas ocupações são distribuídas” (p. 42).

³³⁰ RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento – política e filosofia*. São Paulo: Ed. 34, 1996, p. 42.

³³¹ Ibidem, p. 40.

A ocupação de uma rua por manifestantes, que transforma um espaço destinado ao tráfego em palco de luta, é um exemplo disso³³². Da mesma maneira, a ocupação de um prédio por quem não é seu proprietário, a circulação no shopping de quem não intenciona consumir e qualquer outra transposição de fronteiras reais e simbólicas que subverta a ordem excludente da cidade-mercadoria. Dar voz a quem não tem voz e poder de governo a quem é visto como governado é, em suma, a própria realização da política, essa interrupção da dominação pela instituição de uma parcela dos sem-parcela³³³.

É esse o movimento feito em casos como o da OCEL e de outros comuns urbanos. A ordem policial que determina as funções de cada um no espaço, os lugares que devem ou não ocupar, é questionada; muros, catracas e tapumes são transpostos e corpos se afirmam em locais que não construídos para a sua presença. Nisso consiste a relação da política e da própria democracia se pensarmos, como Agamben, que a “democracia significa precisamente a possibilidade de uma vida política”³³⁴.

A ideia de uma política que requer um título de exceção segundo o qual o poder é de qualquer um, independentemente das capacidades para ocupar as posições de governante e governado³³⁵, está presente nos comuns; neles, uma política como atividade reservada a uma minoria de especialistas não tem lugar.

Nesse sentido, o comum aponta para uma pluralidade radical³³⁶, que se realiza através do encontro e da composição de subjetividades. Ele não se encerra no campo das identidades³³⁷. Em lugar disso, a democracia que se

³³² RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento* – política e filosofia. São Paulo: Ed. 34, 1996, p. 42.

³³³ Ibidem, p. 26/27.

³³⁴ AGAMBEN, Giorgio. *Por uma teoria do poder destituente*. Conferência realizada na cidade de Atenas em 16 de novembro de 2013. Disponível em: < <https://5dias.wordpress.com/2014/02/11/por-uma-teoria-do-poder-destituente-de-giorgio-agamben/> >. Acesso em 01 fev. 2018.

³³⁵ RANCIÈRE, Jacques. *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 66.

³³⁶ Em referência a Spinoza, Cava e Mendes apontam que “O plano da imanência não implica homogeneidade, mas uma heterogeneidade radical. Noutras palavras, cada essência é singular. Cada essência singular exprime um conjunto singular de efeitos, mas esse conjunto não encontra par, do ponto de vista qualitativo. Uma essência singular é infinitamente diferente de outra, embora exista no mesmo plano de imanência. Afinal, todas elas são a mesma substância” (CAVA, MENDES, p. 244).

³³⁷ Para Hardt e Negri, “a identidade é uma arma da república da propriedade, mas uma arma que pode ser voltada contra ela” (2016, p. 357). Eles compreendem, assim, que embora as lutas revolucionárias devam ter início na identidade, não devem se encerrar nela, mas caminhar para sua abolição, na medida em que a identidade imobilizaria a produção de subjetividade (p. 362).

forma a partir dele implica em uma constante recusa à sua redução ao “Um”, como “obra mortal” que tritura a singularidade em uma Identidade”³³⁸. Não se trata, assim, de uniformizar diferenças, mas de permitir sua expansão, entendendo essa pluralidade como composição de múltiplas e irreduzíveis singularidades – a diferença, afinal, é o meio pelo qual essas singularidades convivem³³⁹.

Diferentemente da identidade, uma singularidade é definida a partir de uma multiplicidade que lhe é exterior e com a qual interage; é constituída apenas em relação a outras singularidades. Carrega, além disso, uma multiplicidade interior e está num contínuo processo de transformação, de tornar-se diferente³⁴⁰.

Tornar-se singular, portanto, é um processo “encarnado: uma autoafirmação, uma autovalorização, e uma decisão subjetiva que se abre toda a um estado de estar juntos”³⁴¹. É a partir dessa proposição de estar juntos que os movimentos políticos ganham forma. Para Hardt e Negri a singularidade de cada luta promove a formação de um projeto comum, plural e compartilhado³⁴² e a combinação entre o pluralismo das lutas, com diferentes tradições e objetivos, e a lógica federativa da assembleia criaria um modelo que eles denominam de “democracia constituinte”, que permite a interação e a composição de diferenças³⁴³.

O comum, assim, aparece como lugar de construção de afinidades, de agrupamento e articulação de seres múltiplos e singulares, irreduzíveis a uma identidade. É pelo fazer-comum que essas afinidades se constroem e as diferenças manifestam-se de maneiras produtivas.

A verdade é que quanto mais pessoas, com suas diferentes vivências e suas diferentes capacidades, participam da produção do comum, melhor: significa que mais riqueza social será produzida³⁴⁴. E é por essa razão que o

³³⁸ MENDES, Alexandre. *Para além da “Tragédia do Comum”*. Conflito e produção de subjetividade no capitalismo contemporâneo. Tese (Doutorado em Direito). Centro de Estudos Sociais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012, p. 39.

³³⁹ CAVA, Bruno; MENDES, Alexandre F. *A constituição do comum: antagonismo, produção de subjetividade e crise no capitalismo*. Rio de Janeiro: Revan, 2017, p. 245.

³⁴⁰ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Bem-estar comum*. Rio de Janeiro: Record, 2016, p. 370.

³⁴¹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Declaração – isto não é um manifesto*. São Paulo: n-1 edições, 2014, p. 51.

³⁴² Ibidem, p. 92/93.

³⁴³ Ibidem, p. 94.

³⁴⁴ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Bem-estar comum*. Rio de Janeiro: Record, 2016, p. 335.

urbano, como espaço dos encontros e da diferença, tem um potencial tão grande na produção dos comuns – não à toa o urbanismo neoliberal atua para reduzir essa possibilidade de encontros e cria espaços cada vez mais homogêneos.

De acordo com Cava e Mendes, a cooperação social baseada no saber geral social (*general intellect*) é responsável pela criação de uma esfera pública não estatal que relaciona uma multiplicidade (os “muitos”) a uma “partitura comum” que rejeita qualquer espécie de “contrato social, delegação de poder, ou convergência em uma abstrata vontade geral” e, assim, estabelece uma democracia que eles qualificam como radical³⁴⁵.

Designada dessa maneira, essa democracia rompe com a ideia de uma sociedade como corpo integrado (o que a noção de “povo” geralmente denota, por exemplo³⁴⁶) ao mesmo tempo em que reconhece e legitima os conflitos sem buscar suprimi-los – para Mouffe, uma sociedade democrática pluralista apenas buscará formar instituições para que esses conflitos se expressem de forma adversarial, ou agonística, sem intentar negar sua existência³⁴⁷.

Em Rancière, a política como dimensão inseparável da democracia também envolve enfrentamento, litígio. Segundo ele, a política tem início quando se busca dividir as parcelas do comum (aqui, no sentido do que há em comum entre cidadãos, de um poder comum), sendo, portanto, o âmbito de atividade de “um comum que só pode ser litigioso, a relação entre as partes que não passam de partidos e títulos cuja soma é sempre diferente do todo”³⁴⁸.

³⁴⁵ CAVA, Bruno; MENDES, Alexandre F. *A constituição do comum: antagonismo, produção de subjetividade e crise no capitalismo*. Rio de Janeiro: Revan, 2017, p. 191.

³⁴⁶ Na tradição dos Estados modernos, a noção de povo geralmente aparece abstratamente como titular da soberania em um determinado território organizado como nação. Em “Quem é o povo?” (1998), quando se refere à acepção de povo “como ícone”, Friedrich Muller aponta para a abstração e unidade dessa construção conceitual, que não diz respeito a nenhuma pessoa ou grupo de pessoas existentes de fato, mas paira acima delas. Segundo Hardt e Negri, a construção dessa identidade nacional a que se refere a palavra “povo” acaba por submeter ou excluir aqueles que são diferentes e aparece associada a uma das formas de corrupção do comum por eles apontadas, qual seja, a “nação” (2016, p. 187). A questão repousa novamente no debate identidade x singularidade. Nesse sentido, Cava e Mendes afirmam também que “qualquer esmagamento do comum em mecanismo identitários que apelam para um “Sujeito” coletivo (“Povo, Estado, Nação etc.), nada mais revela que a própria “impossibilidade” do comum” (MENDES, 2012, p. 41).

³⁴⁷ MOUFFE, Chantal. *Sobre o político*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015, p. 28/29.

³⁴⁸ RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento – política e filosofia*. São Paulo: Ed. 34, 1996, p. 29.

Assim, diferentemente do que propõem algumas ontologias do comum, o comum não é um dado anterior à política³⁴⁹, mas está diretamente ligado a ela, na medida em que é instituído num campo de conflitos e enfrentamentos – é esse campo o processo primeiro e criativo que está na origem dos comuns. Nas palavras de Alexandre Mendes, trata-se de “perceber que o comum é produzido em uma dinâmica viva, em um feixe de relações de instável multiplicidade, que não excluem o comum, mas o faz emergir na riqueza política das resistências”³⁵⁰.

Essa dimensão conflitiva está presente tanto interna (como componente democrático dos comuns) quanto externamente.

Externamente, esses conflitos muitas vezes aparecem como um antagonismo na forma schmittiana do amigo/inimigo, sendo os comuns os inimigos a serem eliminados ou usurpados pelo sistema capitalista – nesse âmbito, a democracia resta prejudicada. É o que demonstram a denúncia a uma nova onda de cercamentos, os processos desencadeados pelo urbanismo neoliberal, a convivência entre Estado e mercado em privatizar tudo o que antes era público e apresentar o neoliberalismo como único horizonte possível.

Para que essa relação se transforme e a dominação seja interrompida, é necessário que a política no sentido atribuído por Rancière se realize, pelo choque entre polícia e igualdade, pela subversão das posições atribuídas pelo processo policial, dando voz e visibilidade aos produtores dos comuns, aos pobres³⁵¹, aos “marginais” e aos “invasores” que constituem essa parcela dos sem-parcela. É o que ocorre quando esses sujeitos confrontam a ordem imposta pelo urbanismo neoliberal, quando questionam a lógica mercantil da cidade, quando resistem à segregação e fragmentação do espaço, quando transpõem

³⁴⁹ Essa perspectiva é atribuída a Jen Luc Nancy, segundo o qual o comum não pertence à política mas é anterior a ela. Na análise de Laval e Dardot, todavia, o comum excluiria qualquer ontologia, em especial uma ontologia que separe o comum da política, como ocorre em Nancy. Nesse aspecto, eles criticam tanto a abordagem de Nancy como a de Esposito porque ambos esbarrariam na impossibilidade de deduzir uma política de uma ontologia. Nas palavras dos autores de “Comum” (2017): “Nenhum “existencial” poderia nos dispensar de referir o comum a uma atividade instituinte: como determinação do agir, ele foge à alternativa enganadora entre ser e ter, entre ser-em-comum (ser-com os outros) e ter-em-comum (a “propriedade”, no sentido tanto da “posse” como do “caráter”)” (p. 297).

³⁵⁰ MENDES, Alexandre. *Para além da “Tragédia do Comum”*. Conflito e produção de subjetividade no capitalismo contemporâneo. Tese (Doutorado em Direito). Centro de Estudos Sociais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012, p. 45.

³⁵¹ Segundo Rancière, “o litígio em torno da contagem dos pobres como povo, e do povo como comunidade, é o litígio em torno da existência da política, devido ao qual há política.” (1996, p. 29)

as barreiras impostas pela cidade de muros. Foi esse tipo de ruptura que os exemplos tratados no início deste trabalho promoveram e que a produção de um comum geralmente envolve.

Já internamente, pelo autogoverno, os membros dos comuns cuidam dos conflitos e tentam superá-los (ou mediá-los) por uma decisão relativa à regras. É por isso que a práxis instituinte do comum é uma prática de governo e não de gestão; porque o comum não é um bem ou recurso a ser gerido e cujo reconhecimento pode ser objeto de um consenso, mas consiste em uma atividade que só se constitui no e pelo conflito³⁵².

Aqui, no âmbito dessa prática de governo dos comuns, identifica-se o que possivelmente constitua um democracia agonística – a democracia radical de que nos fala Chantal Mouffe –, na medida que os conflitos entre os participantes da atividade que institui o comum não se traduzem em uma relação amigo/inimigo, mas uma relação adversarial, em se reconhece a legitimidade de uma posição conflitante em razão de um “vínculo comum entre as partes em conflito”³⁵³. Na definição de Mouffe:

Enquanto o antagonismo é uma relação nós/eles em que os dois lados são inimigos e não possuem nenhum ponto em comum, o agonismo é uma relação nós/eles em que as partes conflitantes, embora reconhecendo que não existe nenhuma solução racional para o conflito, ainda assim reconhecem a legitimidade de seus oponentes. Eles são “adversários”, não inimigos. Isso quer dizer que, embora em conflito, eles se consideram pertencentes ao mesmo ente político, partilhando um mesmo espaço simbólico dentro do qual tem lugar o conflito. Poderíamos dizer que a tarefa da democracia é transformar antagonismo em agonismo³⁵⁴.

Nos comuns, essa tarefa democrática realiza-se pelo agir comum, pela decisão continuada sobre as regras que os instituem e coobrigam aqueles que participaram dessa decisão. Isso não ocorre pela eliminação do conflito em busca de um consenso que resulta de uma deliberação racional e imune às paixões (o que Mouffe denomina como pós-político e Rancière como pós-democracia)³⁵⁵, mas pelo reconhecimento de sua inerradicabilidade e pela

³⁵² DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 340.

³⁵³ MOUFFE, Chantal. *Sobre o político*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015, p. 18.

³⁵⁴ Ibidem, p. 19.

³⁵⁵ É, aliás, o consenso o subterfúgio utilizado pelo neoliberalismo para se impor como única racionalidade possível e manter o domínio capitalista sobre os mais amplos campos da

criação de estruturas democráticas que permitam que ele se apresente de forma adversarial. Tais estruturas é que conformam a instituição permanente dos comuns, essa criação e constante revisão de um direito que é resultado de uma atividade de pôr em comum e que trata de modificar as condições que o antecederam.

Diferentemente de um direito costumeiro, transmitido de modo inconsciente por uma tradição, o direito do comum é produzido de forma consciente, fundado na prática e não na longevidade da regra. Essa práxis de instituição consciente não ocorre “*ex nihilo*”, mas a partir de condições preexistentes que ela trata de transformar profundamente. Nesse sentido, a atividade instituinte coincide com a própria política, porque a política implica questionar a “instituição estabelecida da sociedade” e, assim, reinstituir completamente a sociedade, criando o novo³⁵⁶. Para Dardot e Laval, essa noção de uma sociedade conscientemente autoinstituinte seria a própria realização da democracia³⁵⁷.

Em certo sentido, o novo que a práxis instituinte do comum cria refere-se aos próprios sujeitos envolvidos nessa práxis. Isso porque, como visto no capítulo anterior, além da modificação das circunstâncias exteriores, daquelas condições preexistentes que a condicionam sem limitá-la, a práxis instituinte transforma os próprios atores, que se autoproduzem como sujeitos “em e por sua ação”³⁵⁸. Nesse sentido é que essa práxis é descrita como “autoprodução de seu sujeito por automodificação do ator no próprio curso da ação”³⁵⁹.

E por isso é possível afirmar também que não existe um sujeito do comum, isto é, um sujeito preexistente a sua prática e que preferencialmente vá instituí-lo. Não há como opor um sujeito coletivo supostamente “certo” – seja esse sujeito chamado de “povo” ou de “multidão” – a um sujeito “errado” do domínio-propriedade, porque não existe tal sujeito detentor de direitos

existência. É também a narrativa do consenso que permite a venda da cidade como mercadoria e sua gestão como empresa. O consenso, todavia, é sempre uma farsa; ele só ocorre à custa do apagamento das posições dissonantes, da exclusão de quem ousa escapar aos controles neoliberais.

³⁵⁶ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 449.

³⁵⁷ Ibidem, p. 448.

³⁵⁸ Ibidem, p. 464.

³⁵⁹ Ibidem, p. 464.

particulares sobre o comum³⁶⁰. Da mesma maneira, não existe um sujeito ou grupo específico de sujeitos a quem seja dado o papel de instituir os comuns. Com efeito:

na perspectiva do comum, não existe vanguarda política privilegiada, não existe *um* sujeito da mudança privilegiado em termos de classe, grupo ou coletivos particulares, na medida em que a exploração capitalista atravessa de modo perverso e global todos os estratos e posições sociais, assalariados ou não. As lutas de valor alternativo (esse “fora” que resiste e se afirma autônomo frente ao capital) são transversais e atravessam diagonalmente tanto as esferas da reprodução quanto da produção, tanto o mundo da vida cotidiana quanto do trabalho: ubíquas e múltiplas, elas envolvem mulheres, camponeses, indígenas, trabalhadores precarizados, favelados do terceiro-mundo, imigrantes, etc³⁶¹.

Sujeitos se autoproduzem a partir dos comuns, mas não é possível selecionar um sujeito (ou vários) que preexistam a eles, da mesma maneira como a prática política não refere-se a sujeitos pré-constituídos, mas a sujeitos que se constroem a partir dela³⁶².

Como ressaltam Laval e Dardot, aqueles que participam da instituição do comum “não se deixam enquadrar previamente num tipo psicológico identificável, nem numa categoria social de contornos definidos: eles são o que suas práticas fazem deles”³⁶³. Dessa forma, independentemente do que eram antes, o que importa é no que esses sujeitos se transformam a partir de sua ação. Porque, assim como na criação das regras que regem os comuns, a subjetivação não cria sujeitos “*ex nihilo*”, mas transforma “identidades definidas na ordem natural da repartição das funções e dos lugares em instâncias de experiência de um litígio”³⁶⁴.

Nesse sentido, a subjetivação promovida pelos comuns – assim como toda subjetivação política – consistiria em uma “desidentificação”, modificando as posições inscritas pela ordem policial e produzindo um múltiplo que a

³⁶⁰ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum*: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 283.

³⁶¹ TONUCCI FILHO, João Bosco Moura. *Comum urbano*: a cidade além do público e do privado. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017, p. 86.

³⁶² MOUFFE, Chantal. *Sobre o político*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015, p. XII.

³⁶³ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum*: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 54.

³⁶⁴ RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento* – política e filosofia. São Paulo: Ed. 34, 1996, p. 48.

contradiz, abrindo um espaço de contagem dos incontados, de medição dos incomensuráveis, impondo sobre a ordem policial que estrutura a comunidade “uma outra comunidade que só existe por e para o conflito, uma comunidade que é a do conflito em torno da própria existência do comum entre o que tem parcela e o que é sem parcela”³⁶⁵.

Na medida em que produz uma capacidade de enunciação que antes não era verificável, essa subjetivação é responsável por reconfigurar o próprio campo da experiência³⁶⁶ e, através da modificação dos sujeitos, transforma a própria realidade. É disso que trata a política e é por isso que, segundo Rancière, a política moderna exige que essas operações se multipliquem, inventando “mundos de dissentimento”, abrindo mundos comuns (não consensuais) em que aquele que argumenta seja sempre contado como argumentador, como “um-a-mais”³⁶⁷.

Para Jean Luc Nancy, a ideia de um sujeito que se produz no mesmo ato de produzir configuraria o próprio “espírito da democracia”³⁶⁸. Uma práxis do comum, nessa perspectiva, não reconheceria nenhum fundamento prévio ao “ser”, mas implicaria em uma abertura de sentido, na produção de um sujeito transformado, infinito³⁶⁹.

Esse sujeito que se produz ao mesmo tempo em que produz o comum é um sujeito que se educa pelas práticas de solidariedade, de reciprocidade, de compartilhamento e, sobretudo, é um sujeito que se molda para a prática da democracia.

Não há meio mais seguro para “gerar afetos políticos democráticos” do que a própria prática da democracia³⁷⁰. E é justamente isso que o engajamento na tarefa de instituição dos comuns possibilita: a formação de novas subjetividades pela experiência democrática que é constitutiva dos comuns.

³⁶⁵ RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento* – política e filosofia. São Paulo: Ed. 34, 1996, p. 47.

³⁶⁶ Ibidem, p. 47.

³⁶⁷ Ibidem, p. 69.

³⁶⁸ CAVA, Bruno; MENDES, Alexandre F. *A constituição do comum: antagonismo, produção de subjetividade e crise no capitalismo*. Rio de Janeiro: Revan, 2017, p. 171.

³⁶⁹ MENDES, Alexandre. *Para além da “Tragédia do Comum”*. Conflito e produção de subjetividade no capitalismo contemporâneo. Tese (Doutorado em Direito). Centro de Estudos Sociais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012, p. 37.

³⁷⁰ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Declaração* – isto não é um manifesto. São Paulo: n-1 edições, 2014, p. 125.

Ao tratar dos movimentos que, no pós-crise de 2008, tomaram ruas e praças ao redor do mundo para, dentre uma série de pautas, opor-se a políticas de austeridade e lutar por mais democracia, por exemplo, Hardt e Negri observam que, antes de tudo, o que a prática política desses movimentos produziu, com a particularidade de seus métodos de tomada de decisão coletiva (geralmente por assembleia) e mecanismos de participação de minorias, foram novas subjetividades, que ansiavam e eram capazes de estabelecer relações democráticas³⁷¹. De acordo com eles:

a rebelião e a revolta não ativam somente uma recusa, mas também um processo criativo. Ao verter e inverter as subjetividades empobrecidas da sociedade capitalista contemporânea, descobrem algumas bases reais de nosso poder relativo à ação social e política. Uma dívida mais profunda é criada como uma obrigação social para a qual não há credor. Novas verdades são produzidas mediante a interação de singularidades que estão juntas. Uma segurança real é forjada por aqueles que não estão mais presos ao medo. E aqueles que se recusam a ser representados descobrem o poder da participação política democrática. Esses quatro atributos subjetivos, cada um deles caracterizado por um novo poder que as revoltas e rebeliões alcançaram, definem em conjunto o homem do comum³⁷².

A subjetivação proporcionada pelos comuns apresenta-se, assim, como antagônica à subjetivação capitalista³⁷³, que em Hardt e Negri é responsável por forjar quatro figuras subjetivas sobre as quais os movimentos de resistência devem agir com o propósito de invertê-las, quais sejam: o endividado, o mediatizado, o securitizado e o representado³⁷⁴. Dessa maneira, as múltiplas formas de vida permanentemente exploradas no capitalismo teriam, a partir da produção do comum, a possibilidade de se transformarem em “subjetividades ativas e potentes”, as “novas classes perigosas”³⁷⁵.

³⁷¹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Declaração* – isto não é um manifesto. São Paulo: n-1 edições, 2014, p. 138.

³⁷² Ibidem, p. 139.

³⁷³ CAVA, Bruno; MENDES, Alexandre F. *A constituição do comum: antagonismo, produção de subjetividade e crise no capitalismo*. Rio de Janeiro: Revan, 2017, p. 205.

³⁷⁴ De acordo com Hardt e Negri, o triunfo e a crise do neoliberalismo produziram quatro novas figuras de subjetividade. Em síntese, “a hegemonia das finanças e dos bancos produziram o *endividado*. O controle das informações e das redes de comunicação criaram o *mediatizado*. O regime de segurança e o estado generalizado de exceção construíram a figura oprimida pelo medo e sequiosa de proteção: o *securitizado*. E a corrupção da democracia forjou uma figura estranha, despolitizada: o *representado*” (2014, p. 21).

³⁷⁵ CAVA, Bruno; MENDES, Alexandre F. *A constituição do comum: antagonismo, produção de subjetividade e crise no capitalismo*. Rio de Janeiro: Revan, 2017, p. 206.

O sujeito forjado no comum seria, então, uma “pessoa comum” com uma “tarefa extraordinária”, que implica transformar a propriedade (seja pública ou privada) em comum e constituir meios para governá-los através de uma participação democrática³⁷⁶.

A democracia que se pratica nos comuns, portanto, é completamente diferente da “democracia” que tem espaço no Estado oligárquico, para usar os termos de Rancière³⁷⁷ (2014). Nessa abordagem, a democracia está sempre aquém das formas de Estado – como fundamento igualitário que é sempre deixado de lado por elas – e também além delas, “como atividade pública que contraria a tendência de todo Estado de monopolizar e despolitizar a esfera comum”³⁷⁸. Por conseguinte:

A democracia não é nem a forma de governo que permite à oligarquia reinar em nome do povo nem a forma de sociedade regulada pelo poder da mercadoria. Ela é a ação que arranca continuamente dos governos oligárquicos o monopólio da vida pública e da riqueza e da onipotência sobre a vida. Ela é a potência que, hoje, mais do que nunca, deve lutar contra a confusão desses poderes em uma única e mesma lei de dominação³⁷⁹.

Se, juntos, o poder estatal e o poder da riqueza empenham-se em reduzir os espaços da política³⁸⁰ ou se o principal empecilho a uma democracia agonística, no modo defendido por Mouffe, é a hegemonia neoliberal e sua narrativa de que não há alternativa à ordem existente³⁸¹, cabe apostar em uma democracia que não se submeta a esses poderes ou que mesmo se oponha a eles: a democracia do comum abre essa perspectiva.

Assim, se por um lado o capitalismo neoliberal avança buscando controlar todos os aspectos da experiência vivida, por outro, a democracia deve perseguir “o horizonte livre e concreto da cooperação social, através da qual ação política e emancipação econômica se articulam como potência da vida”³⁸².

³⁷⁶ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Declaração* – isto não é um manifesto. São Paulo: n-1 edições, 2014, p. 140.

³⁷⁷ RANCIÈRE, Jacques. *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo, 2014.

³⁷⁸ Ibidem, p. 92.

³⁷⁹ Ibidem, p. 121.

³⁸⁰ Ibidem, p. 120.

³⁸¹ MOUFFE, Chantal. *Sobre o político*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015, p. 30.

³⁸² CAVA, Bruno; MENDES, Alexandre F. *A constituição do comum: antagonismo, produção de subjetividade e crise no capitalismo*. Rio de Janeiro: Revan, 2017, p. 192.

Para Laval e Dardot, trata-se de fazer prevalecer a lógica da participação direta na decisão e gestão daquilo que é “posto em comum”, determinando uma revisão da organização e da noção de solidariedade a partir do comum. De acordo com eles, a partir da “introdução de relações democráticas no governo dos organismos sociais, é a administração do Estado social que deve se transformar em instituição do comum”³⁸³.

Uma política do comum, assim, efetiva uma exigência democrática que é a um só tempo “generalizada e coerente”, isto é, que não é exclusiva de pequenas unidades atomizadas, mas atravessa todos os domínios do espaço social, seja este designado como domínio da política ou da economia; uma política do comum não se enclausura nessas barreiras. Significa que em todos os âmbitos, “por toda parte”, os sujeitos devem ser capazes de participar da deliberação sobre as regras que os afetam e atuar no governo das instituições em que estão envolvidos, em que vivem e trabalham³⁸⁴.

Para que esse imperativo democrático ultrapasse as experiências particulares de cada comum instituído e consiga efetivamente alcançar todos os domínios do espaço social, acreditamos que o papel da Constituição não pode ser menosprezado. Uma Constituição que não seja entendida como manifestação estanque de um ato de fundação nem como limitadora da democracia, mas como uma Constituição viva e portadora dos anseios democráticos, pode impulsionar essa tarefa e fortalecer os comuns contra a lógica do capitalismo neoliberal.

4.2. CONSTITUIÇÃO RADICAL

Uma práxis instituinte do comum ou os comuns em si não estão separados da ideia de Constituição. Ao contrário, como ocorre em relação à democracia, a Constituição e sua potência constituinte também são elementos que não devem estar dissociados de uma teoria dos comuns. É o que Hardt e Negri também compreendem:

³⁸³ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 542/543.

³⁸⁴ Ibidem, p. 486.

O debate político e constitucional precisa ser reaberto. A mudança radical demandada nos dias de hoje não envolve, ademais, somente o conteúdo (do privado e do público para o comum), mas também trata da forma. Como as pessoas poderiam se associar intimamente em torno do comum e participar diretamente da tomada de decisão democrática? Como a multidão poderia se tornar governante das instituições do comum de uma maneira que reinventasse e concretizasse a democracia? Esta é a tarefa de um processo constituinte³⁸⁵.

Da mesma maneira, consideramos que um processo constituinte também interessa à práxis instituinte do comum.

Embora, ao conceituarem essa práxis, Laval e Dardot advirtam que ela não é questão de um poder instituinte nem de um poder constituinte, nessa assertiva há uma noção ainda muito tradicional do que significa poder constituinte: um poder que se exaure em uma ato solene de fundação e que é atividade de um sujeito definido por sua vontade soberana e, por conseguinte, isenta de qualquer obrigação. Mais precisamente, eles afirmam que o sentido predominante acerca do poder constituinte – e é este que eles adotam quando o excluem da noção de práxis instituinte do comum – é o de que este é “o poder de constituir o governo, que fica a cargo de uma assembleia ou convenção, que, por sua vez, é a única habilitada a exercer esse poder”³⁸⁶.

Qualquer tentativa de inverter ou transformar esse sentido dado à noção de poder constituinte, que, aliás, está longe de ser uma³⁸⁷, é imediatamente repelida pelos autores, que questionam abertamente uma aparente “vagueza” da noção de poder constituinte proposta por Hardt e Negri para em seguida formular uma série de perguntas retóricas sobre a pertinência de ainda adotar essa noção e sobre o que restaria, então, do poder constituinte.

³⁸⁵ HARDT, Michal; NEGRI, Antonio. *Declaração* – isto não é um manifesto. São Paulo: n-1 edições, 2014, p. 65.

³⁸⁶ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum*: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 467.

³⁸⁷ É o que demonstra, por exemplo, Joel Cólón-Rios em trabalho intitulado “Five conceptions of constituent power” (2014). Em resumo, as cinco concepções de poder constituinte que constam do “mapeamento” de Cólón-Rios são as seguintes: (i) poder constituinte como um poder investido em um parlamento soberano; (ii) poder constituinte como emanção da Coroa ou do Parlamento, vistos como detentores do poder de criar legislaturas nas novas colônias; (iii) poder constituinte como direito a instruir os representantes e ser obedecido por eles; (iv) poder constituinte como um direito de resistência, nos termos propostos por Lawson e Locke; e, por fim, (v) poder constituinte como soberania popular, conforme o trabalho de Sieyes.

Parece-nos que questionar o sentido de propor um conceito de poder constituinte incrustado nas lutas “a ponto de não se distinguir delas”³⁸⁸ para então retomar um conceito bastante tradicional de poder constituinte e recusá-lo completamente da análise sobre os comuns e sobre a práxis que os institui é, no mínimo, contraproducente e incompatível com a criatividade e inventividade características dos próprios comuns. Há que ir além e sair do conforto das velhas crenças estabelecidas e dos conceitos empoeirados.

Propomo-nos, então, a um duplo movimento: de um lado, revisar a própria noção de Constituição e de poder constituinte a partir de uma perspectiva ancorada nos comuns (sem prescindir, evidentemente, da própria teoria constitucional); e, de outro, reforçar a teoria dos comuns com essas noções revisitadas de Constituição e poder constituinte.

Para a primeira tarefa, é preciso retomar, antes de tudo, a ideia de que os comuns se constroem a partir de uma práxis, uma práxis instituinte pela qual os participantes estabelecem regras e sobre elas deliberam permanentemente. Essa práxis instituinte não surge a partir do nada e não se encerra ou se exaure em um ato de instituição. Pelo contrário, ela atua sobre condições preexistentes e, partindo delas, as modifica e faz isso de forma constante, é instituição continuada, ela nunca cessa. Significa que as regras que instituem o comum podem ser revistas a qualquer tempo, evitando a “paralização do instituinte no instituído”³⁸⁹.

Essa tarefa de instituição permanente envolve, invariavelmente, certo grau de conflito e de dissentimento que se buscará mediar por uma relação adversarial, em que se considere a legitimidade das posições conflitantes em lugar de buscar eliminá-las (o que ocorreria numa relação amigo/inimigo). Isso é possível porque as pessoas envolvidas na atividade de instituição do comum compartilham uma mesma atividade e coobrigam-se pelas regras que criam em comum (e que também criam o comum). Nos termos de Mouffe, elas partilham

³⁸⁸ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum*: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 445. A noção de um poder constituinte que parte das lutas – assim como o é a própria noção de princípio do comum de Laval e Dardot, aliás – é uma noção que busca superar a divisão alienadora entre social e político e que, além disso, não limita a inovação constituinte ao campo do direito, compreendendo que interfere simultaneamente no âmbito jurídico, econômico, político e social (GUIMARAENS, p. 146/148).

³⁸⁹ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum*: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 471.

de “um mesmo espaço simbólico”³⁹⁰ e, dessa maneira, realizam a tarefa democrática de transformar antagonismo em agonismo. Como enfatizado no tópico anterior, a democracia é um elemento constitutivo do comum.

Além disso, ao invés de um sujeito pressuposto a exercê-la pontualmente, na práxis instituinte o sujeito se autoproduz na continuidade de um exercício que se renova para além de um limiar inaugural³⁹¹. Inexiste um sujeito individual ou coletivo que seja titular de um direito sobre o comum ou que seja designado a instituí-lo; o que interessa é o que essa práxis instituinte fará dele, no que ele se transformará após engajar-se nessa atividade. Nesse sentido, não é um sujeito preexistente, de identidade definida, mas o sujeito forjado, modificado pela atividade de instituição que pode ser chamado de sujeito do comum.

Disso se segue que a noção de Constituição não pode ser pensada aqui como algo fixo no tempo, como paralização do constituinte no constituído (para fazer referência aos termos empregados por Laval e Dardot). Da mesma maneira, a visão tradicional de um poder constituinte que desaparece após o ato de fundação de um governo para dar lugar à forma rígida de um poder constituído não tem espaço na presente análise.

A partir dos elementos que caracterizam os comuns, é possível repensar o poder constituinte como algo que constantemente informa os poderes constituídos, em uma relação de verdadeira simbiose, ao mesmo tempo em que é constantemente informado pelos anseios da pluralidade de sujeitos engajados no exercício desse poder e que se modificam no decorrer dessa tarefa³⁹². Na definição de Cava:

Contra mitologemas contratualistas e fundacionistas da sociedade burguesa, o poder constituinte não se exaure na origem, mas continua

³⁹⁰ MOUFFE, Chantal. *Sobre o político*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015, p. 19.

³⁹¹ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 472.

³⁹² Nesse sentido, observa-se que em Negri, o poder constituinte é “essencialmente um procedimento democrático e orientado pela necessidade. Esse procedimento envolve um movimento de individuação multitudinária, cujo horizonte é a democracia, a forma mais natural de governo, e que opera em regime de causalidade necessária, eficiente e imanente” (GUIMARAENS, p. 143). Nessa acepção, ele deve ser pensado a partir da temporalidade dos eventos, das lutas; não como emanção do poder constituído, mas como processo, como “determinação radical que descortina um horizonte ou, ainda, se trata do radical dispositivo de algo que ainda não existe e cujas condições de existência pressupõem que o ato criador não perca suas características na criação” (CHUEIRI, 2013, p. 31).

atuante, e deve ser obrigatória e frequentemente invocado e drenado para que o poder constituído possa exercer o direito em vigor. Nenhum instituto jurídico ou lei é dotado de eficácia sem algum grau de atuação do poder constituinte, um fato cotidiano na vida dos direitos. O que significa que a atividade de autolegitimação é constante por parte da ordem constituída, a todo momento justificando a relação de força na base do direito³⁹³.

Nessa perspectiva, a própria Constituição passa a ser entendida como algo em movimento, que é informado pela realidade ao mesmo tempo em que a modifica; que não se fecha em escolhas do tempo passado e abre-se às possibilidades apresentadas pelo tempo futuro; que não ignora ou busca eliminar o conflito, mas busca mediá-lo de forma democrática; que não é simples norma e coerção impostas hierarquicamente, mas que se abre aos desejos dos afetados; que não é só manifestação de um sujeito apriorístico (o sujeito soberano), mas que também é capaz de transformar sujeitos pela ação e engajamento em uma tarefa constituinte.

Isso não significa um esvaziamento das noções de Constituição e poder constituinte, ao contrário do que Laval e Dardot fazem crer³⁹⁴, mas, antes, contribui para seu revigoramento.

Nesse ponto, a proposta de uma Constituição radical, formulada pela professora Vera Karam de Chueiri, fornece importantes contribuições para repensar esses conceitos para além de uma visão tradicional e até mesmo simplista acerca deles.

Para ela, a Constituição é ao mesmo tempo promessa (constituinte) e efetividade (constituído). Como promessa, a linguagem do constitucionalismo se assemelha à da democracia, colocando lado a lado a promessa da própria Constituição e de sua efetivação pelo exercício de direitos no constitucionalismo e a promessa de uma eterna possibilidade de renovação na democracia. Além disso:

A Constituição também é promessa enquanto impulso constituinte e, assim, se relaciona à democracia. (...) Tal promessa, impulso ou força constituinte, impede que a Constituição se esgote nas amarras rígidas do direito (ou do constitucionalismo) como fonte de produção das normas constitucionais. Ainda que o constitucionalismo diga respeito à limitação do poder constituinte e da democracia e, assim, se

³⁹³ CAVA, Bruno. *Pachukanis e Negri: do antidireito ao direito do comum*. Revista Direito e Práxis, Vol. 4, n. 6, 2013, p. 15.

³⁹⁴ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 444/445.

autoimponha um fechamento, este será sempre provisório e tenso. Isto, pois, a Constituição como promessa e a Constituição efetiva, assim como o poder constituinte, a democracia e o constitucionalismo experimentam uma permanente e inerradicável tensão³⁹⁵.

Essa provisoriedade e tensão que está sempre presente na noção de constitucionalismo como limitação do poder constituinte e da democracia é um aspecto importante para a presente análise, porque implica em uma ideia de Constituição que é constantemente forçada e informada pelo poder constituinte. Significa que os poderes constituídos, a norma constitucional, não conseguem sempre conter os impulsos de mudança e de renovação que o poder constituinte anuncia, não consegue impedir que os anseios democráticos se manifestem.

Nessa perspectiva, a Constituição não se resume ao constituído, mas retém o poder constituinte, de modo que seu vínculo com ele é tanto contingente como imanente à própria noção de Constituição³⁹⁶ – ela própria se pressupõe como poder constituinte³⁹⁷.

Se a ideia de uma Constituição como algo fixo é um olhar para o passado, uma Constituição que retém o impulso constituinte (presente) carrega as possibilidades do tempo futuro, do porvir. Uma Constituição radical, nesse sentido, é promessa de um futuro sempre por vir que provoca a abertura do próprio presente, impedindo que ele se feche em si³⁹⁸. O poder constituinte como tempo presente (contínuo), dessa forma, acelera o tempo, rompendo com o passado e instituindo um novo tempo; ao fazê-lo, ele não apenas redime o tempo passado como também o subverte³⁹⁹.

Da mesma maneira, a relação entre os comuns e o tempo não é uma relação linear, com um sentido único, mas funciona por saltos. Não é *chronos* mas *kairós*, na medida em que o comum é, mas é também um *dever*, ele está no presente, mas também carrega a promessa de um tempo futuro. Para Bruno

³⁹⁵ CHUEIRI, Vera Karam de. *Constituição radical: uma ideia e uma prática*. Revista da Faculdade de Direito UFPR, Curitiba, n. 58, p. 25-36, 2013, p. 28.

³⁹⁶ Ibidem, p. 26.

³⁹⁷ Ibidem, p. 29.

³⁹⁸ Ibidem, p. 27.

³⁹⁹ CHUEIRI, Vera Karam de. *Is there such thing as a radical constitution?* Research proposal. Yale Law School. 2016, p. 9.

Cava, “o comum está aqui e agora, mas ainda não, e a distância entre isso está na organização política do presente”⁴⁰⁰.

Essa abertura do constitucionalismo para o futuro acontece como condição para a ação política. Nesse sentido, ele aparece no presente não como simples repetição do passado, mas como condição para o exercício de direitos, quando os compromissos democráticos assumidos pela população se tornam efetivos. A retenção do poder constituinte pelo constitucionalismo, então, deve ocorrer na medida em que assegure e renove esses compromissos democráticos⁴⁰¹.

Considerando que a democracia é caracterizada sempre como um porvir e que a linguagem do constitucionalismo tende a aprisionar esse futuro (a promessa, o porvir) no momento presente, pensar o constitucionalismo como promessa implica pensar a justiça para além dos limites do direito, enquanto “experiência aporética”⁴⁰².

Tal como o poder constituinte, a democracia como promessa é ao mesmo tempo uma suspensão, o que não se decide, como também um impulso para a Constituição real, para o decidível⁴⁰³. Sempre haverá, contudo, alguma resistência da democracia e do poder constituinte a uma integração completa ao direito enquanto sistema hierarquizado de normas emanadas do Estado, uma resistência à fundação do direito e à constitucionalização⁴⁰⁴. Isso porque, enquanto a democracia é a “teoria do governo absoluto”, o constitucionalismo “é a teoria do governo limitado, da democracia limitada, contida nas fronteiras que ela própria criou”⁴⁰⁵, o que evidencia a forte tensão entre ambos.

⁴⁰⁰ CAVA, Bruno. *Pachukanis e Negri: do antidireito ao direito do comum*. Revista Direito e Práxis, Vol. 4, n. 6, 2013, p. 27.

⁴⁰¹ CHUEIRI, Vera Karam de. *Is there such thing as a radical constitution?* Research proposal. Yale Law School. 2016, p. 13.

⁴⁰² CHUEIRI, Vera Karam de. *Constituição radical: uma ideia e uma prática*. Revista da Faculdade de Direito UFPR, Curitiba, n. 58, p. 25-36, 2013, p. 28.

⁴⁰³ Ibidem, 2013, p. 28.

⁴⁰⁴ A esse respeito, Bruno Cava enfatiza que o direito do comum é um direito que não busca a “forma jurídica. Segundo ele, “a “forma jurídica”, em questão, é o direito na sociedade capitalista. E como o capital funciona dialeticamente, do mesmo modo o direito, que não passa de um momento constitutivo do processo como um todo. Quer dizer, como forma dialética que não só admite conteúdos contraditórios, como também funciona na tensão mesma desses conteúdos contraditórios. Na dialética, as tensões não se resolvem senão em sínteses precárias e estilizáveis” (p. 12).

⁴⁰⁵ CHUEIRI, Vera Karam de. *Constituição radical: uma ideia e uma prática*. Revista da Faculdade de Direito UFPR, Curitiba, n. 58, p. 25-36, 2013, p. 30.

É essa tensão que impede que o constitucionalismo fique estagnado, na medida em que a democracia o força e renova o tempo todo pela aplicação da Constituição.

A esse respeito, os defensores do constitucionalismo democrático compreendem que a existência de algum grau de conflito (elemento inafastável do político e da democracia) é uma consequência inevitável da reivindicação de direitos constitucionais⁴⁰⁶ e que a possibilidade de “desacordos sobre o significado da Constituição preserva a sua autoridade, já que permite a pessoas com convicções muito diferentes considerações que expressam os compromissos mais fundamentais e constituem a norma nacional”⁴⁰⁷.

Sob essa perspectiva, o Backlash, por exemplo, é visto de uma forma positiva, pois quando cidadãos falam sobre seus compromissos mais apaixonados na linguagem de uma tradição constitucional compartilhada eles fortalecem essa tradição. Dessa forma, mesmo a resistência a uma interpretação constitucional pode reforçar a legitimidade democrática da Constituição⁴⁰⁸, de modo que o Backlash representaria uma das várias práticas pelas quais o público visa influenciar o conteúdo do direito constitucional⁴⁰⁹.

Daí decorre que ao agir politicamente para expressar sua compreensão particular sobre a Constituição, as pessoas apresentam certo protagonismo em sua aplicação⁴¹⁰. Sendo assim, uma Constituição que retém o impulso constituinte não pode ser um empecilho à ação política democrática, mas, pelo contrário, deve mediá-la⁴¹¹ a fim de que as demandas dessa ação sejam traduzidas para uma linguagem de direitos e se realizem enquanto tais:

A radical Constitution must retain the potentiality of constituent power yet such potentiality becomes actuality by means of the enforcement of rights. In other words, the potentiality of the Constitution (as a radical one) appears when it is enforced, when it gives arguments for decisions

⁴⁰⁶ POST, Robert; SIEGEL, Reva. *Roe Rage: democratic constitutionalism and backlash*. Harvard Civil Rights-Civil Liberties Law Review, 2007; Yale Law School, Public Law Working Paper n. 131, p. 19.

⁴⁰⁷ POST, Robert; SIEGEL, Reva. *Constitucionalismo democrático: por una reconciliación entre Constitución y Pueblo*. Trad. Leonardo G. Jaramillo. Buenos Aires: Siglo veintiuno, 2013, p. 34.

⁴⁰⁸ POST, Robert; SIEGEL, Reva. *Roe Rage: democratic constitutionalism and backlash*. Harvard Civil Rights-Civil Liberties Law Review, 2007; Yale Law School, Public Law Working Paper n. 131, p. 3.

⁴⁰⁹ Ibidem, p. 11.

⁴¹⁰ CHUEIRI, Vera Karam de. *Is there such thing as a radical constitution?* Research proposal. Yale Law School. 2016, p. 16.

⁴¹¹ Ibidem, p. 10.

that grant rights. This is either an institutional task and therefore faces institutional difficulties or an individual and collective endeavor by the people themselves through political action. Yet both, institutions of government and the people are constituted by a (radical) Constitution as something that it is daily experienced⁴¹².

Nessa visão, a potencialidade da ação política busca a possibilidade de tornar-se real de acordo com um fim, de ir além dos atos e eventos e buscar algo mais, o que não significa que alcançado o objetivo a potencialidade do movimento desapareça⁴¹³. E é por isso que a Constituição e a democracia como promessas são detentoras de uma “radicalidade que abala os horizontes estáveis das nossas expectativas”, que vai além do previsível e do calculável⁴¹⁴. Uma Constituição como promessa borra as fronteiras entre possível e impossível, rompe com o alocamento de funções definidos pela ordem policial, transpõe os limites impostos pelos esquemas de exclusão, define uma parcela dos sem-parcela.

Ela orienta a ação política e não se resume a um impulso radical de mudança, nem à fixidez da norma, mas constitui algo, realiza direitos⁴¹⁵. Uma Constituição radical é, assim, simultaneamente sujeito e objeto da política democrática, permitindo a constante reivindicação e reinvenção dos direitos. Daí a necessidade de reconhecer, no seio do constitucionalismo, os direitos e normatividades produzidos pelos movimentos e comunidades, sobretudo quando eles se manifestam na linguagem de uma tradição constitucional compartilhada⁴¹⁶.

Em especial, uma Constituição radical “não sintetiza a tensão entre poder constituinte (democracia) e poderes constituídos”, porque é precisamente

⁴¹² CHUEIRI, Vera Karam de. *Is there such thing as a radical constitution?* Research proposal. Yale Law School. 2016, p. 16.

⁴¹³ Ibidem, p. 11/12.

⁴¹⁴ CHUEIRI, Vera Karam de. *Constituição radical: uma ideia e uma prática*. Revista da Faculdade de Direito UFPR, Curitiba, n. 58, p. 25-36, 2013, p. 34.

⁴¹⁵ CHUEIRI, Vera Karam de. *Is there such thing as a radical constitution?* Research proposal. Yale Law School. 2016, p. 18.

⁴¹⁶ Observa-se que na declaração de ocupação da OCEL, por exemplo, os ocupantes manifestam sua confiança na Constituição Federal, e invocam o texto constitucional ao ressaltar que “em 1988, a lei maior do país no artigo 182 e 183- estabelece a moradia como direito e a Função Social da Propriedade, e por meio dos Estatutos das Cidades e a medida provisória n.º 2.220 criam-se instrumentos para que terrenos e imóveis como este edifício a 20 anos abandonado, que já causou acidentes fatais e constrangimento no coração da cidade, cumpra de fato a sua função social e não sofra aliciamento de grandes corporações que especulem e se beneficiem da valorização dos terrenos e imóveis já com infraestrutura pública” (Declaração de zona de ocupação divulgada na página da ocupação na rede social Facebook).

essa tensão⁴¹⁷ – uma tensão que, em um contexto agonístico, é forte indicativo de uma sociedade radicalmente democrática⁴¹⁸.

Para pensar além de qualquer possível dialética entre poder constituído e poder constituinte, entre promessa e efetividade, Chueiri propõe que se tenha em conta: (i) que a soberania (no sentido do poder constituído) não é um conceito exclusivamente político nem exclusivamente jurídico; (ii) que ela não se opõe ao poder constituinte, mas que ambos constituem uma zona de indistinção; (iii) que não há síntese possível entre os dois; (iv) que, na medida em que são incomensuráveis, também não se opõem de modo dialético⁴¹⁹. Dessa maneira, o poder constituinte não pode ser pensado de forma separada do poder constituído, mas como uma potencialidade constituinte, em que um não predomina nem se dissolve perante o outro. Nas palavras da autora, “a soberania retém a sua potencialidade ou seu poder constituinte, porém, na forma de uma suspensão”⁴²⁰.

Uma Constituição radical, assim, é aquela que retém a potencialidade constituinte na comunidade política constituída e busca conciliar – ainda que precária e provisoriamente – promessa e efetividade, o poder absoluto da população e a sua limitação, a ação política e o direito, a democracia e o constitucionalismo⁴²¹.

Trata-se de entender a Constituição como algo vivo, em constante movimento e transformação⁴²². Não como a forma rígida de poderes constituídos, mas como poderes constituídos permanentemente informados – e nunca apartados – da potência constituinte, que jamais deixa de existir. É ver a Constituição como um processo, nunca separada dos anseios dos sujeitos que a fundaram. Em outros termos:

⁴¹⁷ CHUEIRI, Vera Karam de. *Constituição radical: uma ideia e uma prática*. Revista da Faculdade de Direito UFPR, Curitiba, n. 58, p. 25-36, 2013, p. 29.

⁴¹⁸ Ibidem, p. 32.

⁴¹⁹ CHUEIRI, Vera Karam de. *Is there such thing as a radical constitution?* Research proposal. Yale Law School. 2016, p. 13

⁴²⁰ CHUEIRI, Vera Karam de. *Constituição radical: uma ideia e uma prática*. Revista da Faculdade de Direito UFPR, Curitiba, n. 58, p. 25-36, 2013, p. 31.

⁴²¹ Ibidem, p. 18.

⁴²² Conforme Vespaziani, “à diferença da obra de arte literária, a constituição nasce, vive, transforma-se e, às vezes, morre em uma condição de pluralidade. A sua vitalidade não pode nunca ser consignada nas mãos de um só constituinte, legislador, juiz ou doutrinador. A narratividade constitucional pressupõe uma pluralidade de visões, de interpretações e de lutas pelo reconhecimento de instâncias sociais” (2015, p. 81).

É preciso recuperar esta ideia e esta práxis de que o povo, soberano, ao se autolegislar, cria e funda a Constituição, através de toda radicalidade que está em tal ato fundante, impondo a si mesmo as regras e limites que vão regular os seus poderes constituídos. Ainda, a ideia de que o ato fundante e constituinte não se dissolve depois que a Constituição está feita, mas nela permanece como o seu traço político próprio, aquilo que não alivia a sua (da Constituição) responsabilidade em relação à democracia e aos direitos fundamentais: seja no momento da sua aplicação, seja no momento da sua própria revisão⁴²³.

Uma tal noção de Constituição, que retém a potencialidade constituinte e não é letra morta ao passado, mas se abre às perspectivas do agora e à promessa do que ainda está por vir, é uma noção coerente com uma práxis instituinte do comum. Assim como ela, essa Constituição radical não se encerra no constituído a partir do ato de fundação; ela é continuamente refundada pelos movimentos, pelas lutas por direitos e pelas disputas sobre os significados constitucionais. Da mesma maneira, ela não busca eliminar os conflitos, na medida em que isso implicaria uma ameaça à democracia e ao próprio constitucionalismo⁴²⁴; em vez disso, ela compreende que os conflitos constituem uma dimensão inevitável da reivindicação de direitos constitucionais e possuem o papel de reforçar o compromisso com a Constituição.

Ela não é simples limitação dos desejos democráticos, pois, ao se relacionar com a democracia na forma de uma tensão, ela é movimentada por esses desejos. A democracia ao mesmo tempo suspende e impulsiona a Constituição como efetividade⁴²⁵ e se assemelha à Constituição como promessa, como impulso constituinte – nessa tensão, ela faz com que qualquer fechamento da primeira seja sempre provisório.

Além disso, ela não é imposição hierárquica de um ente superior, separando governantes e governados e deixando esses últimos distantes de qualquer esfera de poder. Numa Constituição que jamais deixa de ser promessa, são as pessoas afetadas, com seus desejos e demandas, que devem decidir os compromissos constitucionais estabelecidos. Dessa maneira, elas se coobrigam por aquilo que decidiram em comum e não pelo que um ente externo decidiu por

⁴²³ CHUEIRI, Vera Karam de. *Constituição radical: uma ideia e uma prática*. Revista da Faculdade de Direito UFPR, Curitiba, n. 58, p. 25-36, 2013, p. 31.

⁴²⁴ CHUEIRI, Vera Karam de. *Is there such thing as a radical constitution?* Research proposal. Yale Law School. 2016, p. 15.

⁴²⁵ Ibidem, p. 5.

elas – elas se autolegislam, participam da criação das regras a que se submetem, ou, como nos comuns, autogovernam-se.

O ponto que talvez ainda não esteja claro refere-se à ideia de que a Constituição continua a ser a manifestação de um sujeito definido, o povo soberano, reunido em um identidade que é incompatível com os comuns. Nesse caso, a questão não é tão simples como aparenta e, assim como na relação entre promessa e efetividade, poder constituinte e poder constituído, constitucionalismo e democracia, a relação entre identidade e singularidade aparece na forma de uma tensão. Assim, ao mesmo tempo em que a linguagem do constitucionalismo busca apreender uma multiplicidade sob a forma homogênea de “povo”, a democracia funda “a experiência de uma sociedade inapreensível, indomesticável, na qual o povo é dito soberano, mas também não cessa de questionar sua identidade, na qual aquela permanecerá latente”⁴²⁶. A esse respeito, Cava observa que:

O poder constituinte também se efetua com a diferenciação de modos alternativos aos valores da ordem existente, na sua métrica quantificadora e normas de controle social. O direito do comum opera, portanto, além de um sistema jurídico pautado pelo manejo das identidades – apenas outra tradução da própria lógica proprietária, que separa normativamente o trabalho vivo e o poder constituinte de tudo aquilo que eles podem⁴²⁷.

Uma Constituição do comum, assim, não se reduz à lógica da soberania estatal nem aos interesses de mercado, não cabe no binômio público/privado. Ela implica em um processo criativo, de emergência do novo, em expressão constituinte e não enrijecimento no constituído. Por esse exercício imaginativo, a formulação de suas instituições está sempre aberta, sempre imbuída de “um forte componente mutante”⁴²⁸.

Em outro sentido, vale notar que o processo constituinte também é produtor de novas subjetividades⁴²⁹. Em uma Constituição que se ligue ao

⁴²⁶ CHUEIRI, Vera Karam de. *Constituição radical: uma ideia e uma prática*. Revista da Faculdade de Direito UFPR, Curitiba, n. 58, p. 25-36, 2013, p. 32.

⁴²⁷ CAVA, Bruno. *Pachukanis e Negri: do antidireito ao direito do comum*. Revista Direito e Práxis, Vol. 4, n. 6, 2013, p. 26.

⁴²⁸ CAVA, Bruno; MENDES, Alexandre F. *A constituição do comum: antagonismo, produção de subjetividade e crise no capitalismo*. Rio de Janeiro: Revan, 2017, p. 214.

⁴²⁹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Declaração – isto não é um manifesto*. São Paulo: n-1 edições, 2014, p. 66.

comum, esse sujeito político se transforma em coletivo, plural, singular, da mesma maneira que importa em uma nova temporalidade (ampliada) e uma nova espacialidade (contínua e que valoriza o local e o singular)⁴³⁰.

Em suma, a partir da teoria dos comuns, não há caminho senão pensar em uma Constituição viva, que à maneira de uma práxis instituinte do comum regida por uma profunda democracia, não afaste o conflito e a possibilidade sempre presente da mudança, mantendo poderes constituídos e potência constituinte em constante diálogo. Trata-se de ver a Constituição como um processo, sempre aberto à interferência desses sujeitos múltiplos e irredutíveis a uma unidade.

Por outro lado, a própria comunalidade aparece também como manifestação desse processo, de um poder constituinte como exercício de imaginação, capaz de criar alternativas e preservá-las. De acordo com Cava e Mendes, a noção de poder constituinte é imprescindível para que não se recaia em falsas escolhas e, em vez disso, aposte-se na criação de novos mundos:

O conceito de poder constituinte é fundamental para que a discussão sobre o comum não seja abordada através da mitologia do resgate dos bens naturais originários ou de uma formulação institucionalista que é realizada à revelia dos movimentos reais de constituição de novas institucionalidades do comum. Além disso, através dele, pode-se firmar as bases para pensarmos um direito do comum que não seja apenas uma terceira via entre público e privado, uma nova forma de arranjo entre Estado e Mercado, ou entre propriedade pública e privada, mas um direito que se constitua como potência de criar subjetividades e mundos, em resumo: uma produção comum do próprio direito⁴³¹.

Da mesma forma, para Hardt e Negri, as lutas em torno do comum expressam a necessidade de um novo processo constitucional, ao mesmo tempo em que indicam a sua direção. Elas apresentam simultaneamente características destituíntes, visando à destruição de efeitos deletérios produzidos pelas antigas constituições, e constituintes, propondo uma nova organização da vida social.

Nessa perspectiva, o processo constituinte é visto como condutor da mudança – é ele que a levará adiante e a manterá aberta a possíveis inovações. Ele organizará a vida social de acordo com os princípios envolvidos nos comuns

⁴³⁰ LUGO, Carlos Rivera. *La Constitución de lo Común*. Revista Direito e Práxis, Rio de Janeiro, vol. 08, n.4, p. 3217-3231, 2017, p. 3229.

⁴³¹ CAVA, Bruno; MENDES, Alexandre F. *A constituição do comum: antagonismo, produção de subjetividade e crise no capitalismo*. Rio de Janeiro: Revan, 2017, p. 209.

e tratará de revisar “as instituições e estruturas políticas para que sejam mais adequadas ao tecido social e à fundação material dos conflitos, necessidades e desejos sociais”⁴³².

Na medida em que obriga a repensar esses conceitos, o comum apresenta-se como uma possível ponte entre constitucionalismo e democracia, reconciliados pela perspectiva de assumir a imanência da pluralidade e do conflito. Em contrapartida, se “é desde a promessa que o real se instala”⁴³³, a promessa de uma tal Constituição, ligada à democracia, traz em si a radicalidade de um mundo possível baseado no comum.

⁴³² HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Declaração* – isto não é um manifesto. São Paulo: n-1 edições, 2014, p. 66.

⁴³³ CHUEIRI, Vera Karam de. *Constituição radical: uma ideia e uma prática*. Revista da Faculdade de Direito UFPR, Curitiba, n. 58, p. 25-36, 2013, p. 35.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De facto, vieram as autoridades devidas, por via do chefe máximo das forças policiais se fizeram ouvir por devido antifalante:

- *Desça em nome da lei!*

O político por trás lhe segredava as deixas. As massas, os eleitores, ansiavam por um desempenho.

- *Continue a dar ordens. Continue, mais firme!* – incitava o político. O porta-voz obedecia, estridenteando:

- *O seu comportamento, caro concidadão, é verdadeiramente antidemocrático.*

Contra os direitos humanos, bichanava o político. Contra a imagem de estabilidade de que a nação carecia, ainda acrescentou o falante. Os doadores internacionais se espantariam com o desacontecimento. Mas Zuzé nem água ia nem água vinha. Sorria, em trejeito malandro⁴³⁴.

“Outro mundo é possível”. Eis a palavra de ordem dos inúmeros movimentos que se uniram sob o objetivo comum de se contrapor ao neoliberalismo e à globalização capitalista, e, mais do que isso, construir uma alternativa a essa realidade. Unidos pela alcunha de altermundialistas⁴³⁵, deixaram claro que “o mundo não é mercadoria” e bateram de frente com o “pensamento único” neoliberal para sonhar e lutar por uma outra civilização⁴³⁶. Depois deles, tantos outros vieram, em maiores ou menores proporções. Nos protestos em Seattle em 1999, manifestações contra a OMC e o G8, no Occupy Wall Street, no movimento dos Indignados, na OCEL ou no Parque Gomm está em jogo a construção desse outro mundo: um mundo baseado no comum.

A construção desse novo mundo passa, em primeiro lugar, pelo enfrentamento à racionalidade neoliberal, como forma de controle do capitalismo sobre todos os âmbitos da vida.

⁴³⁴ COUTO, Mia. O homem cadente. In: *O fio das missangas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

⁴³⁵ Michel Löwy (2008) aponta que esse movimento é caracterizado pela construção de solidariedades entre diferentes organizações, reunindo Via Campesina, Marcha Mundial de Mulheres, movimentos ecológicos, religiosos e não religiosos, pessoas do Norte e do Sul global. Além disso, sua dinâmica seria marcada por três momentos distintos e complementares: a “negatividade da resistência” seria o momento da negatividade, do protesto, de indignação e oposição ao status quo; as “proposições concretas” seriam o conjunto de propostas comuns formuladas no confronto entre as diferentes organizações, propostas extensivas que a cada realização parcial caminham para um reivindicação mais radical; e a “utopia de um outro mundo”, manifestada no compartilhamento de valores comuns, como o humanismo, a diversidade, a democracia, a liberdade em relação à ditadura do mercado, a igualdade entre pobres e ricos, nações, etnias, homens e mulheres, e também a solidariedade, a cooperação e a ajuda mútua.

⁴³⁶ LÖWY, Michael. *Negatividade e utopia do movimento altermundialista*. Revista Lutas Sociais, nº 19/20, 2008, p. 32/38. Disponível em: < file:///C:/Users/ana_m/Downloads/18750-47042-1-SM.pdf >. Acesso em 02 dez. 2017.

Isso abrange, por um lado, o combate à destruição e mercantilização, pelo neoliberalismo, de tudo aquilo que é comum e constitua uma possível ameaça ao seu controle. É este o cerne da denúncia aos novos “cercamentos”, materializados tanto nos tapumes que justificaram o reconhecimento da posse do prédio pela construtora, no caso da OCEL, como pelos portões fechados do bosque Gomm, antes que ele fosse ocupado pelos sujeitos interessados na sua preservação.

É esta também a lógica aplicada pelo urbanismo neoliberal quando busca impedir os encontros entre os diferentes através da disseminação do medo e proliferação de espaços segregados, enclaves, muros e catracas – barreiras que, mais do que destruir comuns existentes, evitam que novos comuns sejam instituídos.

Está em questão, assim, não apenas a denúncia aos processos de despossessão engendrados pelo neoliberalismo e traduzidos na alusão aos “cercamentos”, mas a própria forma como ele molda as subjetividades, a fim de produzir sujeitos atomizados e incapazes de se articular. É isso que o neoliberalismo faz quando propaga o medo e a competitividade entre os sujeitos, quando os transforma em consumidores passivos e cidadãos alienados, quando cria espaços homogêneos e de circulação segregada. Dessa maneira, o discurso do consenso se impõe e as possibilidades de enfrentamento à ordem são circunscritas (o que inclui os próprios comuns).

As experiências do comum rompem com essas formas de subjetivação. Pelo agir comum, os sujeitos se transformam. Novas subjetividades, orientadas por princípios de solidariedade e ajuda mútua e educadas para a prática da democracia são formadas. Em grande medida, é nisto que a práxis instituinte do comum consiste: na autotransformação dos sujeitos no curso da ação. Mais do que instituir o próprio comum, eles instituem a si mesmos e abrem a possibilidade para a instituição de um novo mundo.

Essas novas subjetividades e as regras instituídas nos comuns entram em confronto direto com a racionalidade neoliberal e desmontam o pretenso consenso em que ela se funda. E justamente na exposição do conflito – esse que a ordem neoliberal tanto busca conter – está um dos grandes trunfos do comum. Ao expor o conflito e evidenciar que existem modos de vida completamente contrários à racionalidade neoliberal, a despeito de seus

esforços para contê-los, as experiências dos comuns destroem a farsa sobre a qual se sustenta ideologicamente esse sistema.

Mais do que na mera defesa aos avanços do neoliberalismo, no combate aos “cercamentos” ou na denúncia à sua tônica mercantilizante, a potência das resistências que irrompem com os comuns está na criação de subjetividades, relações e modos de vida que escapam ao controle neoliberal e, dessa maneira, constituem real ameaça ao seu domínio. Essas resistências estão por toda a parte. Na OCEL, no Parque Gomm e em tantos outros casos. Basta olhar a nossa volta e articular essas experiências em torno de um mesmo objetivo, na construção desse outro mundo de que falavam os altermundialistas – em grande parte, é esse o papel de enunciação do comum como princípio que confere unidade política aos comuns.

Nesse sentido, Laval e Dardot esclarecem que:

Se quisermos ultrapassar o neoliberalismo, abrindo uma alternativa positiva, temos de desenvolver uma capacidade coletiva que ponha a imaginação política para trabalhar a partir das experimentações e das lutas do presente. O princípio do comum que emana hoje dos movimentos, das lutas e das experiências remete a um sistema de práticas diretamente contrárias à racionalidade neoliberal e capazes de revolucionar o conjunto das relações sociais. Essa nova razão que emerge das práticas faz prevalecer o uso comum sobre a propriedade exclusiva, o autogoverno democrático sobre o comando hierárquico e, acima de tudo, torna a coatividade indissociável da codecisão – não há obrigação política sem participação em uma mesma atividade⁴³⁷.

As práticas do fazer-comum, assim, apontam para a formação de uma “outra razão do mundo” capaz de se contrapor à razão neoliberal. Essa “razão do comum”⁴³⁸ é uma razão que se baseia na solidariedade e não na competitividade, que se constrói pelo intercâmbio com o diferente em detrimento de uma lógica segregadora, que se funda no uso compartilhado e não no exclusivismo da propriedade, que não crê na falsa oposição entre Estado e mercado, que se realiza no e pelo conflito ao invés de propagar um falso consenso.

⁴³⁷ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 9.

⁴³⁸ Ibidem, p. 402.

Essa nova razão, capaz de fundar um novo mundo, é uma razão que realiza a política na medida em que subverte as disposições estabelecidas na ordem policial. Quando a parcela dos sem-parcela é estabelecida e os sujeitos ocupam posições que não foram feitas para eles, quando transpõem os limites estritos que a ordem neoliberal lhes impôs, a política volta a acontecer.

Por ela, os sujeitos que tem sua própria existência negada pelo neoliberalismo, que são reduzidos à sua passividade ou expulsos dos centros de poder, voltam a ter voz e capacidade de participação e decisão. É isso que acontece nos comuns, já que a sua própria instituição depende da codecisão acerca das regras que o regem, codecisão que parte de todos os envolvidos no agir comum, no uso comum do comum.

Dessa maneira, “a razão do comum” aparece também como realização da própria democracia. Uma e outra são indissociáveis. Mas essa democracia não é a “democracia” da representação, das decisões impostas hierarquicamente.

Ela não é uma democracia que assoma como imposição da lei ou como ordem emanada de um único sujeito, como no trecho do conto de Mia Couto que introduz essas considerações finais. O comportamento de Zuzé, o homem cadente que pendia no ar e não saiu de sua posição por ordem do político, não poderia ser designado, assim, como um comportamento antidemocrático, porque não é esse o conceito de democracia envolvido nos comuns.

Ao contrário, a democracia que “a razão do comum” realiza é uma democracia incompatível com qualquer imposição, pois parte da codecisão vinculada à coatividade. Significa que nenhum agente externo pode interferir na decisão, mas que ela só pode ser tomada pelos envolvidos no agir comum, por aqueles que são afetados e se coobrigam por suas próprias decisões. Essa democracia não apaga o conflito, mas tenta lidar com ele de forma adversarial, pelo reconhecimento da legitimidade do oponente – ela não se impõe sobre Zuzé, mas reconhece a sua posição de homem cadente.

Na instituição desse novo mundo fundado na “razão do comum”, mundo que é radicalmente democrático, o papel da Constituição não pode ser deixado de lado. Uma Constituição viva, que retenha em si a potência constituinte e se mantenha como promessa pode ajudar na realização dessa grande tarefa reservada aos comuns. Uma tal Constituição é uma Constituição que toma de

empréstimo características dos comuns, sobretudo da práxis que os institui, para se atualizar como uma Constituição que não se limita à fixidez dos poderes constituídos e não é emanção de uma soberania de Estado.

Em vez disso, é uma Constituição que é constantemente informada pelos poderes constituídos, que não está imune ao conflito, que reforça compromissos democráticos e borra as fronteiras entre possível e impossível. Ela constrói novas subjetividades, plurais, singulares, e não limita os desejos democráticos, pois é movida por esses desejos. Sobretudo, essa Constituição Radical implica em um exercício imaginativo, de criação do novo. Acreditamos que esse novo pode ser aquele outro mundo ansiado pelos movimentos de luta pelo comum.

REFERÊNCIAS

- ACSERALD, Henri. *Cidade – espaço público? A economia política do consumismo nas e das cidades*. Revista UFMG, Belo Horizonte, v. 20, n.1, p. 234-247, jan./jun. 2013.
- AGAMBEN, Giorgio. Por uma teoria do poder destituente. Conferência realizada na cidade de Atenas em 16 de novembro de 2013. Disponível em: < <https://5dias.wordpress.com/2014/02/11/por-uma-teoria-do-poder-destituente-de-giorgio-agamben/> >. Acesso em 01 fev. 2018.
- ALMEIDA, Leonardo Monteiro Crespo de. *O constitucionalismo através do conflito – uma reflexão e alguns comentários em torno da ideia de Constituição radical*. Revista da Faculdade de Direito – UFPR, Curitiba, vol. 59, n. 3, p. 167-196, 2014.
- ALVES, Rafael de Oliveira. A política e a cidade. In: AIETA, Vânia (org.). *Cadernos de direito à cidade: estudos em homenagem à professora Maria Garcia: série II*. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2014.
- ALVES, Rafael de Oliveira. *Fazer-comum e direito à cidade: elementos para o debate e ação*. In: XVII ENANPUR, 2017, São Paulo. Anais... Disponível em: < http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/?page_id=1316 >. Acesso em 20 Jun. 2017.
- ARANTES, Otília Beatriz Fiori. Uma estratégia fatal: a cultura das novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos B.; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- ARAÚJO, Telma; CORAZZA, Rosana Icassatti. *A reinvenção de Malthus no renascimento do ambientalismo*. Revista Economia Ensaios, v. 24, n. 1, 2009. Disponível em: < <http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/view/2130/4806> >. Acesso em 15 dez. 2017.
- Área do Batel ao lado do Bosque Gomm receberá novo parque*. Agência de Notícias da Prefeitura de Curitiba, 12 de janeiro de 2016. Disponível em: < <http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/area-do-batel-ao-lado-do-bosque-gomm-recebera-novo-parque/38719> >. Acesso em 20 jan. 2018.
- ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ. *Centro Vivo*. 3º Prêmio FGV-EAESP de responsabilidade social no varejo. Disponível em: <http://www.fgv.br/cev/rsnovarejo/arquivos/P000247.pdf> . Acesso em 17 jan. 2018.
- AUGÉ, Marc. *Não-Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas, SP: Papirus, 2012.

BREMBATTI, Katia. *Dia de festa pelo Bosque Gomm*. Gazeta do Povo, 16 de julho de 2014. Disponível em: < <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/dia-de-festa-pelo-bosque-gomm-eaz9b1ggagunslue4xr3jzbd> >. Acesso em 20 jan. 2018.

CAFFENTZIS, George; FEDERICI, Silvia. *Commons against and beyond capitalism*. Community Development Journal Vol 49 No S1 January 2014 pp. i92– i105.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2000.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Enclaves fortificados: a nova segregação urbana*. In: Public Culture, 8(2), p. 303-328, 1996. Disponível em: < http://reverbe.net/cidades/wp-content/uploads/2011/08/Enclaves-fortificados_segregacao-urbana.pdf >. Acesso em 22 Set. 2013.

CARVALHO, Verônica Akemi Shimoida de. *Direito à cidade como concretização do direito à cultura: okupações, uma abertura insurgente*. Monografia (Graduação em Direito). Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016, 109p.

CASTILHO, Cristiano. *Ocupação em prédio apimenta a discussão*. Gazeta do Povo, 03 de maio de 2015. Disponível em: < <http://www.gazetadopovo.com.br/caderno-g/ocupacao-em-predio-apimenta-a-discussao-d62angkizkirvzlpnspbchm7w> >. Acesso em 17 jan. 2018.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CAVA, Bruno. *Pachukanis e Negri: do antidireito ao direito do comum*. Revista Direito e Práxis, Vol. 4, n. 6, 2013, pp. 2-30.

CAVA, Bruno; MENDES, Alexandre F. *A constituição do comum: antagonismo, produção de subjetividade e crise no capitalismo*. Rio de Janeiro: Revan, 2017.

CHUEIRI, Vera Karam de. *Constituição radical: uma ideia e uma prática*. Revista da Faculdade de Direito UFPR, Curitiba, n. 58, p. 25-36, 2013.

CHUEIRI, Vera Karam de. *Is there such thing as a radical constitution?* Research proposal. Yale Law School. 2016.

COLON-RIOS, Joel. *Five conceptions of constituent power*. The Law Quarterly Review, London, vol. 130, p. 306-336, 2014.

CORRÊA, Darcísio. *Estado, cidadania e espaço público: as contradições da trajetória humana*. Ijuí: Unijuí, 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato. Resumo do livro *O Espaço Urbano*, de Roberto Lobato Corrêa (Editora Ática, Série Princípios, 3a. edição, n. 174, 1995. p.1-16).

COSTA, Heloisa Soares de Moura; TONUCCI FILHO, João Bosco Moura. *O comum e a metrópole brasileira: além do impasse da reforma urbana?* In: XVII ENANPUR, 2017, São Paulo. Anais... Disponível em: < http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/?page_id=1316 >. Acesso em 20 Jun. 2017.

COVER, Robert. *Nomos e Narração*. Trad. Luis Rosenfield. ANAMORPHOSIS – Revista Internacional de Direito e Literatura, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 187-268, 2016. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.21119/anamps.22.187-268> >. Acesso em 10, jun. 2017.

CRUZ, Mariana de Moura. *O novo vocabulário do Comum* – ensaio para uma leitura pós-colonial. In: XVII ENANPUR, 2017, São Paulo. Anais... Disponível em: < http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/?page_id=1316 >. Acesso em 20 Jun. 2017.

DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço cidadania, mulher e morte no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Propriedade, apropriação social e instituição do comum*. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 27, n. 1, p. 261-273.

DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (orgs.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2010.

ESPOSITO, Roberto. A lei da comunidade. In: *Termos da política: comunidade, imunidade, biopolítica*. Curitiba: Ed. UFPR, 2017, p. 69-85.

ESPOSITO, Roberto. *Communitas: the origin and destiny of community*. Stanford: Stanford University Press, 2010.

FADEL, Evandro. *Curitiba faz 319 anos e se prepara para projeto de revitalização*. Estadão, 29 de março de 2012. Disponível em < <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,curitiba-faz-319-anos-e-se-prepara-para-projeto-de-revitalizacao,854979> >. Acesso em 18 jan. 2018.

FEDERICI, Silvia. *Feminism And the Politics of the Commons*. Disponível em: < <http://www.commoner.org.uk/wp-content/uploads/2011/01/federici-feminism-and-the-politics-of-commons.pdf> >. Acesso em 20 jan. 2017.

FORTUNA, Carlos... [et. al.]. *Cidade e espetáculo: a cena teatral luso-brasileira contemporânea*. São Paulo: EDUC, 2013.

FRANZONI, Julia Ávila; HOSHINO, Thiago A. P. *Direito à cidade S/A: a casa de máquinas da financeirização urbana*. Le Monde Diplomatique Brasil, 08 de julho de 2016. Disponível em < <http://diplomatique.org.br/direito-a-cidade-sa-a-casa-de-maquinas-da-financeirizacao-urbana/> >. Acesso em 23 jan. 2018.

GORSDORF, Leandro Franklin. *Arte e política a partir de “militantes” e “bichas”*: da resistência teatral à criação de direitos. Tese (Doutorado em Direito). Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016, 249p. GRAHAM, Stephen. *Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar*. São Paulo: Boitempo, 2016.

HABERMAS, Jurgen. *Mudança estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HARAWAY, Donna. *Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*. Cadernos Pagu (5), 1995, p. 07-41.

HARDT, Michael. *O comum no comunismo*. Disponível em: < <http://www.ohiraebonilha.com/M%20Hardt%20-%20O%20Comum%20no%20Comunismo.pdf> >. Acesso em 13 Set. 2017.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Comum, entre Marx e Proudhon*. UniNômade Brasil, 06 de maio de 2014. Disponível em: < <http://uninomade.net/tenda/comum-entre-marx-e-proudhon/> >. Acesso em 14 dez. 2017.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Empire*. Cambridge; London: Harvard University Press, 2000, p. 302.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Bem-estar comum*. Rio de Janeiro: Record, 2016.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Declaração – isto não é um manifesto*. São Paulo: n-1 edições, 2014.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Multitude: war and democracy in the Age of Empire*. New York: The Penguin Press, 2004.

HARDIN, Garrett. *The Tragedy of the commons*. The Social Contract, Fall 2001, p. 25-36.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. Os rebeldes na rua: o Partido de Wall Street encontra sua nêmesis. In: *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

HARVEY, David. *O direito à cidade*. Revista Piauí, Julho de 2013, Tribuna Livre da Luta de Classes. Disponível em: < <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-82/tribuna-livre-da-luta-de-classes/o-direito-a-cidade> >. Acesso em 14 Out. 2014.

HARVEY, David. *O problema da globalização*. Revista Novos Rumos, ano 13, nº 27, verão de 1998, p. 8-16. Disponível em: < <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/1954/1607> >. Acesso em 27 Dez. 2017.

HARVEY, David. *Rebel Cities: from the right to the city to the urban revolution*. New York: Verso, 2012.

HARVEY, David. *The Political Economy of Public Space*. Disponível em: < <http://davidharvey.org/media/public.pdf> >. Acesso em 21 Set. 2014.

HOLSTON, James. *Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

Integrantes de Ocupação Cultural no Centro de Curitiba são despejados após ação de reintegração de posse. Assessoria de Comunicação Terra de Direitos, 08 de maio de 2015. Disponível em: < <http://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/integrantes-de-ocupacao-cultural-no-centro-de-curitiba-sao-despejados-apos-acao-de-reintegracao-de-posse/17653> > Acesso em 17 jan. 2018.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Fev. 2006. Disponível em: < http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaço.pdf >. Acesso em 17 Nov. 2017.

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política: o direito à cidade II*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Documento LTDA, 1969.

LOJKINE, Jean. *O Estado Capitalista e a Questão Urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LÖWY, Michael. *Negatividade e utopia do movimento altermundialista*. Revista Lutas Sociais, nº 19/20, 2008, p. 32/38. Disponível em: < file:///C:/Users/ana_m/Downloads/18750-47042-1-SM.pdf >. Acesso em 02 dez. 2017.

LUGO, Carlos Rivera. *La Constitución de lo Común*. Revista Direito e Práxis, Rio de Janeiro, vol. 08, n.4, p. 3217-3231, 2017.

MARCHORI, Raphael. *Intervenção em bosque não tem respaldo legal*. Gazeta do Povo, 27 de junho de 2013. Disponível em: < <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/intervencao-em-bosque-nao-tem-respaldo-legal-bbagg0vsollu8qzj7ccl9w82mm> >. Acesso em 20 jan. 2018.

MARCHORI, Raphael. *Justiça impede corte de árvores na Casa Gomm*. Gazeta do Povo, 01 de julho de 2013. Disponível em: < <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/justica-impede-corte-de-arvores-na-casa-gomm-bdyics9rofqbc9jqfeqpxz58we> >. Acesso em 20 jan. 2018.

MARCHORI, Raphael. *Shopping no Batel prevê derrubada de área verde*. Gazeta do Povo, 26 de junho de 2013. Disponível em: < <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/shopping-no-batel-preve-derrubada-de-area-verde-bbgcqcqclpdwwercc7r8hdmby> >. Acesso em 20 jan. 2018.

MARICATO, Ermínia. *Brasil, Cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MARICATO, Ermínia. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MARICATO, Ermínia... [et al.]. *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MAYER, Joviano Gabriel Maia. *Do privado ao comum, práticas de uma reforma urbana radical*: depoiment [09 de outubro de 2015]. Revista Caros Amigos. Entrevista concedida a Paulo Machado. Disponível em: < <http://www.carosamigos.com.br/index.php/cotidiano/5469-do-privado-ao-comum-praticas-de-uma-reforma-urbana-radical> >. Acesso em 15 Abr. 2016.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. John Locke e o individualismo liberal. In: WEFFORT, Francisco C. (org.). *Os clássicos da política*, 1. São Paulo: Ática, 2006, p. 79-90.

MENDES, Alexandre. *A atualidade de uma democracia do comum*. Revista GLOBAL/ Brasil, Edição 17. Disponível em: <<http://www.revistaglobalbrasil.com.br/?p=1513>>. Acesso em 15 Abr. 2016.

MENDES, Alexandre. *Da ontologia do comum ao fazer-multidão*: possibilidades e limites do pensamento de Jean-Luc Nancy. Revista ECO-Pós, [S.l.], v. 15, n. 2, p. 28-50, jan. 2013. ISSN 2175-8689. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/view/898>. Acesso em 01 Out. 2017.

MENDES, Alexandre. *Para além da "Tragédia do Comum"*. Conflito e produção de subjetividade no capitalismo contemporâneo. Tese (Doutorado em Direito). Centro de Estudos Sociais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012, 190p.

MILANO, Giovanna Bonilha. *Conflitos fundiários urbanos e poder judiciário: decisões jurisdicionais na produção da segregação socioespacial*. Tese (Doutorado em Direito). Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016, 250p.

MITCHELL, Don. *The right to the city*: social justice and the fight for public space. New York: The Guilford Press, 2003.

MOUFFE, Chantal. *Sobre o político*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

OLIVEIRA, Dennison de. Curitiba e o mito da cidade modelo. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

OSTROM, Elinor. *Governing the commons*: the evolution of institutions for collective action. New York: Cambridge University Press, 1990.

PADILHA, Valquíria. *Shopping center*: a catedral das mercadorias. São Paulo: Boitempo, 2006.

PIVA, Naiady. *Bosque Gomm vira primeiro parque comunitário de Curitiba*. Gazeta do Povo, 06 de julho de 2016. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/futuro-das-cidades/bosque-gomm-vira-primeiro-parque-comunitario-de-curitiba-3w6x4bfupl70vuw9ummy0qjl3>>. Acesso em 20 jan. 2018.

POST, Robert; SIEGEL, Reva. *Constitucionalismo democrático: por una reconciliación entre Constitución y Pueblo*. Trad. Leonardo G. Jaramillo. Buenos Aires: Siglo veintiuno, 2013.

POST, Robert; SIEGEL, Reva. *Roe Rage*: democratic constitutionalism and backlash. Harvard Civil Rights-Civil Liberties Law Review, 2007; Yale Law School, Public Law Working Paper n. 131.

PRADELLA, Débora Carla. *Política de drogas e gestão da cidade*: uma análise do processo de gentrificação da Rua São Francisco em Curitiba/PR. Monografia (Graduação em Direito). Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016, 45p.

Projeto Marco Zero de redução do IPTU incentiva recuperação do Centro. Agência de notícias da Prefeitura de Curitiba, 15 de dezembro de 2009. Disponível em: < <http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/projeto-marco-zero-de-reducao-do-iptu-incentiva-recuperacao-do-centro/18231> >. Acesso em 17 jan. 2018.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento* – política e filosofia. São Paulo: Ed. 34, 1996.

RANCIÈRE, Jacques. *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo, 2014.

RENA, A. *O comum, a comunidade e a comunicação*; entre Jean-Luc Nancy, Michael Hardt e Antonio Negri. In: Revista Lugar Comum, número 45, 2015. p. 221-231.

RIBEIRO, Diego; TRISOTTO, Fernanda. *Rua São Francisco ganha nova cara após 4 meses*. Gazeta do Povo, 19 de dezembro de 2012. Disponível em: < <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/rua-sao-francisco-ganha-nova-cara-apos-4-meses-31fz8hpdktmxeaw2sln74x1q> >. Acesso em 18 jan. 2018.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. *Segregação residencial e segmentação social: o “efeito social” na reprodução da pobreza nas metrópoles brasileiras*. Cadernos Metrópole n. 13, p. 47-70, 1º sem., 2005.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; RODRIGUES, Juciano; CORRÊA, Filipe Souza. *Segregação residencial e emprego nos grandes espaços urbanos brasileiros*. Cadernos Metrópole, São Paulo, v. 12, p. 15-41, jan/jun 2010. Disponível em: < http://www.cadernosmetropole.net/download/cm_artigos/cm23_175.pdf >. Acesso em 07 Ago. 2014.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

SALDANHA, Nelson. *O jardim e a praça: ensaio sobre o lado “privado” e o lado “público” da vida social e histórica*. In: CL & Tróp., Recife, 11(I), p.105-121, jan/jun, 1983.

SANTOS, Luasses Gonçalves dos. *Função Social da Propriedade: retomada histórica e crise de seus fundamentos liberais*. Dissertação (Mestrado em Direito). Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2013, 162p.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. *Urban common space, heterotopia and the right to the city*: Reflections on the ideas of Henri Lefebvre and David Harvey. *Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management)*, v. 6, n. 2, p. 146-157, maio/ago. 2014

Sarau cultural celebra a luta por território e resistência: “Quilombo é resistência”. Assessoria de comunicação Terra de Direitos, 27 de abril de 2015. Disponível em: <<http://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/sarau-cultural-celebra-a-luta-por-territorio-e-resistencia-quilombo-e-resistencia/17472>>. Acesso em 17 jan. 2018.

SCHVARSBERG, Gabriel. *Rua na Contramão*: por uma política da rua. XVI ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, Maio de 2011, Rio de Janeiro – Brasil. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/isacquimaraesjr/rua-na-contramo-a-rua-como-espao-da-diversidade>>. Acesso em 12 Set. 2014.

SENS, Anna. *Bosque Gomm abriga arte, luta e história*. Foca na web, 01 de maio de 2015. Disponível em: <<https://focanawebufpr.wordpress.com/2015/05/11/bosque-gomm-abriga-arte-luta-e-historia/>>. Acesso em 20 jan. 2018.

SERPA, Angelo. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2013.

SILVA, César Henriques Matos e. *Espaço político e urbanidade*: o caso do centro da cidade de Aracaju. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2009, 314p.

SIMÕES, André. *Promessa de vida nova às pedras da Rua São Francisco*. *Gazeta do Povo*, 30 de agosto de 2012. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/promessa-de-vida-nova-as-pedras-da-rua-sao-francisco-2mawunob5n32io2eb1dx3b1hq>>. Acesso em 18 jan. 2018.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Semântica urbana e segregação: disputa simbólica e embates políticos na cidade “empresarialista”. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato, PINTAUDI, Silvana Maria. *A cidade contemporânea*: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013.

STACZUK, Maria Emilia. *Curitiba vai ganhar nova unidade de conservação, ao lado de shopping de luxo*. Pini Web, 17 de julho de 2014. Disponível em: <<http://piniweb17.pini.com.br/construcao/Parana/curitiba-vai-ganhar-nova-unidade-de-conservacao-ao-lado-de-319474-1.aspx>>. Acesso em 20 jan. 2018.

TAKEUCHI, Washington. *A casa Gomm*. Disponível em: <<http://www.euamocuritiba.com.br/tem-que-conhecer/alem-do-olhar/a-casa-gomm/>>. Acesso em 20 jan. 2018.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura. *Comum urbano: a cidade além do público e do privado*. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017, 244p.

VAINER, Carlos B. Grandes Projetos Urbanos: significado e formas de avaliação. In: CUENYA, Beatriz; NOVAIS, Pedro; VAINER, Carlos B. *Grandes Projetos Urbanos: olhares críticos sobre a experiência argentina e brasileira*. Masquatro Editora Ltda. E Editorial Café de las Ciudades Ltda., 2013.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos B.; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 101.

VESPAZIANI, Alberto. *O poder da linguagem e as narrativas processuais*. ANAMORPHOSIS – Revista Internacional de Direito e Literatura, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 69-84, 2015. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.21119/anamps.11.69-84> >. Acesso em 10 Jun. 2017.

VOGEL, Arno; SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos (coords.). *Quando a Rua Vira Casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro*. 3° ed. São Paulo: Projeto, 1985.